



Mulheres em Trânsito Interseccional

Investigando o território religioso de Juazeiro do Norte - CE



Ana Clara Benjamim Silva

Orientador - Almir Farias



UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN

ANA CLARA BENJAMIM SILVA

**MULHERES EM TRÂNSITO INTERSECCIONAL: INVESTIGANDO O
TERRITÓRIO RELIGIOSO DE JUAZEIRO DO NORTE/CE**

FORTALEZA

2025

ANA CLARA BENJAMIM SILVA

**MULHERES EM TRÂNSITO INTERSECCIONAL: INVESTIGANDO O
TERRITÓRIO RELIGIOSO DE JUAZEIRO DO NORTE/CE**

Projeto de pesquisa submetido à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAU+D), da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre (M.Sc.) em Arquitetura, Urbanismo e Design. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico.

Orientador: Prof. Dr. José Almir Farias Filho.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S578m Silva, Ana Clara Benjamim.

Mulheres em trânsito interseccional. : Investigando o território religioso de Juazeiro do Norte/CE / Ana Clara Benjamim Silva. – 2025.
168 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Arquitetura e Urbanismo e Design, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2025.

Orientação: Prof. Dr. José Almir Farias Filho.

1. Cidade e gênero. 2. Mulheres - território religioso. 3. Interseccionalidade. 4. Corpo-território. 5. Juazeiro do Norte/CE. I. Título.

CDD 720

ANA CLARA BENJAMIM SILVA

**MULHERES EM TRÂNSITO INTERSECCIONAL: INVESTIGANDO O TERRITÓRIO
RELIGIOSO DE JUAZEIRO DO NORTE/CE**

Projeto de pesquisa submetido à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAU+D), da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre (M.Sc.) em Arquitetura, Urbanismo e Design. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico.

Orientador: Prof. Dr. José Almir Farias Filho.

Aprovada em: 30/01/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Almir Farias Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (PPGAUD/UFC)

Prof. Dra. Zilsa Maria Pinto Santiago
Universidade Federal do Ceará (PPGAUD/UFC)

Prof. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (PPGA/UFC-UNILAB)

Prof. Dra. Renata da Silva Barbosa
Universidade Regional do Cariri - URCA

À todas as mulheres que cuidaram de mim,
em especial, a Maria Eliete, que, antes de
ser minha mãe, já era uma mulher
destemida, expansiva e profundamente
humana. Sem o seu amor, trabalho e
criatividade, eu jamais teria chegado tão
longe.

AGRADECIMENTOS

À Deus e à espiritualidade, que me guiam e protegem a todo momento. À Santa Bárbara e Santa Clara por serem minhas intercessoras.

À minha mãe, Maria Eliete Benjamim de Moura, que me ensinou a caminhar pelas ruas de Juazeiro do Norte, me mostrando a importância de observar a cidade e as pessoas ao meu redor. À minha família, incluindo primas, primos, tias e tios, em especial aos meus avós José Benjamim e Maria Vilani, à minha tia-avó e amiga Marlene, e ao meu primo José Filho, que me acolheram em Fortaleza durante os meses em que precisei cursar as disciplinas do programa.

Ao meu orientador, Professor Almir, por sua paciência e comprometimento ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Sou imensamente grata pelos seus ensinamentos. Também sou grata às professoras Vera, Zilsa e Renata, por terem aceitado o convite para compor a banca e contribuir substancialmente com esta pesquisa.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pelos quatorze meses de bolsa, que foram de extrema importância e necessidade para o desenvolvimento da pesquisa e para a gestão da minha vida durante esse período de dedicação.

Às minhas amigas e amigos de sempre, por estarem presentes nos altos e baixos dessa jornada, sendo um alicerce nos momentos de dúvida e aflição. E, também à amiga que fiz ao longo deste percurso, Cristiellen Rodrigues, com quem compartilhei desafios ao desenvolver pesquisas consideradas “incipientes” para nossa área de formação.

Às professoras Fernanda Oliveira e Andrea Furtado, e a todos os pesquisadores e estudantes do Grupo de Pesquisa em Gênero e Cidade da Universidade Regional do Cariri (GECID/URCA). Ao Professor Diego Coelho (UFCA) e a toda a equipe da coordenação do Projeto de Revisão do Plano Diretor de Juazeiro do Norte. À professora Iara Araújo e à equipe do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Gênero, Educação, Sexualidade e Diferenças (LEGRAR/URCA).

À equipe da Casa da Mulher de Juazeiro do Norte, pelo acolhimento e pela disponibilidade durante os procedimentos da pesquisa. Da mesma forma, agradeço

às profissionais do Núcleo de Diversidade e Gênero de Juazeiro do Norte (NUDG), ao Núcleo de Educação para Promoção da Igualdade Racial (NEPIR) e aos educadores da E.E.E.P. Professor Moreira de Souza. Todas essas instituições me forneceram grande apoio e tiveram uma contribuição fundamental no desenvolvimento deste estudo, além de realizarem trabalhos de enorme relevância para a Região do Cariri.

À todas as participantes voluntárias deste estudo, que dispuseram do seu tempo e atenção para os procedimentos da pesquisa.

À Frente de Mulheres do Cariri e a toda a militância que atua na região, reconheço o imenso valor do trabalho político realizado por essas mulheres, que, em uma região rica em diversidade cultural, mas ainda marcada por profundas disparidades, combatem incessantemente a violência de gênero, o racismo e as demais desigualdades sociais.

Por último, mas não menos importante, à Clara do passado, que disse “sim” ao mestrado e se permitiu vivenciar intensamente essa montanha russa.

*“Cada mulher sabe a força da natureza que
abriga na torrente que flui de sua vida”.*

Itamar Vieira, Torto Arado.

RESUMO

O espaço urbano, embora frequentemente percebido como neutro, é, na realidade, profundamente moldado por normas e estruturas de poder patriarcais, impondo às mulheres barreiras que transcendem as limitações físicas e evidenciam desigualdades no acesso, na apropriação e no sentimento de pertencimento à cidade. Ademais, as mulheres não constituem um coletivo homogêneo, e é por meio de uma abordagem interseccional que se torna possível compreender como suas experiências urbanas são moduladas pelas dinâmicas locais e pelos múltiplos marcadores sociais que as atravessam. No âmbito dessas reflexões, a pesquisa investiga o trânsito das mulheres em um território caracterizado pela intensa presença da religiosidade, tomando como recorte espacial a área central de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará. A análise, orientada por uma abordagem de gênero, permitiu evidenciar tanto as formas pelas quais o ambiente urbano modela a vivência feminina quanto as maneiras pelas quais as mulheres, em sua atuação cotidiana, transformam esse espaço, configurando disputas entre tradições consolidadas, movimentos sociais de caráter transformador e os desafios às hierarquias patriarcais. O percurso metodológico enfrentou o desafio de articular essas múltiplas dimensões, valendo-se de estratégias como o recurso interpretativo de textos literários, a adoção de oficinas participativas, observações de campo e entrevistas semiestruturadas. Os resultados da pesquisa indicam que, em Juazeiro do Norte, as formas de opressão às mulheres ultrapassam as deficiências da infraestrutura urbana, sendo sustentadas por normas sociais e culturais associadas à religiosidade e à dinâmica das romarias e peregrinações. Trata-se de um ambiente profundamente marcado por um catolicismo de matriz sincrética, cuja influência sobre a construção da identidade feminina é significativa, gerando constantes tensões entre valores religiosos, normativas culturais e práticas sociais cotidianas. Nesse contexto, a violência de gênero se expressa, entre outras formas, por meio de práticas de controle e discriminação comportamental, que limitam a mobilidade das mulheres e restringem seu acesso a recursos e oportunidades econômicas.

PALAVRAS-CHAVE:

Cidade e gênero. Mulheres - Território Religioso. Interseccionalidade. Corpo-território. Juazeiro do Norte/CE.

ABSTRACT

Urban space, although often perceived as neutral, is profoundly shaped by patriarchal norms and power structures, imposing barriers on women that transcend physical limitations and highlight inequalities in access, appropriation, and a sense of belonging to the city. Furthermore, women do not constitute a homogeneous collective, and it is through an intersectional approach that it becomes possible to understand how their urban experiences are shaped by local dynamics and the multiple social markers that permeate them. Within the scope of these reflections, the research investigates the movement of women in a territory characterized by the intense presence of religiosity, taking as a spatial focus the central area of Juazeiro do Norte, in the state of Ceará/Brazil. The analysis, guided by a gender approach, made it possible to highlight both the ways in which the urban environment shapes women's experiences and the ways in which women, in their daily activities, transform this space, configuring disputes between consolidated traditions, social movements of a transformative nature, and challenges to patriarchal hierarchies. The methodological approach faced the challenge of articulating these multiple dimensions, using strategies such as the interpretative resource of literary texts, the adoption of participatory workshops, field observations and semi-structured interviews. The results of the research indicate that, in Juazeiro do Norte, the forms of oppression against women go beyond the deficiencies of the urban infrastructure, being sustained by social and cultural norms associated with religiosity and the dynamics of pilgrimages. This is an environment deeply marked by a syncretic Catholicism, whose influence on the construction of female identity is significant, generating constant tensions between religious values, cultural norms and daily social practices. In this context, gender violence is expressed, among other ways, through practices of control and behavioral discrimination, which limit women's mobility and restrict their access to resources and economic opportunities.

KEYWORDS: City and gender. Women - religious territory. Intersectionality. Body-territory. Juazeiro do Norte/CE/Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Retrato de família.....	50
Figura 2 – Caminhadas-teste no roteiro da fé.....	61
Figura 3 - Identificação das práticas das mulheres no centro de JDN.....	62
Figura 4 - Localização de Juazeiro do Norte – Escalas.	72
Figura 5 - Estrutura territorial de Juazeiro do Norte em 1875.	76
Figura 6 - Expansão territorial de Juazeiro do Norte, a partir do seu núcleo original.	78
Figura 7 - Vista aérea do bairro Franciscanos, na década de 1970.....	79
Figura 8 - Primeiros bairros de Juazeiro do Norte e suas respectivas paróquias entre (1875-1940).	80
Figura 9 - Roteiro da fé.	81
Figura 10 - Reconhecimento da Área Central.....	81
Figura 11 - Feiras livres em Juazeiro do Norte, próximas às igrejas.	83
Figura 12 - Equipamento localizado no bairro Salgadinho.	84
Figura 13 - Equipamentos localizados no bairro Centro.	84
Figura 14 - Equipamentos localizados no bairro Socorro.	84
Figura 15 - Equipamento localizado no bairro Franciscanos.....	85
Figura 16 - Manifestações do 8 de março (8M), no centro de Juazeiro do Norte.	85
Figura 17 – Caminhada pela diversidade religiosa no centro de Juazeiro do Norte.	86
Figura 18 - Capa do cordel "Milagre do Padre Cicero e Maria de Araújo".	95

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Dimensões dos estudos de gênero e cidade no urbanismo.....	55
Quadro 2 - Plano de curso: oficina de cartografias marginais.....	63
Quadro 3 - Etapas e procedimentos do estudo de caso.	65
Quadro 4 - Grupos de participantes para a entrevistas.....	68
Quadro 5 - Principais equipamentos da Área Central.	82
Quadro 6 - Zona de Ocorrência da violência. Crajubar, 2017.....	96
Quadro 7 - Locais onde essas violências são recorrentes.	97
Quadro 8 - Números de atendimentos do GAVV, de 2022 a 2024.	98
Quadro 9 - Perfis das vítimas atendidas pela Casa da Mulher Cearense de Juazeiro do Norte.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
AU	Arquitetura e Urbanismo
CMDLGBT	Conselho Municipal dos Direitos LGBT
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMDEM	Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres
COMIRA	Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial
CRAJUBAR	Crato, Juazeiro e Barbalha
ENANPARQ	Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GAVV	Grupo de Apoio às Vítimas de Violência
GECID	Grupo de Estudos de Gênero e Cidade
GRUNEC	Grupo de Valorização Negra do Cariri
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Aliados, +: Indica outras identidades e orientações não especificadas, reconhecendo a diversidade dentro da comunidade.
NEPIR	Núcleo de Educação para Promoção da Igualdade Racial
NERI	Núcleo de Estudos em Raça e Interseccionalidades
NUDEM	Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher
NUDG	Núcleo de Diversidade e Gênero de Juazeiro do Norte
ONG	Organização Não Governamental
PCD	Pessoas com Deficiência
PPGAU+D	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design
RMC	Região Metropolitana do Cariri
SEDEST	Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho

SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura
SESC	Serviço Social do Comércio
SUPESP	Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública
SUS	Sistema Único de Saúde
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNT	Universidad Nacional de Tucumán
URCA	Universidade Regional do Cariri
VLT	Veículo Livre sob Trilhos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1. Justificativa e relevância da pesquisa	18
1.2 Objetivos	23
1.3 Nota inicial sobre a metodologia de pesquisa	23
1.4 Estrutura da dissertação	26
 2 MOVIMENTANDO CONCEITOS	 28
2.1 O espaço, o território, as práticas socioespaciais	28
2.2 Indisciplinas corpóreas: o feminino como articulador de opressões	32
2.3 Corpo-território e interseccionalidade: um encontro epistêmico	37
 3 A INVESTIGAÇÃO INTERSECCIONAL: DESAFIOS DO MÉTODO	 48
3.1. Sobre a impessoalidade na pesquisa acadêmica	48
3.2 (Des)construindo práticas pedagógicas nos estudos urbanos	52
3.3. Gênero e cidade: abordagem teórica e prática de pesquisa	55
3.4. Exercícios de aproximação metodológica	59
3.5. Construindo um método de investigação	65
3.5.1 Aproximação: coleta de dados	65
3.5.2 Apreensão: identificação amostral	67
3.5.3 Apuração: análise de dados	69
 4 SITUANDO A CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE/CE	 71
4.1. Determinantes socioterritoriais	71
4.2. Atributos físico-espaciais do núcleo central	76
4.3. A linguagem religiosa no território	87
4.4. As “Marias” de Juazeiro: religiosidade, violências e dissidências	93
 5 MULHERES EM TRÂNSITO: O ENCONTRO DE NARRATIVAS	 102
5.1. O trânsito feminino pelo centro da cidade	102
5.2. Espaços de permanência	109
5.3. O território religioso e a construção de identidades	113
5.4. Síntese dos resultados e outras discussões	129

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICE A	155
Roteiro de Entrevista Semiestruturada	
APÊNDICE B	160
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	
APÊNDICE C	164
Fichas de Leitura	
GLOSSÁRIO DE TERMOS RECORRENTES	167

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa e Relevância da Pesquisa

O espaço urbano, tradicionalmente pensado como neutro, revela-se profundamente moldado por normas e estruturas de poder patriarcais. As mulheres enfrentam barreiras que vão além das físicas, pois a percepção do risco e a presença de assédios constantes moldam suas trajetórias, horários e comportamentos. Isso gera uma desigualdade que não é apenas de acesso, mas também de apropriação e pertencimento à cidade. Esse é um problema público, de domínio político (Cefaï, 2017).

No caso das desigualdades de gênero no espaço público, os direitos das mulheres ganharam uma dimensão política ao serem associados ao conceito de direito à cidade (Lefebvre, 2006; Berth, 2023). Essa conexão revela como as cidades, em sua organização e planejamento ignoram, na maioria das vezes, as necessidades e vivências específicas das mulheres, tornando a luta pelo direito à cidade como uma extensão dos direitos de igualdade e segurança. Esse é um tema relevante, que deve ser amplamente debatido na arena política e priorizado em pesquisas que investiguem a vida nas cidades.

Todavia, os desafios são consideráveis, uma vez que a produção do pensamento científico também é responsável por reforçar uma estrutura hierárquica entre homens e mulheres. Simone de Beauvoir (2014) identifica que, aos olhos da sociedade patriarcal, a mulher é vista como “o outro”, uma interpretação de que “elas estão para servir”, reforçando a associação entre as mulheres e a esfera doméstica, o que as coloca em uma posição de subordinação e desumanização. McDowell (1999) observou que para as mulheres são direcionados termos que reforçam uma ideia de dependência, subordinação, inferioridade e ao privado. Na via oposta, aos homens são feitas associações ligadas ao racional, científico, independente e público. Esses termos geram resignações ao determinar quem ocupa o território e quem deve estar excluído dele (quadro 1).

Quadro 1 - Termos utilizados para ressignações do masculino e do feminino.

masculino	feminino
transcendência	imanência
racional	irracional
cultura	natureza
atividade	passividade
razão	emoção
mente	corpo
público	privado
produção	consumo
trabalho	ócio
independência	dependência
poder	submissão
força	fragilidade
rua	casa

Fonte: Silva (2009), editado pela autora (2024).

Nesse contexto de manipulação normalizada, surgem os esforços para desenvolver uma epistemologia feminista nos estudos sobre gênero e cidade. A ideia de um “**urbanismo feminista**” (Falú, 2009) manifesta-se como uma proposição de cidades mais inclusivas, onde a mobilidade, segurança e acesso a serviços sejam pensados a partir das práticas cotidianas das mulheres, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade (Kern, 2023). Os espaços públicos passam a ser debatidos criticamente, enquanto instância social que concentra relações de poder baseadas nos papéis de gênero. As contribuições do urbanismo feminista, por sua natureza conceitual, analítica e propositiva, podem viabilizar a criação de políticas públicas afirmativas de gênero, mas para isso, é importante considerar que há diferenças na condição de cada mulher e que cada contexto urbano traz consigo problemas específicos (Czytaijo, 2024).

O trânsito das mulheres pelo espaço urbano não é apenas um deslocamento físico, mas também um movimento repleto de significados, marcado por experiências que envolvem distintos marcadores como o gênero, a classe, a raça, a idade, a sexualidade. As práticas cotidianas das mulheres são plurais, e dependem não apenas do estado individual, mas também dos grupos sociais onde elas se inserem e

da combinação de diferentes estratégias de cuidado e defesa. O advento da **abordagem interseccional**, cunhada pela ativista negra norte-americana Kimberlé Crenshaw (1989), veio a oferecer uma lente teórica para compreender como essas diferentes dimensões se entrelaçam, configurando as vivências das mulheres nos ambientes urbanos. A interseccionalidade reconhece que mulheres não constituem um grupo homogêneo. As experiências de uma mulher negra, trabalhadora e periférica são profundamente diferentes das de uma mulher branca, de classe média e residente em áreas centrais.

Tal qual as pessoas, os territórios urbanos são interseccionais (Silva, 2022). Existem elementos que condicionam situações em que determinados grupos sociais acessam uma maior permeabilidade em determinado território, em detrimento de outros grupos. O que direciona essas experiências são fatores diversos, e impossíveis de serem tabelados de forma simplista. O fato é que as mulheres configuram uma categoria vasta, e suas construções individuais influenciam suas práticas sociais e relações com os territórios.

Em cada **território urbano**, isto é, um recorte espacial mediado por relações de poder, as mulheres são submetidas a restrições (ou punições) específicas, que podem ser manifestadas através de julgamentos morais e/ou episódios de violência. O “miasma moral” paira sobre o trânsito da mulher nos espaços públicos. Uma atmosfera de insegurança vem dos arranjos socioespaciais que dificultam o seu deslocamento e seu estar na cidade, lhes impondo a necessidade de optar por trajetos mais longos, porque um atalho seria mais perigoso (isso ainda é ressaltado no caso de mulheres idosas, cuidadoras; PCDs, ou com mobilidade reduzida). O assédio diário é o espectro da violência urbana que limita as escolhas, o poder e as oportunidades econômicas das mulheres (Kern, 2021, p.23).

No entorno dessa discussão, uma questão chamou a minha atenção: **qual a situação da mulher em um território urbano no qual prevalece a religiosidade?** O território em contextos de religiosidade e fé pode ser definido como o espaço apropriado e organizado por comunidades religiosas para a prática, expressão e disseminação de suas crenças. Esse território possui tanto dimensões físicas quanto simbólicas. Ele se caracteriza por aglomerar locais de culto que funcionam como

marcos espaciais da fé, por peregrinações religiosas (romarias) que criam itinerários e, forçosamente, por uma rede de serviços e comércio para o suporte de romeiros.

A análise de um território religioso com base na questão de gênero pode esclarecer como as mulheres se moldam e são moldadas neste ambiente. É possível também distinguir as disputas, as tensões entre tradições e os movimentos de mudança social, além dos desafios feministas às hierarquias do território patriarcal. Quando examinei de forma crítica os modos como os territórios religiosos mantêm desigualdades de gênero, emerge a possibilidade de compreender o alcance de práticas e teorias voltadas à promoção da equidade e justiça social. Daí a relevância de se investigar esse tema pouco explorado no campo dos estudos urbanos.

Com esse propósito, defino do seguinte modo a **questão motivadora desta pesquisa**: Como o sistema de opressões interseccionadas influenciam as práticas socioespaciais das mulheres no território de religiosidade e fé de Juazeiro do Norte?

A escolha de **Juazeiro do Norte** como área de estudo não surge por acaso. Trata-se, primeiramente, da cidade onde nasci e fui socializada. A cidade, situada no Cariri cearense, é "um sertão banhado de águas, reisado, romarias, violências e resistências" (Soares, 2019, p.121). Acontece que em Juazeiro do Norte, a religiosidade é um elemento central das relações de poder, manifestado através de um catolicismo popular e sincrético, que mistura elementos da cultura sertaneja com dogmas cristãos. As romarias, cultos e demais tradições fazem parte da nossa identidade. A área central da cidade, composta por quatro bairros vizinhos, se apresenta como um território de ambivalências, agregando autos de fé, práticas comerciais, intenso movimento de romarias. Diferentes grupos sociais coabitam e disputam o mesmo território.

Para este estudo de caso, foram acionadas as abordagens interseccionais e decoloniais para averiguar as práticas socioespaciais das mulheres. O principal desafio enfrentado neste estudo foi de ordem metodológica, exigindo a construção de um caminho investigativo que se inicia no afastamento da impessoalidade acadêmica. Foi necessário situar primeiramente a minha condição social, enquanto mulher branca, arquiteta e urbanista, sem deficiência, para tornar possível a aproximação com outras mulheres.

Através de entrevistas realizadas com um grupo diverso de onze mulheres, foi possível compor um quadro analítico com os aspectos divergentes e/ou complementares em suas práticas cotidianas no espaço urbano. Além disso, as conversas realizadas com instituições públicas responsáveis pela promoção dos direitos das mulheres também tiveram grande importância para integralização dos dados e informações. A participação voluntária dessas mulheres ocorreu por meio da mediação de agentes facilitadores, como professores, funcionários públicos, pesquisadores e uma assistente social. Neste processo investigativo, não houve a intenção de sobrepor as teorias às experiências de vida. Como sugere Hooks (2017), a teoria aqui é interpretada como uma ação de liberdade, sendo o conhecimento uma ferramenta capaz de romper ciclos de violência e opressão.

Nesta pesquisa, o território surge como um elemento espacial historicizado pelo uso, onde os corpos protagonizam as relações de poder (Santos, 2006). Para debater sobre essa correlação, considero a referência conceitual do corpo-território (Haesbaert, 2014), associando essas duas entidades através de uma perspectiva brasileira e nordestina. A escolha por uma epistemologia decolonial foi importante para contextualizar a natureza dessa investigação. Situar corpos e associá-los aos espaços públicos, faz parte das três dimensões centrais desta pesquisa: o corpo, território e a interseccionalidade.

A definição de corpo é ampla, associando-se ao poder (Foucault, 2008) e a uma leitura não binária de gênero (Butler, 2019), o que instiga debates sobre crenças pragmáticas. O corpo é, assim, uma entidade situada historicamente, politicamente, culturalmente e geograficamente. A perspectiva interseccional gera subsídio para a problematização de perspectivas simplistas, que resumem processos complexos e dificultam a produção do pensamento crítico. Enquanto método, propõe modelos de apreensão que cruzam dados e informações de naturezas interdisciplinares, gerando direcionamentos multiescalares (Crenshaw, 1989; Bilge, 2018; Collins e Birge, 2021). Porém, como se trata de um conceito insipiente, a perspectiva interseccional deve ser cuidadosamente conduzida.

1.2 Objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral

Investigar as práticas socioespaciais de mulheres no centro religioso de Juazeiro do Norte/CE, considerando o sistema de opressões interseccionadas que guiam processos de apropriação, uso, construção de identidade e interações sociais nos espaços públicos.

Objetivos Específicos

- Identificar matrizes epistêmicas e conceituais que conduzam a articulação entre os três eixos principais da investigação;
- Desenvolver uma abordagem metodológica interseccional, que direcione a investigação sobre corpo e território, no contexto do estudo de caso;
- Analisar quais opressão condicionam as práticas socioespaciais das mulheres no centro de Juazeiro do Norte;
- Apresentar uma interpretação do território religioso de Juazeiro do Norte, baseada nas práticas socioespaciais das mulheres entrevistadas.

1.3 Nota Inicial sobre a Metodologia da Pesquisa

Estudar a relação entre gênero e cidade demanda um esforço à parte para a construção dos procedimentos metodológicos. A revisão da literatura que empreendi mostra que muitas pesquisas fazem uso de diferentes “experimentações” e combinações metodológicas. Em alguns estudos recentes, é comum a adoção de análises quali-quantitativas do espaço público, através da avaliação dos elementos do ambiente construído, como a infraestrutura urbana. Mas este não é o foco principal de minha pesquisa.

Minha intenção era identificar como o pensamento hegemônico conduz as práticas cotidianas das mulheres no espaço público. Considerando que "mulheres" é uma categoria ampla, é preciso sensibilidade para compreender como cada mulher traz consigo subjetividades que influenciam sua prática socioespacial. Assim, me vi compelida a estudar de forma mais detalhada as potencialidades e limitações dos

modelos metodológicos. Esse esforço encontra-se registrado no capítulo 3 desta dissertação.

Cabe, por enquanto, comentar sucintamente sobre os traços primários deste projeto investigativo. Começo dizendo que se trata de uma pesquisa do tipo de estudo de caso, guiado pela abordagem qualitativa. Por estudo de caso, entendo ser aquele que se apoia em uma investigação empírica e formula um método abrangente, através do planejamento, coleta e análise de dados (Gil, 2007; Ventura, 2007; Martins, 2008; Yin, 2015). Assim, o estudo de caso foi escolhido por entender que a investigação atende a essas características de apreensão.

Para Yin (2015) a vantagem do estudo de caso é oferecer ao pesquisador uma ampla variedade de evidências, provenientes de múltiplos procedimentos de coleta de dados. Porém, segundo Gil (2007) ele impossibilita que os resultados obtidos sejam generalizados, não permitindo conclusões genéricas. Isso exige uma metodologia mais articulada, e com tempo e dedicação para as atividades de coleta. Quanto a finalidade, essa é uma pesquisa de natureza básica de caráter exploratório (Gil, 2007), que busca aprofundar o conhecimento na área dos estudos urbanos, com o objetivo de contribuir na disseminação de temas relacionados a temática de gênero e cidade com foco nos modos de apropriação em espaços públicos, tendo as mulheres como sujeitos de pesquisa.

Em relação as técnicas e procedimentos adotados, listo a observação participante e a aplicação de entrevistas semiestruturadas. A observação participante é uma técnica onde o pesquisador se introduz no meio do grupo observado, interagindo com os sujeitos (Vinte, 1994). Já as entrevistas semiestruturadas, se caracterizam pela elaboração de um roteiro previamente elaborado, que direciona os possíveis cursos da apreensão (Manzini, 2004). Frente aos condicionantes para o desempenho deste estudo, os resultados das entrevistas se caracterizam como uma amostragem não probabilística, com critérios estabelecidos por cota, pois não se pretende apreender todo o universo amostral dentro do contexto do estudo de caso.

Além dos enquadramentos metodológicos já conhecidos dentro do universo da pesquisa científica, este estudo também trabalha com abordagens de apreensão baseadas em contribuições teóricas, que partem da escala do corpo. Assim são instrumentadas teorias que identificam a ação dos processos físicos e sociais que

conduzemo corpo (Harvey, 2012), tornando possível contextualizar as ações do corpo na produção do espaço e do território (Gago, 2019; Haesbaert, 2020; Oliva, 2022); e usar a corporeidade como recurso metodológico (Lopes, 2016). Essa interpretação direciona um modo de apreensão que também se apoia na teoria interseccional, enquanto ferramenta que investiga a natureza sistêmica dos processos sociais (Akotirene, 2019; Bilge, 2018; Collins, 2015; Collins, Bilge, 2021; Crenshaw, 1991, 2002). Todos os procedimentos investigativos estão detalhados no capítulo 3 “Caminhos do método”.

Apesar de um desafio, a abordagem interseccional permitiu um horizonte de possibilidades metodológicas, que neste trabalho partiram de caminhos situados nas referências e percalços enfrentados por quem conduziu esta pesquisa. Essa postura é um dos elementos que caracteriza a pesquisa interseccional: o afastamento da impessoalidade e a revisão de práticas pedagógicas tidas como “universais”. Considerando que a pesquisadora também é afetada pelo seu “objeto” de estudo, é importante situar quem conduz as leituras aqui apresentadas.

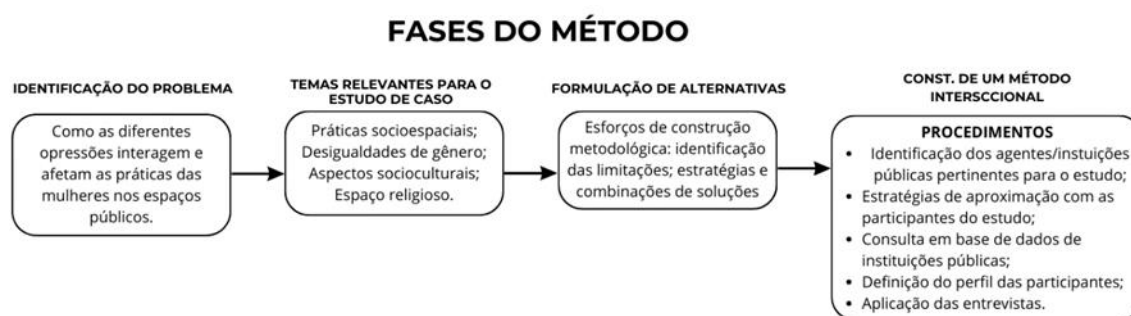
Quadro 2 - Organograma dos objetivos da pesquisa e os capítulos do desenvolvimento.

OBJETIVO GERAL:	Investigar as práticas socioespaciais de mulheres no centro religioso de Juazeiro do Norte/CE, considerando o sistema de opressões interseccionadas que guiam processos de apropriação, uso, construção de identidade e interações sociais nos espaços públicos.
------------------------	--

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CAPÍTULOS DO DESENVOLVIMENTO
· Identificar matrizes epistêmicas e conceituais que conduzam a articulação entre os três eixos principais da investigação;	> Cap 2 Movimentando conceitos;
· Desenvolver uma abordagem metodológica interseccional, que direcione a investigação sobre corpo e território, no contexto do estudo de caso;	> Cap 3 A investigação interseccional;
· Analisar quais opressão condicionam as práticas socioespaciais das mulheres no centro de Juazeiro do Norte;	> Cap 4 O caso de Juazeiro do Norte;
· Apresentar uma interpretação do território religioso que compreende a área central de Juazeiro do Norte, baseada nas práticas socioespaciais das mulheres entrevistadas.	> Cap 5 Mulheres em trânsito.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Quadro 3 - Fases do método.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Sendo assim, considerando que essa problemática é uma questão de âmbito público, foi elaborado um organograma dos objetivos da pesquisa (quadro 1) e um quadro metodológico, inspirado no modelo de ciclo de políticas públicas, para sintetizar o caminho adotado nesta pesquisa (quadro 2). Esse modelo é promissor para organizar ideias, simplificando processos complexos. Além disso, assim como observa Serapioni (2016), as fases de uma política pública geralmente se misturam e se alternam, e o mesmo pode ser percebido nas fases do método desta pesquisa.

1.4. Estrutura da dissertação

A dissertação encontra-se, além da introdução e considerações finais, estruturada em quatro capítulos. Segue uma breve descrição do conteúdo dos capítulos a fim de guiar o leitor através do desenvolvimento teórico e prático do tema abordado.

Capítulo 2 – Movimentando conceitos

Este capítulo estabelece as bases teóricas e conceituais que orientam a pesquisa, focando na construção do entendimento sobre espaço, território e as dinâmicas de opressão. O conceito de espaço é expandido para o de território, que é analisado sob a ótica das relações de poder e opressão. A interseccionalidade é central, abordando como as diversas opressões se cruzam e influenciam as experiências das mulheres no contexto urbano, com destaque para o corpo como um território político e social.

Capítulo 3 – A investigação interseccional: desafios do método

Este capítulo discute o desenho metodológico adotado para a pesquisa, destacando os principais desafios e alternativas que moldaram o processo investigativo. Explora as limitações e as possibilidades da abordagem interseccional, que orienta a análise das múltiplas dimensões das opressões nas práticas sociais das mulheres. A pesquisa qualitativa, centrada em entrevistas, é apresentada como um método fundamental para captar as narrativas e experiências vividas pelas participantes.

Capítulo 4 – Situando a cidade de Juazeiro do Norte/CE

Neste capítulo, é feito um panorama da cidade de Juazeiro do Norte, destacando sua construção histórica e cultural, marcada pela presença do machismo, coronelismo e religiosidade. A religiosidade, especialmente, é explorada como um fator de controle social e resistência. A análise propõe que esses elementos interagem e criam um território onde as mulheres enfrentam opressões múltiplas, mas também desenvolvem formas de resistência e dissidência.

O capítulo 5 – Mulheres em trânsito interseccional: o encontro de narrativas

Apresenta uma interpretação da área central de Juazeiro do Norte, baseada nas práticas socioespaciais de onze mulheres entrevistadas. Os resultados apontam para três aspectos, que compõem a estruturação deste capítulo: Apropriação e uso do espaço público; construção de identidades e interações entre diferentes grupos sociais.

2. MOVIMENTANDO CONCEITOS

Durante o mestrado, percebi que são os questionamentos que nos aproximam do conhecimento, portanto, um conceito não é a única representação da realidade. Os conceitos são ferramentas usadas para representar a vida, por meio da possibilidade constante de revisão de suas bases. Eles estão envoltos por um pensamento crítico que permite constantes indagações, que surgem através da problematização e da elaboração de questionamentos. Podem apresentar uma característica empirista, enquanto retrato fiel da realidade; como também podem ser idealistas, que representa a qualidade reflexiva do ser humano (Haesbaert, 2014).

A construção de cada problema é geo-historicamente localizado, pois cada contexto histórico e geográfico apresenta suas próprias imbricações. Isso também direciona a característica mutável dos conceitos, representada pelos sujeitos que o mobilizam. Significa dizer que todo conceito é situado, e reproduzido segundo uma episteme¹ que gera fundamento para um pensamento. Por esse motivo, é preciso analisar criticamente o pensamento que interiorizamos como universal, situado no lugar que um homem, branco, heterossexual e cisgênero ocupa na sociedade.

2.1. O Espaço, o Território, as Práticas Socioespaciais

A concepção de **espaço** constitui um tema amplamente debatido em distintas disciplinas, sendo, como todo conceito, situado geográfica e historicamente. Sua interpretação varia de acordo com os contextos socioculturais e epistemológicos nos quais se insere. Nesse sentido, investigar o conceito de espaço em articulação com a questão de gênero revela-se essencial para a compreensão crítica da problemática que orienta esta pesquisa.

Lefebvre (2006) considera que o espaço não implica somente a instância material, mas também a produção da vida, de cultura, e do modo de ser que caracteriza o urbano. Com isso, a sua produção vai além das edificações e infraestruturas, ela implica um modo de vida, que está localizado em um contexto

¹ Em seu livro *As Palavras e as Coisas* (2007), Foucault fala sobre diferentes "epistemes", ou formas de saber, que dominam períodos históricos específicos.

histórico e geográfico. Essa lógica permite interpretar que o espaço se projeta em uma escala global, ao mesmo tempo que mantém suas particularidades. É a partir do espaço que surgem outras entidades como região, território e lugar. Lefebvre identifica três dimensões indissociáveis: espaço concebido, vivido e percebido.

O espaço concebido diz respeito ao que é planejado, aquilo que traz consigo as normativas que instituem o que é ou não permitido fazer. Nessa dimensão se manifestam normas técnicas supostamente apolíticas, que são apresentadas de modo neutro, mas que na verdade foram planejadas com o intuito de garantir a manutenção das desigualdades (Alves, 2019). Então o espaço concebido sempre comunica a presença de uma hegemonia, seja ela institucionalizada ou popular. Já a dimensão do espaço vivido traduz o lado clandestino e subalterno da vida social. É o espaço dominado, que é modificado pela mente de quem o ocupa. Nessa instância, há uma certa indisciplina frente ao que é imposto no espaço concebido. Isso também pode repercutir em um potencial criativo, para representação de um espaço que se almeja.

Essa ação resulta na dimensão do espaço percebido, que se apresenta como o resultado do embate entre o concebido e o que é vivido de fato. O pensamento marxista interpreta esse conflito examinando a lógica por trás da produção espacial, enquanto mercadoria, onde o habitante é levado a incorporar as ordens e imposições existentes na sociedade capitalista para garantir o seu ciclo (Carlos, 2019). No espaço percebido há a representação da prática social, identificada por Lefebvre (2006) como a associação entre a realidade cotidiana (relativa ao uso do tempo), e a realidade urbana (rotas, e redes que se interligam).

Para Milton Santos (2006), o espaço não é uma geometria, e seu estudo não deve partir da descrição de paisagens. Desse modo, compreender a apropriação humana do espaço é enxergá-lo como um fluxo disponível a constante transformações. O espaço se apresenta como uma totalidade em movimento, ele é abstrato. É desse modo que o espaço se coloca como uma categoria guarda-chuva para outros conceitos da geografia urbana. A obra do geógrafo brasileiro destaca a importância de se entender o mundo não apenas pelas lentes das desigualdades, mas também pelas diferentes manifestações hegemônicas (Nakagawa, 2016).

O **território**, enquanto desdobramento do conceito de espaço, constitui também um objeto de ampla exploração teórica. Se o espaço pode ser compreendido como uma totalidade abrangente na qual nos encontramos inseridos, o território, por sua vez, designa uma porção espacial delimitada e configurada por relações de poder. Sua natureza é dinâmica, marcada por transformações contínuas que resultam direta ou indiretamente da ação humana (Souza, 2003). Com frequência, são as forças dominantes que exercem influência sobre esse processo, estabelecendo formas de controle, pactos e normas que, por sua vez, moldam as representações espaciais. Nas palavras de Milton Santos:

“O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” [...] O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (Santos, 1999, p.7-8).

O território configura-se como suporte fundamental das relações humanas, uma entidade dinâmica, complexa e marcada por múltiplas camadas de significados. Barbosa (2015) descreve as práticas territoriais como encruzilhadas de encontros, nas quais se delineia uma densa rede de coexistências sociais, capaz de tornar visíveis elementos antes percebidos como ausentes ou invisíveis. É no território que se concentram as práticas cotidianas de trabalho, moradia, trocas materiais, culturais e religiosas. Mais do que um aglomerado de sistemas e elementos sobrepostos, o território se estrutura e adquire sentido a partir dos usos que dele se fazem. Nesse sentido, o território expressa tanto materialidades quanto intencionalidades, não podendo ser reduzido a um objeto meramente técnico.

No âmbito das políticas urbanas, as tentativas de controle e regulamentação dos territórios podem resultar em formas institucionalizadas de negação. Berth (2023) alerta para o que denomina "urbanismo daltônico", uma prática que historicamente marginaliza a questão racial e contribui para a morte simbólica da população negra, ao invisibilizar suas experiências e demandas no espaço urbano. De maneira análoga, as questões de gênero permanecem frequentemente à margem dos debates e formulações de políticas públicas territoriais, deixando de ser reconhecidas como dimensões essenciais para a construção de cidades mais justas e inclusivas.

Conceitos como espaço e território são importantes para representação da vida, mas eles também são usados para legitimar narrativas hegemônicas. Ao falar sobre cidade e raça, Berth (2023) resgata o conceito de urbanismo eugenista, que foi utilizado como instrumento de consolidação na crença de que a negritude seria uma raça inferior. O eugenismo foi pautado em um discurso racista através de políticas públicas que visavam controlar a reprodução e o comportamento de grupos marginalizados, como pessoas negras e indígenas. No planejamento urbano, repercutiu em ações como a segregação espacial, que materializou as desigualdades socioespaciais, sendo responsável por gerar condições habitacionais desumanas; além de pregar ideias de uma suposta “higiene social”, influenciando políticas de saúde que pretendiam “sanear” bairros de população negra.

O debate sobre as questões raciais e de gênero nas políticas urbanas implica colocar o papel da centralidade dos corpos em uma prática urbanística tradicionalmente voltada à ordenação de um território delimitado. O corpo, nesse contexto, atua como uma fronteira simbólica e material entre o domínio do privado e o do público, incorporando a escala da urbanização e refletindo os valores que orientam decisões geopolíticas. Ao se colocar a corporalidade no cerne da reflexão urbanística, a abordagem torna-se mais abrangente e sensível à diversidade das dinâmicas urbanas, reconhecendo a complexidade das práticas socioespaciais.

O conceito de **práticas socioespaciais** remete às ações, interações e comportamentos humanos que configuram, transformam e produzem o espaço social. Essa abordagem considera que o espaço urbano não é apenas um dado físico, mas um produto das relações sociais que nele ocorrem, sendo constantemente construído e reconstruído por práticas cotidianas. Elas envolvem a apropriação do espaço e a maneira como esse espaço é transformado e vivido pela sociedade, refletindo questões de poder, identidade, cultura e desigualdade.

Lefebvre (2000) argumenta que as práticas socioespaciais se localizam na interação entre o espaço vivido, o espaço percebido e o espaço concebido, sendo o resultado de uma dialética entre essas dimensões. Soja (1996) expande essa ideia, afirmando que as práticas socioespaciais incluem tanto as dimensões concretas do espaço quanto as representações e experiências que os indivíduos projetam e vivenciam. Harvey (1973), por sua vez, insere o conceito no campo do materialismo

histórico e geográfico, sugerindo que as práticas socioespaciais são moldadas pelas relações de poder, produção e consumo, revelando as desigualdades inerentes ao processo de urbanização. Milton Santos (2002) também analisa as práticas socioespaciais, particularmente no contexto das desigualdades urbanas e da globalização, enfocando a dinâmica entre espaço e sociedade.

No âmbito desta pesquisa, os corpos são considerados protagonistas das práticas socioespaciais e sua ação é reconhecida em dois níveis: apropriação e uso do espaço e construção de identidade social. A apropriação e uso do espaço refere-se como as pessoas e grupos utilizam os espaços disponíveis e o que esses usos representam em termos de poder e exclusão social. A construção de identidade social, seja individual ou coletiva, refere-se às práticas de ocupação de territórios específicos por grupos sociais e étnicos. Neste sentido, é crucial reconhecer as diversidades inerentes a esses corpos, especialmente aqueles que são marginalizados, como é o caso das mulheres, que historicamente enfrentam exclusões e invisibilidades no espaço urbano. Pensar as práticas socioespaciais por meio da escala corporal feminina, significa interpretá-la como articuladora de opressões.

2.2. Indisciplinas Corpóreas: O Feminino como Articulador de Opressões

O processo denominado por Michel Foucault (1975) como “disciplina do corpo”, enquanto condição necessária para o desenvolvimento do capitalismo, é interpretado por Federici (2023) como uma tentativa institucional do Estado e da Igreja em transformar as potencialidades humanas em força de trabalho. A transformação do corpo em máquina de trabalho configura uma das principais tarefas da acumulação primitiva, que segundo a autora: “tratava-se de uma alquimia social que não convertia metais comuns em ouro, mas sim poderes corporais em força de trabalho” (Federici, 2023, p. 255).

A regularidade e o automatismo também estavam presentes no disciplinamento das mulheres durante a Idade Média, em que seus corpos possuíam a função primordial de reproduzir a raça humana. Federici deixa claro que esse regime gerou mecanismos violentos de controle, responsáveis pelo surgimento dos chamados

“crimes reprodutivos”, definidos como qualquer atividade relacionada à vida sexual das mulheres. Se uma mulher fosse considerada culpada de algum ato dessa natureza, era severamente castigada. Esses castigos eram, na maioria das vezes, direcionados aos seus corpos, que eram expropriados para atender às necessidades do sistema capitalista. Esse resgate histórico revela um estado de guerra permanente contra as mulheres, portanto, dizer que os corpos femininos articulam opressões, é identificar a natureza das funções direcionadas às mulheres no decorrer da história.

Gago (2019) identifica que esse sistema de opressão está relacionado à desvalorização da vida e do trabalho, impulsionada pela globalização. Trata-se de um tipo de “acumulação primitiva” de capital, que demoniza mulheres que exercem práticas consideradas supostamente heréticas (bruxas, curandeiras, mulheres transexuais, lésbicas, mães-solo, trabalhadoras do sexo), fugindo assim ao disciplinamento imposto. Paradigmas religiosos, combinados com a desvalorização do trabalho feminino, culminaram na progressiva desumanização das mulheres. Federici (2023) relata que essa engrenagem foi responsável pela criminalização do controle das mulheres sobre a procriação, privando-as de uma condição fundamental para a sua integridade física e mental. Outro aspecto foi a redução das mulheres à condição de “não trabalhadoras”, uma vez que as atividades realizadas em casa (como cozinhar, costurar, cuidar de crianças etc.) não eram reconhecidas como trabalho. No entanto, o governo considerava essas práticas essenciais para evitar que as mulheres dependessem da assistência pública.

É importante considerar a existência dos momentos históricos onde a violência contra as mulheres se torna uma força produtiva para acumulação de capital, para se pensar criticamente o momento atual (Mies, 1986). Por isso, é preciso localizar a complexidade dessas opressões com amparo da teoria feminista, que parte de um intelecto coletivo, contextualizado em um movimento de luta pela defesa e libertação das mulheres. Para Gago (2019, p.7), a potência feminista nunca está desconectada de seu lugar de origem: os corpos. Nas palavras da escritora, se trata da “potência do corpo como corpo sempre individual e coletivo, e em variação; isto é, singularizado”. Quando fala sobre a interpretação individual e coletiva dos corpos, significa que além das opressões direcionadas a cada corpo, ao mesmo tempo, também é reproduzida uma violência generalizada ao feminino.

Além disso, vale resgatar conceituações do capítulo anterior para expressar que a violência contra as mulheres possui uma totalidade espacial: está presente em toda e qualquer esfera, e paralelamente apresenta suas especificidades, pois também é historicamente e geograficamente localizada. Sendo assim, cada corpo acumula trajetórias e experiências, que geram demandas de compreensão a respeito das violências situadas. A epistemologia feminista identifica o caráter transversal das violências, apontando para a necessidade da compreensão articulada de sua reprodução. Essa postura torna possível catalogar as violências enquanto um organismo, sem desconsiderar as singularidades que conectam cada uma delas.

Portanto, situar as violências também é localizar um discurso e um território, isso se apresenta como uma demanda conceitual, mas também metodológica. Nenhum corpo está desconectado do seu contexto socioespacial, onde as trajetórias vivenciadas por ele são historicamente e geograficamente situadas. É nesse ponto que arquitetas e urbanistas latino-americanas, reivindicam que neste território, os estudos sobre gênero e cidade partam de bases epistêmicas que questionem as opressões reproduzidas pela colonialidade² (Falu, 2009; Berth, 2023). A colonização das américas foi um processo responsável por articular uma série de opressões, a começar pela expropriação e holocausto dos povos originários; seguido pela desumanização das sociedades africanas, através da exploração da mão de obra escrava, que desempenhou um papel crucial para a consolidação do capitalismo moderno.

Nesse contexto, os corpos das mulheres nas colônias também eram um território de conquista, e os abusos e violências gerados durante o período colonial faziam parte da consolidação desse sistema político. Para o sucesso dessa operação, foi necessário que houvesse o controle sob os corpos de mulheres indígenas e escravizadas. Por isso, as violências contra as mulheres se articulam, de modo que garantam o funcionamento dessa aparelhagem, que se mantém presente atualmente em todas as esferas sociais. Os discursos opressores que legitimam agressões

² A colonialidade, segundo Anibal Quijano (2010), é a reprodução da colonização nos dias atuais. Apesar do sistema colonial não ser mais institucionalizado, suas práticas continuam presentes na sociedade, e se alimentam por meio dos diversos tipos de opressão, como as desigualdades de classe, o racismo, machismo, capacitismo etc.

físicas, psicológicas, sexuais, morais e patrimoniais fazem parte da “guerra no, e contra, o corpo das mulheres” (Gago, 2019, p. 53).

Além disso, essa guerra alimenta uma perspectiva utilitária dos corpos, que resultou desvalorização do trabalho feminino, e paralelamente, legitimou o sistema escravocrata, culminando na marginalização de mulheres negras. Cida Bento (2022) afirma que o racismo, enquanto projeto político renovado ao longo dos anos, depende de discursos que reforçam a subalternização de pessoas negras para a manutenção da supremacia da branquitude. O racismo também apresenta uma matriz sistêmica presente em todas as instituições, essa conexão gera construção uma “rede” de opressões. A partir dessa compreensão as epistemologias decoloniais atuam, como instrumentos de leitura das problemáticas sociais que advém das práticas predatórias do colonialismo.

As múltiplas camadas que compõem os sistemas de opressão evidenciam a necessidade de (re)definir a violência como um fenômeno interdependente e retroalimentado por diversas estruturas de dominação. Estabelecer conexões entre diferentes formas de violência é fundamental para transcender os limites tradicionais da violência de gênero, reconhecendo que o machismo se sustenta por meio de outras hegemonias, como o racismo, o classismo e a heteronormatividade. Compreender essa pluralidade é essencial para a formulação de políticas públicas eficazes de proteção social voltadas às mulheres.

A gravidade da situação impõe um senso de urgência: de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024), um caso de feminicídio é registrado a cada seis horas no país, sendo 64% das vítimas mulheres negras. O mesmo levantamento aponta que uma denúncia de estupro é formalizada a cada seis minutos, com 88% das vítimas sendo mulheres, das quais 76% são consideradas vulneráveis e 52,2% são mulheres negras. Esses dados reforçam a necessidade de abordagens interseccionais que deem visibilidade às desigualdades estruturais que moldam a violência de gênero no Brasil.

Em 2024, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) divulgou o 7º Dossiê sobre a violência letal contra pessoas trans no Brasil, com base nos dados referentes ao ano de 2023. O relatório registrou um aumento de 10% nos assassinatos

em relação ao ano anterior, totalizando 155 mortes, das quais 145 foram homicídios e 10 casos de suicídio de pessoas trans. O estudo destaca ainda a importância de se compreender a violência de forma interseccional, considerando fatores estruturais que intensificam a marginalização de mulheres trans, como a ausência de representatividade política e midiática, a pobreza, a localização geográfica, os baixos níveis de escolaridade, entre outros elementos que aprofundam as desigualdades (Benevides, 2024).

No Ceará, a Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (SUPESP, 2024) apresenta um painel dinâmico, onde é possível fazer consultas por região e por município. Os levantamentos tipificam os crimes como: sexuais, Maria da Penha (Brasil, 2006), homofobia e transfobia, e feminicídio. Cabe destacar, contudo, que esses dados são subnotificados, considerando que nem todas as vítimas chegam a prestar queixa.

Embora esses dados ofereçam um panorama abrangente, tanto em nível nacional quanto estadual, das violências de gênero, é fundamental que sejam enriquecidos com outros marcadores sociais capazes de aprofundar a compreensão dos perfis das vítimas. Elementos como nacionalidade, ocupação, faixa de renda, localização geográfica, nível de escolaridade, identidade de gênero, orientação sexual, entre outros, são cruciais para uma análise crítica das dinâmicas que articulam e sustentam essas violências. Paralelamente, é imprescindível que os municípios adotem metodologias semelhantes, com a produção e disponibilização de dados georreferenciados em múltiplas escalas espaciais. Esse processo deve começar por um mapeamento detalhado que contemple os bairros e demais territórios das zonas urbanas e rurais, promovendo diagnósticos mais precisos.

Os territórios nos quais essas vítimas estão inseridas desempenham um papel ativo na articulação das violências que incidem sobre seus corpos. Mulheres que vivem em áreas marginalizadas estão particularmente expostas a um cenário mais complexo e denso de violências interseccionais, nas quais se sobrepõem múltiplas formas de opressão decorrentes das desigualdades socioespaciais. Esses contextos reforçam a vulnerabilidade estrutural e demandam abordagens que considerem as especificidades territoriais na formulação de políticas públicas.

Pereira (2015) observa essa articulação quando examina o contexto de opressões cruzadas documentadas por Carolina Maria de Jesus (2007) em seus diários, enquanto moradora de uma das maiores favelas da cidade de São Paulo. Nesses relatos, fica evidente que a favela do Canindé era um território que acumulava precariedades, principalmente em termos de pobreza, saneamento e moradia. Em determinados momentos, ela relata situações cotidianas em que um vizinho era submetido a algum tipo de violência, cujos efeitos repercutiam também na vida dos demais moradores. Tal narrativa demonstra como as opressões vivenciadas por uma pessoa em situação de marginalização podem transbordar para o entorno, afetando coletivamente os corpos que compartilham aquele território, revelando, assim, a dimensão coletiva e relacional da vulnerabilidade.

No caso das mulheres, que possuem um histórico de violência cumulativas, quando expostas a territórios precários, se tornam ainda mais vulneráveis. Por isso é importante localizar o corpo feminino enquanto entidade articuladora de opressões. Assim como o espaço e o território são geograficamente e historicamente localizados, os corpos que produzem as práticas cotidianas também são. Se os estudos sobre gênero e cidade apontam para a necessidade de uma matriz decolonial, os conceitos movimentados também precisam apresentar similaridades entre si.

2.3. Corpo-Território e Interseccionalidade: Um Encontro Epistêmico

Nesta sessão, apresento o corpo-território e a interseccionalidade como construções teóricas de uma epistemologia decolonial. Essa abordagem parte do entendimento de que é preciso subverter o “legado” universalista eurocêntrico, que nos impede de perceber a nossa sociedade a partir dela mesma (Quijano, 2010). Sendo assim, estudar as epistemologias decoloniais é também localizar um discurso, que parte da interconexão entre domesticação e colonização, duas ações que formulam a opressão sistêmica de exploração de mão-de-obra e de subordinação de territórios (Gago, 2019).

Um passo inicial é compreender as epistemologias do corpo, uma entidade que movimenta amplas discussões interdisciplinares. Para Harvey (1973), o interesse

pelos estudos sobre o corpo origina-se da apreensão desse elemento como a “medida de todas as coisas”, dotado da capacidade de orientar e influenciar diversas correntes filosóficas. Nóbrega (2007), conduz a ideia de que corpo se apresenta como a nossa medida de experiência no mundo, portanto, nossa primeira referência. Seguindo essa perspectiva, Deleuze (2002) associa a leitura do corpo a uma composição de forças que se expressa em multiplicidades, enquanto Foucault (2004) o analisa como produto de processos históricos e de acúmulo de suas experiências sujeitando-o a marcas e sinais dessas passagens.

Nota-se, entretanto, que todas essas considerações sobre o corpo, apesar de direcionadoras, partem do entendimento regido por um gênero neutro. A pretensão de se constituir uma objetividade não-situada é o que legitima o pensamento tido como universal. Por isso, é importante explorar a potencialidade do corpo como ferramenta de representação e reformulação de novas bases que direcionam a vida (Haesbaert, 2014; Oliva, 2022). É o caso das contribuições de Judith Butler ao pensar o corpo numa perspectiva não binária. Neste caso, o gênero é definido por uma *performance*, não pelo corpo, ainda que esse seja capaz de direcionar as nossas experiências (Butler, 2019; Silva, 2019).

Por meio dessa compreensão, Butler reivindica que pessoas com dissidências de gênero também tenham seus corpos validados, são o caso das pessoas transexuais e não binárias. Em seu estudo, observa que esses corpos marginalizados não fazem parte da categoria de “povo”, constantemente cunhada pelos discursos democráticos. Com isso, ao falar sobre corpo, defende que é preciso saber quais os organismos que amparam esse corpo, considerando todo contexto que o circunda:

“Desse modo, corpo é menos uma entidade do que um conjunto vivo de relações; o corpo não pode ser completamente dissociado das condições ambientais e de infraestrutura da sua vida e da sua ação” (Butler, p. 72, 2019).

O campo das sexualidades foi promissor na crítica às concepções de corpo, enquanto elemento fixo, imutável e definido pela forma da genitália. Em consequência disso, os espaços associados aos corpos também passam a ser dotados de dualidades, seguindo o sentido bipolar do “masculino/feminino”. Joseli Silva (2013) identifica que essa característica de dualidade inscreve oposições nos espaços,

enquanto público/privado, sagrado/profano, produção econômica/reprodução familiar, local/global. Essa ordem hierárquica é responsável pela manutenção de privilégios, subalternização e marginalização de corpos que fogem da representação do homem branco e europeu, por isso deve ser desconstruída.

As dualidades geram a precarização das atividades corporais e dificultam investigações que poderiam direcionar análises políticas e sociais. Callard (1998) examina essa questão através de uma leitura do primeiro volume de *O Capital* de Marx, associando as divisões de tarefas desempenhadas pelo corpo ao espaço. Além disso, explora como o corpo é interpretado na teoria, questionando as construções culturais e sociais que moldam essa interpretação. Callard destaca a relação entre corpo e espaço, mostrando como as experiências corporais e espaciais se constituem mutuamente. Também analisa as implicações dessas teorias para a pesquisa e prática acadêmica, propondo formas de incorporar a corporeidade de maneira mais adequada nos estudos espaciais e sociais.

A associação entre corpo e espacialidade ganha destaque com as reivindicações dos movimentos feministas e queer. Conforme Oliva (2022), é possível traçar uma cronologia teórica que marca a transição dos estudos de **corpo-espaço** para **corpo-território**. Essencialmente, há diferentes linhas de pensamento vinculadas a essas abordagens, e a escolha entre elas depende do objetivo da investigação. Enquanto o conceito de corpo-espaço, na Geografia clássica, remete a uma noção individual dos corpos, o corpo-território emerge de uma compreensão coletiva.

A relação entre corpo e território é fundamentada na condição coletiva dos corpos, cujas ações produzem dinâmicas de poder, tanto físicas quanto simbólicas. Essa ideia de território surge de uma matriz contra-hegemônica, reconhecendo sua natureza multifuncional e alinhando-se à prática política dos sujeitos subalternos. Ao articular-se com os debates sobre corpo e espacialidade, essa perspectiva sustenta que os corpos desempenham um papel central na construção de territórios múltiplos (Haesbaert, 2018).

A associação de corpo e território possui contribuições seminais de geógrafas feministas, que localizam a invenção do *homem universal* como responsável pela

suposta representação legítima humanidade, produtora de espaços e paisagens, gerando o apagamento e subalternização das demais categorias sociais (Silva, 2019). Linda McDowell (1999) e Doreen Massey (2008), por exemplo, localizam o corpo nos estudos sobre gênero, encontrando a potencialidade de se repensar a escala geográfica, provocando tensões a construção social da feminilidade e da masculinidade. Em uma analogia entre o corpo e as colônias europeias, Mies *et al.* (1988), definem o corpo da mulher como um território de conquista e saqueio, nos quais a extração ocorre por meio da violência.

Nesse contexto, corpo e território constituem dimensões indissociáveis, cuja articulação é central para a compreensão das dinâmicas de poder e resistência. A partir de uma perspectiva feminista latino-americana, emerge o conceito de corpo-território, que propõe uma leitura integrada entre o espaço físico e as experiências corporais. Nessa direção, Gago (2019, p. 79) define:

Corpo-território é um conceito político que evidencia como a exploração dos territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação.

Sendo assim, corpo-território nasce de uma noção coletiva da condição humana, onde um corpo não existe sem a presença de outros (Hernández, 2017). A intercorporeidade, enquanto substantivo que direciona a interação entre os corpos, é uma via de compreensão desse conceito. Nós humanos, como sociedade, estamos condicionados à coletividade, e a sensibilidade de perceber o outro também configura nossa experiência de vida.

A concepção do corpo que também é um território se refere à característica indissociável entre essas duas entidades. Ao contrário das geografias de matriz eurocêntrica, Haesbaert (2020) aponta que essa definição de território é fortemente associada aos conflitos sociais, e tem a sua identidade e uso ressaltados como ferramenta política de transformação social. Isso converge em associações do território com o corpo, através das ações que um corpo é capaz de fazer.

Na América Latina, e em particular no Brasil, o território passa a ser uma ferramenta de luta política através das revoluções travadas pelos povos originários.

Essa construção direciona três abordagens: relação espaço-poder; território como escala primordial do corpo; concepção ampliada de espaço-corpo tornando-o “sinônimo” de espaço de vida. Explora-se, nesta investigação, a segunda abordagem, e para construir um raciocínio que nos leve a essa associação, é necessário compreender qual o significado atrelado ao território.

Ao falar sobre a estruturação das relações sociais de poder, impostas durante a colonização, Porto-Gonçalves (2015) destaca a terra como a centralidade dessas ações. Por isso, a reivindicação por essa terra também passa a ser uma reafirmação política e simbólica. Logo, a terra se torna um território quando tomar posse dela significa enfrentar uma barreira étnico-racial, o que torna raça e classe dimensões indissociáveis. Para os povos indígenas e os descendentes das sociedades africanas, o território é uma entidade viva. Nessa relação, a terra não é somente um espaço que se reduz à materialidade e às relações físicas.

Assim, o corpo emerge como um elemento que advém da terra e os dois estabelecem uma relação de proximidade (Hernández, 2017; Haesbaert, 2020). Em Tordo Arado (Vieira Junior, 2019, p.100) essa relação íntima entre o corpo e terra é retratada por Belonísia quando diz “Meu pai, quando encontrava um problema na roça, se deitava sobre a terra com o ouvido voltado a seu interior(...)”. São esses costumes étnico-raciais que direcionam a interligação do corpo e do território.

Em outro sentido, é no corpo-território que as experiências são interpretadas de forma coletiva. Essa é uma concepção latino-americana, dos povos originários e do movimento de mulheres (Haesbaert, 2020). Essa expressão parte das conceituações de território étnico-raciais incorporando as contribuições de uma geografia feminista, onde “cada corpo nunca é um só, mas o é sempre com outros e com outras formas não humanas” (Gago, 2019, p. 107). É através dessa multiplicidade inerente ao corpo, no que se refere as suas manifestações em termos de classe, gênero, raça etc., que torna possível o encontro epistêmico entre corpo-território e interseccionalidade.

A instrumentalização dessas duas ferramentas teóricas e metodológicas nos estudos sobre gênero e cidade parte da seguinte compreensão: existe uma sistemática que articula as opressões direcionadas aos corpos femininos que se

manifesta nos territórios urbanos. A violência contra as mulheres é caracterizada por um conjunto de opressões que se retroalimentam, produzidas através de práticas opressoras de diferentes naturezas. Elas se manifestam cotidianamente, seja nas relações familiares, no ambiente de trabalho, dentro de instituições públicas, religiosas, nos veículos de comunicação, dentre outros. Essa onipresença inscreve significações aos corpos femininos, reforçando as estruturas sociais de gênero e demarcando a hierarquia de poder nos territórios.

A partir disso, compreende-se que a atmosfera de medo e insegurança que caracteriza as práticas das mulheres no contexto urbano é influenciada por uma cultura de violência contra seus corpos. Situações como uma rua escura ou mal iluminada, áreas desertas e terrenos a céu aberto podem ser cenários propensos a crimes. Porém, o que também se observa é que, mesmo em espaços com maior vitalidade, elas não estão seguras. Por isso, essa problemática deve ser analisada também sob o prisma das representações das relações de poder nos espaços públicos. Assim como a reprodução dessa violência é caracterizada por uma aparelhagem, as investigações também devem apresentar uma articulação conceitual e de método.

É importante, contudo, demarcar que as mulheres não compõem um grupo homogêneo; suas diferenças de raça, classe, identidade de gênero, sexualidade, deficiência, entre outros marcadores sociais, configuram experiências específicas de opressões que se retroalimentam. Por isso, Gago (2019) defende que as violências devem ser investigadas a partir das conexões geradas entre si, sem desconsiderar as suas singularidades.

É sob esse pensamento que a teoria interseccional se baseia, caracterizada por um modo de apreensão que trabalha com análises pluritemáticas. Como teoria, gera subsídios para a problematização de perspectivas simplistas, que resumem processos complexos e dificultam a produção do pensamento crítico. Enquanto método, ela propõe modelos de apreensão que cruzam os elementos diversos presentes nas opressões vivenciadas pelas mulheres, gerando direcionamentos multiescalares (Crenshaw, 1989; Bilge, 2018; Collins e Birge, 2021).

A teoria interseccional se revela como um conceito/método que objetiva a leitura da sociedade mediante análises pluritemáticas. Similar à concepção epistemológica do corpo-território, a interseccionalidade também surge dentro de uma narrativa decolonial, e possui origem nas reivindicações do movimento de mulheres negras. Para o pensamento interseccional, raça, gênero, classe, etnia, idade, deficiência, cultura, orientação sexual e identidade de gênero são categorias sociais indissociáveis, que geram desigualdades complexas, mas também produzem modos alternativos de compreender a existência humana. Isso se torna possível porque a sua construção epistemológica foge de dualidades, e corrobora com o conhecimento ancestral das sociedades africanas. Então é possível afirmar que, nesse contexto epistêmico, a interseccionalidade não é uma “nova teoria”, mas a inserção do termo nos circuitos acadêmicos é algo recente (Bilge, 2018).

O trabalho da jurista Kimberlé W. Crenshaw (1989) é considerado um marco na inserção da interseccionalidade como um conceito de pesquisa, através do seu modelo de avenidas, foi possível observar que as experiências de mulheres negras eram o resultado da interseção do racismo e do machismo, e que essas demandas não eram consideradas nem pelo discurso feminista nem pelo discurso antirracista. Apesar do volume considerável de produções teóricas mencionando a interseccionalidade ter se concentrado inicialmente nos Estados Unidos, atualmente já se sabe que esse pensamento também está presente em muitas das narrativas de intelectuais negras da América Latina.

No cenário nacional, o pensamento sobre opressões cumulativas pode ser identificado durante a década de 1980, através das contribuições de autoras como Lélia Gonzales (2020). Ao debater sobre os efeitos violentos produzidos pelo duplo fenômeno do racismo e do sexismo sobre a mulher negra, ela afirma que a mensuração dessas duas manifestações é condicionada pelo *lugar* em que o sujeito se situa. Ou seja, quem somos define não somente as nossas condições de vulnerabilidade, mas também como lidamos com a vulnerabilidade do outro.

Conforme mencionado anteriormente, na literatura de Carolina Maria de Jesus essas opressões sistêmicas também estão presentes e são retratadas através de seus diários. Em Quarto de Despejo (2017), ela narra seu cotidiano frente ao racismo

institucionalizado³, que compromete as possibilidades de mobilidade social. Isso combinado a demanda diária do cuidado com seus filhos, somado a uma jornada de trabalho desumana e mal remunerada, sob condições de pobreza, violência, insalubridade e dificuldade no acesso a serviços básicos. Toda essa trajetória de múltiplas dobras é investigada por Pereira (2015), que também adota uma abordagem associando o corpo ao território.

Nos estudos urbanos, a inserção dessas temáticas surge como “novas teorias” que impulsionam o pensamento crítico contemporâneo, gerando uma continuidade frente as contribuições passadas. Mas para além disso, recorrer a elas simboliza um resgate epistemológico. Aqui também vale se atentar ao que Bilge (2018) considera como a reivindicação da propriedade intelectual da interseccionalidade, e talvez ele se aplique a formulação do corpo-território, no que diz respeito aos usos dessa teoria que geram deturpações e um apagamento da sua matriz racial⁴.

O desenvolvimento do pensamento interseccional gerou importantes tensões epistemológicas, especialmente no que diz respeito à sua aplicação. Três cenários discursivos se destacam nesse debate. O primeiro defende que a interseccionalidade deve ser utilizada como qualquer ferramenta analítica, acompanhada de práticas científicas autônomas e fundamentadas. Para isso, seria necessário dissociá-la do ativismo, permitindo uma investigação empírica mais rigorosa de temas subjetivos como desigualdades, violência e estigmatização (Buscatto, 2016). No entanto, essa perspectiva é contestada por autoras como Collins e Bilge (2021), que argumentam a favor da articulação entre ativismo e produção de conhecimento. Para elas, a interseccionalidade se realiza plenamente como prática política e epistemológica, ao revelar e confrontar os processos de exclusão e marginalização que afetam grupos sociais historicamente oprimidos.

Uma segunda fonte de discussão diz respeito à capacidade de abrir a análise interseccional a outras dimensões sociais susceptíveis de serem articuladas para dar conta das desigualdades de modo sistemático. Isso ocorre, por exemplo, quando se

³ Termo utilizado para definir as práticas burocráticas e excludentes adotadas pelas instituições (ex: educacionais, administrativas, saúde etc.), que dificultam o acesso de pessoas negras e pobres aos serviços essenciais (López, 2012).

⁴ Neste caso, étnico-racial.

insere teorias feministas marxistas na combinação de gênero, raça e classe. Ferguson (2017) alega que o feminismo marxista trouxe as preocupações da reprodução social da interseccionalidade para além da leitura estreita das relações gênero/classe, mas sem alcançar uma teorização completa da lógica integrativa das opressões.

Se os imperativos da acumulação e da produção capitalista dominam todos os aspectos da reprodução social, isso permitiria reconhecer inúmeras situações sociais produtoras de desigualdades, mas não seria suficiente para identificar e explicar em uma única grelha de análise todas as situações sociais existentes. Neste caso, questões importantes permaneceriam em aberto, como a possibilidade de integrar todas as relações de dominação numa única teoria social, sem correr o risco de excluir dados empíricos específicos de cada situação social (Fassa e Lépinard, 2016).

Os trabalhos nacionais que aderem a crítica marxista sinalizam essa tensão, sendo o caso de Machado (2017, 2018) ao tratar do conceito de “consustancialidade”, ligado ao feminismo materialista francófono, para uma revisão crítica da articulação entre racismo, (hetero)sexismo e capitalismo. Outras pesquisas não se aprofundam tanto nessa discussão, preferindo espelhar a literatura urbana marxista clássica para pensar a interseccionalidade em abordagens de temas como habitação, acesso à terra e lutas do território para fins de moradia (Gonçalves, 2021), mercado de trabalho das mulheres (Soares, 2021; Santoro, 2023) ou problemas estruturais de reprodução socioeconômica da desigualdade e de defesa dos “direitos” e políticas institucionais inclusivas (Bello, Pires e Avzaradel, 2019; Helene, 2019).

A terceira polêmica envolve a articulação entre a teoria decolonial e os estudos interseccionais, ao propor a valorização de saberes historicamente marginalizados, como os conhecimentos negros e indígenas. Embora essa integração tenha grande potencial crítico, ela também impõe desafios, exigindo atenção às diferenças entre os fundamentos, metodologias e objetivos de cada abordagem. Enquanto a teoria decolonial propõe uma ruptura com as estruturas eurocêtricas de poder e saber, buscando a emancipação por meio da descolonização, a interseccionalidade frequentemente opera dentro de instituições existentes para evidenciar múltiplas formas de opressão. É nesse ponto que Lugones (2020) alerta para o risco de que o “sistema moderno-colonial de gênero” transforme raça, classe e sexualidade em

categorias analíticas descontextualizadas, esvaziando suas dimensões históricas e universais.

No cenário nacional parece haver uma clara disposição de tensionar essa questão. Isso inclui enfrentar a “neurose cultural brasileira” que produz efeitos racistas e sexistas violentos, particularmente sobre a mulher negra (Gonzalez, 2020). Também é argumentado que é preciso desafiar as matrizes hegemônicas, “cruzar o Atlântico”, com a intenção de resgatar os saberes construídos pelas sociedades pré-coloniais, em busca de posturas que rompam com as noções dicotômicas, e assim elaborar uma produção de conhecimento incorporada às epistemologias africanas (Akotirene, 2018; Hollanda, 2020). Dentro desse tópico de discussão, ainda é defendida a adoção de uma disciplina epistemológica como alternativa, na busca de perspectivas dialéticas, disruptivas e insurgentes de ação da ciência (Tavares e Ramos, 2021).

Em resumo, ao integrar a teoria decolonial aos estudos sobre interseccionalidade é preciso ter o cuidado para que não haja distorções que gerem a reprodução de leituras simplistas. Diante desses embates epistêmicos apresentados por essa teoria incipiente, nesta pesquisa há a tentativa de promover uma investigação que considere o ativismo na produção de uma interseccionalidade em ação, por meio das leituras feministas e contribuições do movimento de mulheres. A teoria feminista contribui na caracterização das opressões direcionadas às mulheres, por meio das estratégias de enfrentamento a essa matriz opressora, desempenhadas pelo ativismo. Já o pensamento decolonial, que também é acionado como dispositivo direcionador deste estudo, possibilita a desconstrução de um olhar hegemônico, questionando as estruturas de poder produzidas pela colonialidade.

O encontro epistêmico entre corpo-território e interseccionalidade remonta à simultaneidade de uma matriz contra-hegemônica, feminista, e embasada na herança étnico-racial de povos que não sucumbiram às tentativas de apagamento epistêmico provocado pela colonização, conforme argumento de Akotirene (2019). É partindo dessas contribuições que se torna possível fitar olhares alternativos sobre o corpo, o território e as múltiplas manifestações geradas através dessa relação que o ser humano estabelece consigo, com os outros, e até mesmo com elementos não humanos.

A epistemologia do corpo-território gera subsídio teórico para a interpretação de um território que transcende o físico, adentrando em uma dimensão onde o corpo é o vetor para a chegada em um *lugar*, as vezes imaterial. Além de localizar o corpo da mulher em um contexto de expropriação e controle. Isso também direciona leituras futuras sobre multiterritorialidades (Haesbaert, 2018). A interseccionalidade, por sua vez, oferece uma visão multifuncional da cidade e das categoriais sociais, possibilitando a interpretação de processos diversos de apropriação. No caso das práticas das mulheres no centro de Juazeiro do Norte, o movimento desses conceitos auxilia na compreensão dos elementos que constituem as operações sistêmicas envoltas em seu cotidiano, em diferentes escalas. Esse é um debate explorado no subcapítulo a seguir.

3. A INVESTIGAÇÃO INTERSECCIONAL: DESAFIOS DO MÉTODO

No Brasil, os direitos das mulheres adquiriram relevância pública apenas em tempos recentes. No âmbito dos estudos urbanos, embora haja esforços direcionados à sua promoção, essa temática ainda permanece pouco explorada. A minha revisão da literatura deixou claro a dificuldade de se investigar essa problemática dentro de um campo que quase sempre ignorou as relações de gênero. O desafio que se apresenta a qualquer pesquisador interessado é, portanto, reconhecer os obstáculos e exercitar abordagens metodológicas capazes de vasculhar a complexidade do fenômeno e oferecer respostas pertinentes.

Por isso dediquei uma parte expressiva do tempo de pesquisa a compreender as potencialidades e limites metodológicos no trato da relação entre gênero e cidade. Uma decisão fundamental neste percurso foi a adoção da estrutura conceitual de **interseccionalidade** como modelo direcionador de investigação. Essa abordagem apresenta uma série de dificuldades, considerando que se trata de uma teoria em desenvolvimento, além da sua aplicabilidade acadêmica receber críticas constantes. Apesar disso, considero que se trata de uma abordagem promissora para a interpretação de fenômenos sociais complexos, como as ambivalências e desigualdades de gênero no espaço urbano.

Este capítulo é dedicado a detalhar esse caminhar e descoberta de procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa. O relato que se segue começa discutindo a questão do afastamento da impessoalidade no âmbito da pesquisa acadêmica, para em seguida descrever a experiência de aplicação de uma série de exercícios de aproximação metodológica. Finalmente, sentindo-me um pouco mais segura, consegui construir o método de investigação adotado que considero o mais exequível e adaptado às condições locais encontradas.

3.1. Sobre a Impessoalidade na Pesquisa Acadêmica

Os estudos interseccionais no campo urbano discutem a **impessoalidade** de forma crítica e defendem o uso da escrita na primeira pessoa, com o objetivo de situar

o pesquisador dentro da problemática investigada. Isso ocorre porque muitas dessas pesquisas são conduzidas por pessoas socializadas nos próprios territórios de opressões interseccionadas em que as investigações se situam, o que também justifica o interesse pela pesquisa e confere maior propriedade às análises. Assim, alguns estudos argumentam contra a impessoalidade, sugerindo que a pesquisadora se localize como parte do sistema de opressão (Collins; Bilge, 2021). Com base nisso, fiz a escolha de conduzir minha escrita na primeira pessoa, com a intenção de me situar dentro desse sistema de opressões, o que influenciou os desafios, condicionantes e alternativas que encontrei para a adoção do método de apreensão.

No contexto desta investigação, seria impossível que o processo metodológico não fosse influenciado pelas inscrições que acumulei durante o meu percurso de vida. Enquanto uma mulher branca, que nasceu e foi socializada em Juazeiro do Norte, precisei desconstruir algumas leituras preconcebidas sobre esse território. Vale lembrar a máxima da segunda onda feminista “o pessoal também é político” (Hanisch, 1969). Localizar os elementos da “vida privada” é importante para compreensão dos fenômenos sociais que se reproduzem na esfera pública. Por isso, estive a todo momento inserida neste problema de pesquisa e minhas interpretações partem dessa condição social.

Durante a graduação, fui apresentada à teoria feminista, mas minhas primeiras referências sobre as mulheres de Juazeiro do Norte vieram da convivência em família. Foi através das mulheres de minha família que aprendi sobre a desvalorização do trabalho reprodutivo, a vida no campo e o êxodo para a cidade. Também ouvi relatos sobre a violência enfrentada devido às opressões de gênero. Em busca de uma pessoalidade, examinei fotos de família para identificar elementos que evidenciassem essa construção social, perpetuada por gerações e inscrita em mim. Foi quando encontrei uma fotografia dos anos 1970, que ilustra claramente essa cultura patriarcal: as crianças estão com suas mães, enquanto os homens permanecem com os braços soltos ou cruzados. Hoje posso compreender que todas essas pessoas estavam inseridas em um contexto de desigualdades, que moldou as relações de gênero (figura 1).

Figura 1 – Retrato de família.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 1970.

Compreendi, então, que buscar apenas na teoria os direcionamentos práticos para o amadurecimento desta investigação não foi suficiente, porque esse é um processo que parte primeiramente da minha pessoa. O afastamento da impessoalidade acadêmica, por meio do resgate das vivências ancestrais, é defendido por Hooks (2017, p.86), como uma transgressão necessária: “Quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de auto recuperação e libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática”.

Esse resgate é também identificado como “metodologias dos quintais de casa” (Pereira; Marquez, 2022). Além das relações de gênero, por ter sido socializada no contexto socioespacial de Juazeiro do Norte - onde cultura e fé se misturam - demorei a perceber a religiosidade como um aspecto que influencia nas opressões de gênero. Observando as mulheres da minha família, percebi que para aqueles que enfrentam opressões cruzadas, a religiosidade muitas vezes serve como um conforto. Por isso, interpretar essa dimensão como uma forma de opressão não foi um entendimento imediato.

Ao me aprofundar na teoria feminista e interseccional, em alguns momentos, quis desviar do meu tema de pesquisa, o que me levou a “não caminhos”. Uso esse termo para descrever posturas que tomei ao longo do trabalho, as quais não necessariamente me conduziram à essência da investigação, mas refletiram experimentos desse modo como fui socializada. Por exemplo, houve momentos em que tentei focar nas apreensões socioespaciais, concentrando-me nos aspectos físicos dos espaços públicos. Para isso, revisei documentos⁵ que apresentavam modelos de análise guiados pela perspectiva de gênero, e pensei em adaptar essas metodologias para o estudo de caso.

Todavia, essas abordagens, embora relevante, não se adequavam ao caso aqui estudado, que abarca aspectos que vão além da materialidade dos equipamentos urbanos, revelando complexas dinâmicas de poder. Focar apenas em elementos como a qualidade dos passeios, a iluminação pública e a vitalidade urbana me levavam a identificar apenas os sintomas da problemática, em vez de reconhecer suas causas. Para promover mudanças significativas no ambiente físico, é fundamental romper com a matriz do pensamento hegemônico presente nas práticas urbanas cotidianas.

Outra dificuldade encontrada foi situar a cidade de Juazeiro do Norte em um contexto histórico de violência contra as mulheres. Através das contribuições de Nobre (2011), Soares (2019) e Diniz (2022), pude reconhecer a influência do racismo, misoginia, coronelismo e religiosidade na região. Esses elementos contribuíram para as violências direcionadas à beata Maria de Araújo e a tantas outras mulheres que ainda são vítimas dessas opressões enraizadas na nossa cultura patriarcal. Ao escrever sobre o espaço público da área central da cidade, também trouxe à tona minhas percepções e memórias, sendo necessário desconstruí-las para melhor visibilidade das alternativas metodológicas da pesquisa.

Para desconstruir minhas impressões lembranças, revisei as práticas metodológicas que aprendi, combinei-as com estudos sobre branquitude e me apropriei da literatura engajada e das oficinas de cartografias marginais. Embora a

⁵ Foram eles: Manual de Análise Urbana: Gênero e vida cotidiana (Kolektiboa, 2010, tradução da autora); e a Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade Terminal Santana (SampaPe!, 2018).

religiosidade não seja o foco central da pesquisa, compreendê-la como pano de fundo foi um processo marcado por resistências pessoais. Chegar a esse nível de clareza sobre a problemática não foi imediato; foi necessário “afastar-se da ilha” (Saramago, 2016) para perceber o que estava ao meu redor. Assim, acredito que esta pesquisa gera mais perguntas do que respostas, mas descreve como processos reais de socialização, em meio a opressões cruzadas, impactam o modo como as mulheres acessam os espaços públicos urbanos.

3.2 (Des)Construindo Práticas Pedagógicas nos Estudos Urbanos

Atualmente, em alguns cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo (AU), são exploradas as potencialidades da teoria feminista na construção do pensamento crítico sobre a espacialidade, acompanhada pela abordagem da epistemologia decolonial. Embora isso seja um avanço, ainda há a necessidade dessas inserções estarem inseridas em um processo de revisão das práticas pedagógicas de ensino na área (Tavares; Ramos, 2021). Para isso, é importante considerar a teoria feminista proposta por Hooks (2017), enquanto uma potencialidade de conduzir uma “virada de mesa” (Ribeiro, 2010).

Assim, as definições e redefinições do desenho metodológico desta investigação, partiram da desconstrução de algumas das práticas pedagógicas reproduzidas nos estudos urbanos. A bagagem metodológica herdada na graduação foi responsável por conduzir as primeiras escolhas e adaptações do método. Porém, percebeu-se que ela não estava dando conta da complexidade desta investigação, resultando em possíveis “fugas” em relação ao objetivo da pesquisa. Mas como disse Carlos Drummond (2000, p. 46), mesmo com alguns desvios, “(...) tudo é caminho”, e essa reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas fez parte do processo.

Debater gênero nos estudos urbanos é uma prática considerada insipiente, e até “fora da curva”, o que demonstra que há uma ordem hegemônica responsável por instaurar práticas consideradas condizentes com este campo de estudo. De qualquer modo, progressivamente temas envolvendo gênero e espaço público estão deixando de ser “um debate de interesse específico”, e se tornando um problema de interesse público. Tavares e Ramos (2021) identificam que essa postura está relacionada a uma

tradição de leitura das cidades imposta pelo movimento modernista, e que também influencia as práticas de ensino.

Teóricos de referência em estudos urbanos, como Jane Jacobs (2024) e Henri Lefebvre (2006), enfatizaram o valor do uso social da cidade, em defesa do valor puramente comercial e produtivista. A difusão do pensamento modernista condicionou construções metodológicas reproduzidas nas disciplinas de estudos urbanos, ao desenvolver formas de ensino e aprendizagem focadas mais no produto do que no processo. Por outro lado, a insurgência de debates como o que está sendo proposto aqui, demonstra a insuficiência dessa epistemologia hegemônica e a necessidade de abordagens mais complexas, interdisciplinares e interseccionais.

Dentro desse contexto, surgem grupos de pesquisadores que se dedicam a estudar pautas consideradas “transgressoras”, como é o caso do FeminismUrbana (2017), um coletivo de arquitetas e urbanistas que foram as primeiras no âmbito nacional a adotar a epistemologia feminista em debates críticos sobre a AU. Outra iniciativa contra hegemônica é rede Arquitetura Bicha (s/d), que propõe leituras sobre gênero e sexualidades. No Cariri cearense, surge o Grupo de Estudos de Gênero e Cidade (GECID)⁶, uma iniciativa que partiu da demanda das estudantes e que se torna um espaço de letramento dos estudos sobre gênero, usando como base a teoria feminista e interseccional. Em alguns programas de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, temas relacionados a gênero, raça e cidade ainda são considerados “novas teorias”, e poucas disciplinas abordam essas questões diretamente⁷.

Outra questão importante para a renovação das práticas pedagógicas são os estudos sobre branquitude e interseccionalidade. Através dos encontros promovidos

⁶ Hoje o GECID é um grupo de pesquisa vinculado ao CNPQ e atuante no curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Regional do Cariri (URCA).

⁷ No PPGAU+D/UFC, a disciplina de Urbanismo, Identidade e Diversidade (UID), gerou subsídios valiosos para o desenvolvimento do estudo, acessando bases teóricas mais robustas e realizando exercícios que contribuíram para aprimorar a problemática da pesquisa. Os ensaios propostos nessa etapa do mestrado incentivaram abordagens alternativas para o método de investigação, ao mesmo tempo que destacaram fragilidades na análise e os desafios a serem enfrentados.

pelos Núcleo de Estudos em Raça e Interseccionalidade (NERI) da UFC⁸, foi possível acessar a teoria da branquitude (Bento, 2022).

A branquitude se refere a uma posição social, cultural e histórica de pessoas brancas, presentes em sociedades onde o racismo é um modo de articulação de poder. Ela é caracterizada por elementos como: (i) privilégios raciais, onde brancos acessam maiores privilégios, mesmo que invisíveis ou neutralizados; (ii) neutralidade implícita, há contextos em que a branquitude é tida como a “norma padrão”, e outros grupos raciais são interpretados como “o outro” ou “diferente”; (iii) manutenção das estruturas raciais de poder, isso pode ocorrer através de políticas, instituições e práticas culturais; (iv) racismo estrutural, que anda de mãos dadas com a branquitude, ao se enraizar nas instituições e normas sociais (Bento, 2022).

Enquanto uma pesquisadora branca, que instrumentaliza epistemologias raciais e decoloniais, estudar sobre branquitude é essencial para que eu me localize nessa estrutura de poder. É necessário que as minhas leituras de mundo também sejam tensionadas, ao enxergar a minha raça como um elemento que também conduz esta investigação. É nesse contexto que a psicóloga Cida Bento (2022) elabora o conceito de “Pacto da Branquitude”, enquanto uma estrutura racial de poder que ampara um conjunto de comportamentos, práticas e estruturas sociais que beneficiam pessoas brancas e garante a manutenção das desigualdades raciais.

O termo “pacto” é utilizado para reforçar a ideia de contrato, que é firmado cotidianamente. A prática do racismo não está presente somente na discriminação, ela também se legitima por meio da convivência, da inércia e do consentimento. Durante este trabalho, me comprometi em desenvolver ações em que me reconheço como parte do problema investigado. Porém, confesso que isto não é uma atitude automática, acionada quando a teoria é acessada. Ela requer um exercício contínuo de práticas cotidianas em diferentes escalas, que vão desde as autorias que menciono no referencial teórico ao modo como caminho nas ruas e desenvolvo as minhas apreensões.

⁸ O Núcleo de Estudos em Raça e Interseccionalidades (NERI) é coordenado pelas professoras Antônia e Geisa, do curso de sociologia da UFC.

3.3. Gênero e Cidade: Abordagem Teórica e Prática de Pesquisa

Apesar de sua efervescência no cenário atual, os estudos sobre gênero e cidade ainda precisam avançar em suas investigações. Czytaijo (2024), apresenta três dimensões nos estudos urbanos que vêm orientando as pesquisas nessa área, sendo elas: interpretativa, científica e prospectiva (quadro 1). Essas dimensões não são tipologias rígidas, podendo haver pesquisas que apresentem mais de uma natureza. No caso desta investigação, identifica-se um enquadramento analítico e conceitual que, em um momento futuro, pode gerar novas prospecções, adquirindo uma natureza política. Retornando aos enfoques teóricos e metodológicos, a interseccionalidade é um conceito que vem ganhando destaque nos estudos sobre gênero e cidade, tanto como paradigma de pesquisa quanto como prática metodológica.

Quadro 1 - Dimensões dos estudos de gênero e cidade no urbanismo.

DIMENSÕES NO URBANISMO			
NATUREZA	TEORIA		EXPERIÊNCIAS
	INTERPRETATIVA		INTERPRETATIVA
	Gênero enquanto categoria analítica / desigualdades. Complexidade de dimensões da urbanização.		Descrição e interpretação da realidade urbana Fenomenológica.
	CIENTÍFICA		CIENTÍFICA
CONCEITUAL	Enfoques teóricos. Dispositivos discursivos. Paradigmas emergentes.		Teoria explicativa; métodos, instrumentos; conceitos.
POLÍTICA	PROSPECTIVA		PROSPECTIVA
	Novos sujeitos. Temas substantivos do urbanismo e processos de gestão participativa.		Técnica de planificação orientada para o futuro.

Fonte: Tradução e elaboração própria, através da pesquisa apresentada por Czytaijo no ENANPARQ8 (2024).

A palavra interseção possui o seu significado associado ao “o ato de cortar-se mutuamente” (Ferreira, p. 487, 2010). Logo, uma perspectiva interseccional parte do princípio da interpretação mútua, envolvendo a interação de uma diversidade de fatores. Nos campos acadêmicos, a interseccionalidade vem sendo debatida

enquanto ferramenta teórico e metodológica, propondo uma interpretação das opressões a partir das suas naturezas sistêmicas. A perspectiva interseccional não busca generalizar problemáticas ou identificar um eixo comum entre elas; pelo contrário, propõe uma compreensão das inúmeras articulações geradas pelos complexos sistemas de opressão.

Essa aparente indefinição teórica pode ser uma consequência da própria natureza inclusiva da interseccionalidade enquanto paradigma de pesquisa (Hancock, 2007; Medeiros, 2019). No entanto, é necessário considerar a ambiguidade e a incompletude que caracterizam as construções conceituais, o que indica a necessidade de uma constante revisão de suas bases. Nesse sentido, Hancock (2007) apresenta um quadro que sistematiza os principais pressupostos metodológicos identificados nos estudos interseccionais quando adotados como paradigma de pesquisa. Diferente das abordagens unitária ou múltipla, a abordagem interseccional permite que mais de uma categoria seja debatida, o que também permite relacioná-las dentro de um contexto de interações dinâmicas (ver quadro a seguir).

Quadro 6 - Diferenças conceituais entre abordagens para o estudo de raça, gênero, classe e outras categorias de diferença na ciência política

	Abordagem unitária	Abordagem múltipla	Abordagem interseccional
Quantas categorias são abordadas?	Uma.	Mais de uma.	Mais de uma.
Qual o relacionamento postulado entre as categorias?	A categoria em análise é a principal.	Categorias têm a mesma importância, em uma relação predefinida entre elas.	Categorias têm a mesma importância; a relação entre elas é uma questão empírica aberta.
Como são contextualizadas as categorias?	De forma estática, em nível individual ou institucional.	De forma estática, em nível individual ou institucional.	Interação dinâmica entre fatores individuais e institucionais.
Qual a composição presumida de cada categoria?	Uniforme.	Uniforme.	Diversa; membros frequentemente diferem em formas politicamente significativas.
Quais níveis de análise são considerados viáveis em uma única análise?	Individual ou institucional.	Individual e institucional.	Individual integrado com institucional.
Qual a convenção metodológica adotada na análise?	Empírico ou teórico; método único preferido; método múltiplo possível.	Empírico ou teórico; método único suficiente; método múltiplo desejável.	Empírico e teórico; método múltiplo necessário e suficiente.

Fonte: Hancock (2007), traduzido por Medeiros (2019).

Sobre a metodologia adotada na análise interseccional, as pesquisas revelam um método empírico e teórico, caracterizado por procedimentos múltiplos. Essa caracterização também é percebida na inserção da interseccionalidade nos estudos urbanos, onde as pesquisas nacionais apresentam abordagens qualitativas, influenciadas por experiências pessoais, característica da *outsider within*⁹. A partir de um artigo desenvolvido para esta investigação (Benjamim, Farias, 2024), foi possível identificar três eixos que caracterizam essas pesquisas: (i) espaços marginais e resistência, (ii) espaço de mobilidade, acesso e segurança; (iii) espaços do planejamento urbano e da economia reprodutiva.

Visando a objetividade desta análise, aqui serão explorados os dois últimos eixos, que se introduzem no debate sobre o uso e apropriação dos espaços públicos. Dentro do primeiro recorte temático, a teoria interseccional oferece contribuição relevante para ampliar o olhar sobre as relações de poder no desenho e nos usos e ocupação do solo urbano (Tummers, 2015; Gamrani e Tribouillard, 2021). Os estudos que tratam da relação das mulheres com o espaço público observam como o medo e a sobreposição de tarefas resultam em padrões de deslocamento específicos (Kolektiboa *et al.*, 2010; Sampapé, 2018), além disso, apontam para a necessidade de ações cruzadas no enfrentamento à violência de gênero.

Então é identificado que a segurança para as mulheres requer de estratégias políticas e de caráter prático. Para examinar a invisibilidade da violência contra as mulheres na agenda da segurança pública, e os efeitos da violência materializada no desenho urbano, é necessária uma compreensão profunda das dinâmicas de poder que operam em diferentes níveis – desde as interações cotidianas até as estruturas institucionais, evidenciando que o padrão territorial desigual se expressa e é estruturado pelo patriarcado (Caldeira, 2006; Viveros Vigoya, 2016; Monteiro, 2021).

⁹ Esse conceito descreve a posição de indivíduos marginalizados, como mulheres negras, que estão dentro de espaços dominados por grupos de poder (como universidades ou instituições), mas ainda assim são tratadas como "de fora" devido às suas identidades. Essa posição permite uma visão única, pois essas pessoas experimentam a opressão enquanto têm acesso a espaços de poder, o que pode gerar formas alternativas de conhecimento e resistência.

No contexto dessa problemática, surgem algumas iniciativas em formato de guias de governança e auditorias de segurança para mulheres, encabeçadas por algumas gestões municipais ou instituições de pesquisa (Kolektiboa *et al.*, 2010; Sampapé, 2018). Em Belo Horizonte/MG, foi desenvolvido um relatório baseado nessas auditorias, inspirado no modelo criado pelo Canadá e adaptado pela ONU-HABITAT. O documento apresenta uma metodologia comumente aplicada nesse tipo de estudo, direcionada por uma espécie de grupo focal entre mulheres residentes de determinado território (Onu-habitat, 2019). Essa pesquisa contribuiu no desenvolvimento do Relatório ODS BH 2020 (Onu-habitat, 2020), iniciativa conduzida pela prefeitura municipal e as instituições de pesquisa. Esse modelo de apreensão é caracterizado pelo processo participativo, e tem como objetivo investigar os aspectos físicos do espaço público que geram maior segurança para as mulheres.

O terceiro e último eixo de caracterização das análises interseccionais nos estudos urbanos se refere aos espaços do planejamento urbano e da economia reprodutiva. As pesquisas desse eixo apontam para a necessidade de reavaliação das abordagens tradicionais. Integrar uma perspectiva interseccional no planejamento urbano significa a inclusão e representação das múltiplas vozes e experiências marginalizadas no processo decisório. Aqui, as reivindicações não se limitam a análises do espaço físico, elas são mais abrangentes, e instigam o combate a cultura enraizada nos sistemas urbanos fundamentais. Para isso, é necessário investigar a articulação entre as estruturas tradicionais de poder.

Ainda dentro desse bojo, é tratado sobre a ausência de consideração da economia reprodutiva no planejamento urbano, como uma deficiência vinculada à perspectiva patriarcal (Tummers, 2015). O zoneamento urbano apresenta uma racionalidade que beneficia atividades enquadradas em categorias funcionais, fortemente ligadas a razões econômicas. Essa prática urbanística é responsável por tornar invisíveis as atividades de reprodução e manutenção da vida cotidiana, realizadas com maior frequência pelas mulheres (Soares, 2021). Neste caso, reivindica-se novas abordagens que incluam princípios referentes às atividades reprodutivas e ao “trabalho de cuidado”, tratado no capítulo anterior.

Recentemente, o Senado Federal aprovou a Política Nacional de Cuidados (Brasil, 2024), um avanço significativo para o reconhecimento do trabalho reprodutivo,

predominantemente realizado por mulheres. Embora as práticas de cuidado sejam frequentemente vistas como improdutivas, é justamente por meio delas que se gera a força de trabalho necessária para o desempenho de atividades consideradas produtivas. O reconhecimento formal desse trabalho é fundamental para valorizar as funções que sustentam a vida social e econômica, além de ser um passo importante na busca por maior igualdade de gênero e condições mais justas de trabalho e remuneração. Essa decisão também pode embasar políticas públicas urbanas para mulheres, pensadas a partir de suas práticas socioespaciais de cuidado desempenhadas nos espaços públicos.

É importante mencionar que a esquematização dessas bibliografias traduz uma estratégia de construção de método para esta investigação, a partir da identificação de temáticas e procedimentos metodológicos recorrentes. Isso não significa que essa seja uma forma de gerar tipificações e enquadramentos engessados para as investigações interseccionais. Para auxiliar nessa atividade, foi necessário identificar o “estado da arte” desse tema.

Por meio dessa síntese, foi possível identificar os temas que se repetiam, e direcionavam conceitos e abordagens metodológicas comumente utilizadas nessas pesquisas. Isso proporcionou a identificação dos eixos mencionados e direcionamentos epistêmicos adotados neste trabalho, como a adoção da perspectiva do corpo e do território enquanto entidades centrais da investigação. Não há pretensão de enquadrar este trabalho em somente um dos eixos mencionados, porém, seguir essas definições contribuiu no processo de aproximação do método.

3.4. Exercícios de Aproximação Metodológica

Ao longo do período de pesquisa, dediquei um tempo expressivo para me aproximar e compreender as questões de método que afetam o tema escolhido de investigação. Um dos desafios estava relacionado à maneira como cada corpo se inscreve e é inscrito no espaço, considerando os marcadores sociais de raça, gênero, identidade de gênero, sexualidade, cultura e muitos outros. Todos esses marcadores influenciam situações de vulnerabilidade, mas também de privilégio. Dito isso, para o

desenvolvimento da pesquisa, foi necessário cultivar uma maturidade e uma sensibilidade analítica, aliadas a um processo de letramento social e autoavaliação.

Esse movimento foi fundamental para desconstruir crenças e reproduções limitantes, que se baseavam em um processo pedagógico de socialização centrado em modelos hegemônicos. Assim, surgiu a necessidade de um processo aqui denominado “exercícios de aproximação metodológica”, uma forma de preparar e construir essa base teórica, empírica e social. O principal objetivo desses exercícios foi testar abordagens interdisciplinares para a investigação interseccional. Neste caminhar foram realizados três exercícios que descrevo sucintamente a seguir.

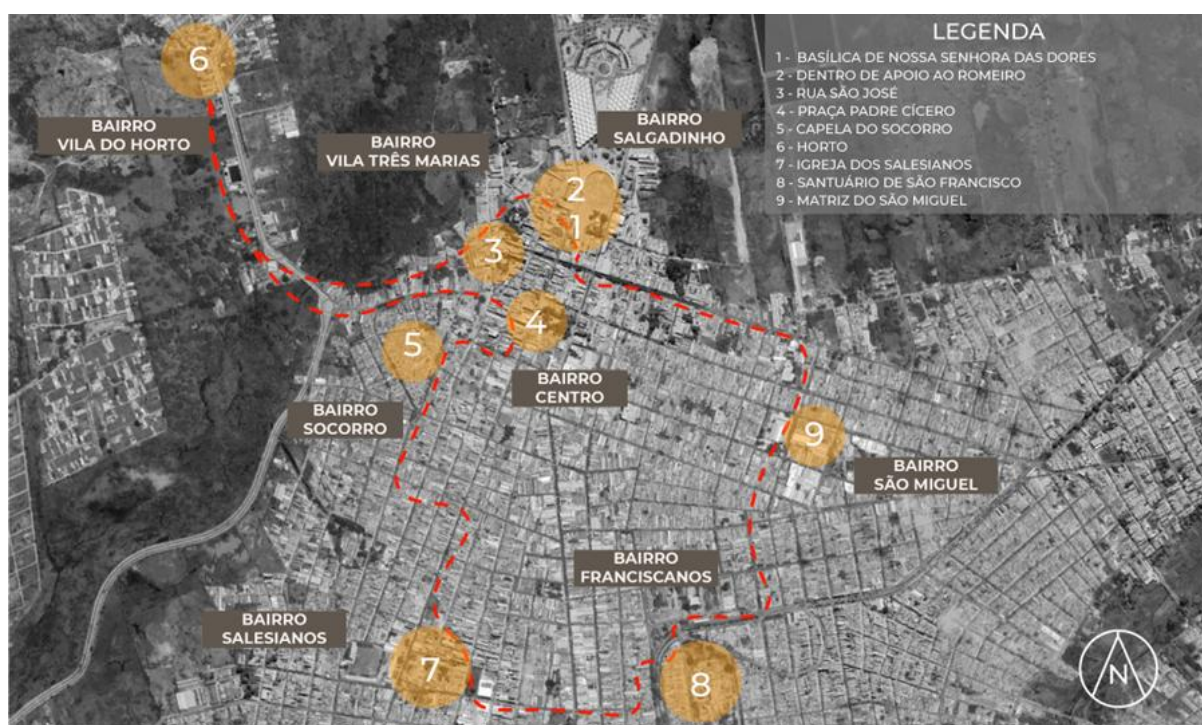
- **Exercício das caminhadas-teste**

Caminhadas-teste são uma técnica metodológica utilizada em pesquisas qualitativas, especialmente nos estudos urbanos, para analisar e compreender a relação entre indivíduos e espaços físicos ou sociais. Metodologicamente, as caminhadas-teste consistem em deslocamentos planejados, geralmente conduzidos pelo pesquisador ou com a participação de interlocutores, em um percurso previamente definido ou espontâneo.

Essa prática permite coletar informações e observações in situ, isto é, diretamente no ambiente investigado, e pode revelar: (a) aspectos subjetivos: percepções, sentimentos e experiências dos participantes em relação ao espaço; (b) características do ambiente: barreiras físicas, elementos facilitadores, padrões de uso e apropriação espacial; (c) interações sociais: dinâmicas interpessoais e culturais que ocorrem no percurso; (d) conexões práticas e simbólicas: como o espaço é compreendido e utilizado de forma funcional e simbólica.

Além de ser um procedimento de coleta de dados, as caminhadas-teste contribuíram no amadurecimento do estudo de caso. As primeiras apreensões foram influenciadas por bibliografias que investigavam a ação dos elementos do ambiente construído, através de fichas de análise espacial (Gamrani; Tribouillard, 2021; Mendes, 2021). Observei a mudança no padrão de ocupação, considerando aspectos transitórios como: turno (manhã ou noite), dia da semana, período do ano (se a cidade estava ou não em romaria); e aspectos físicos: iluminação pública, mobiliários urbanos, vegetação, uso das fachadas, infraestrutura dos passeios etc.

Figura 2 – Caminhadas-teste no roteiro da fé.



Fonte: Google Earth editado pela autora, 2024.

Todos esses elementos são importantes e merecem atenção, mas neste trabalho a observação deveria ser conduzida de outra forma. Para isso, foi necessário fazer perguntas do tipo: Quais tensões presentes neste território? O que caracteriza as práticas das mulheres nos espaços públicos de Juazeiro do Norte? Quem são essas mulheres? Como essas mulheres se apropriam deste território? Qual as relações que elas estabelecem com a religiosidade? Para guiar os trajetos durante as caminhadas, foi utilizado como base os pontos de visitação do roteiro da fé, uma cartografia que demarca pontos de visitação do turismo religioso da cidade. Para desenvolver os levantamentos de campo, me concentrei nos espaços públicos contextualizados na área central.

Como resultados desse exercício, foram identificados os perfis das mulheres que frequentam a área central, dividindo suas práticas em dois grupos: atividades esporádicas e atividades fixas (figura 3). Essa identificação não pretende restringir ou limitar as possibilidades de atuação dessas mulheres nesses espaços públicos, porém

é uma maneira de caracterizar suas práticas. Além disso, é importante ressaltar que existe um universo de práticas “ocultas” aos olhos desta investigação.

Figura 3 - Identificação das práticas das mulheres no centro de JDN.

Atividades esporádicas	Atividades fixas
• Turistas e/ou romeiras; • Vão acessar algum serviço institucional (igreja, banco, correios, cartórios, clínicas, equipamentos culturais); • Vão em busca de lazer (praças, restaurantes, teleférico, quiosques, shows, bares, casas noturnas); • Ativistas (feministas, do movimento negro, das religiões de matriz africana); • Técnicas da prefeitura (arquitetas, engenheiras, tecnólogas, etc.); • Compradoras esporádicas.	• Compradoras recorrentes; • Comerciantes e comerciárias; • Vendedoras ambulantes; • Vendedoras autônomas (sacoleiras); • Trabalhadoras sexuais; • Trabalhadoras da cultura; • Trabalhadoras da reciclagem; • Moradoras do centro; • Professoras; • Profissionais da limpeza urbana; • Mulheres em situação de rua; • Estudantes.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Ao seguir esse procedimento, pude perceber progressivamente aspectos ignorados nas primeiras apreensões. Além da observação participante, outro recurso que caracteriza este exercício é a repetição. Foram necessárias inúmeras visitas durante o período de desenvolvimento do trabalho, a fim de (re)direcionar o olhar. Diante desses processos, é possível perceber que a epistemologia decolonial desempenha um papel importante na fundamentação metodológica desta pesquisa. Essa teoria estimula uma compreensão das práticas socioespaciais a partir de suas ambivalências.

- ***Exercício das obras literárias***

As obras literárias desempenham um papel fundamental na compreensão dos condicionantes culturais e sociais que contextualizam as desigualdades de gênero presentes no estudo de caso. Segundo Perrone (2023), a literatura engajada, enquanto forma de escrita que representa uma crítica à realidade social, nos sensibiliza ao debater contextos sociais complexos por meio de obras fictícias. A ficção, enquanto recurso narrativo, permite contextualizar fatos, sendo os elementos utilizados dependentes do contexto sociocultural de quem narra.

O exercício das obras literárias foi um recurso que utilizei para desenvolver em mim uma sensibilidade, por meio da adoção de seis livros nacionais que proporcionaram uma imersão no universo dessa problemática, ao debater aspectos culturais e de gênero. O exercício foi realizado pela pesquisadora por meio de fichas de leitura (Apêndice D), nas quais constam breves análises de cada obra, com ligações diretas ao estudo de caso. A partir dessa abordagem, foi possível identificar elementos da identidade sociocultural de Juazeiro do Norte e região, além de problemáticas recorrentes, observando, na prática, a presença de conteúdos teóricos da epistemologia feminista e de outras teorias trabalhadas neste estudo, como o conceito de corpo-território e a interseccionalidade.

- ***Oficinas de cartografias marginais.***

Para o amadurecimento desta investigação foi importante considerar modos contra hegemônicos de representação dos espaços. Encontrou-se como alternativa, a proposta das oficinas de cartografias marginais. Essas atividades foram aplicadas em dois contextos distintos: com mulheres do bairro Horto; e com estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Regional do Cariri (URCA). Durante as oficinas, foram movimentados conceitos como identidade, corpo-território e interseccionalidade.

O plano de curso para as duas situações foi o mesmo, porém durante o desenvolvimento da oficina foram necessárias algumas adaptações, referentes ao contexto em questão. A dinâmica possui essa ordem de aplicação: (i) aproximação; (ii) apresentação; (iii) direcionamentos; (iv) representações; (v) discussão final (quadro 4).

Quadro 2 - Plano de curso: oficina de cartografias marginais.



Fonte: Diagramado pela autora, 2024.

Cartografar é contar uma história, rememorar fatos e formular apreensões sobre um território. A cartografia carrega consigo os símbolos de afirmação e controle, que por muito tempo estiveram atrelados a uma hegemonia eurocêntrica (Marino *et al.*, 2018). Em contraponto a esse modo de cartografar, surgem práticas de mapeamento que dão visibilidade a territórios, narrativas, e sujeitos historicamente colocados à margem da sociedade. São as chamadas “cartografias marginais”¹⁰, que evidenciam as realidades que estão à margem dos discursos hegemônicos, como a vivência de populações periféricas, indígenas, quilombolas, mulheres, entre outros grupos socialmente excluídos.

As oficinas fazem parte de uma equação de esforços, promovidos com o intuito de se aproximar de um método de pesquisa interdisciplinar e interseccional. A pesquisa socioespacial necessita de uma implicação corpórea de quem a desenvolve, porque é necessário criar uma sensibilidade analítica frente ao que está sendo investigado. Essa etapa de exercícios conduzem um amadurecimento analítico que pode auxiliar em outras etapas do trabalho, como as entrevistas e apuração dos dados.

¹⁰ O termo “marginais” se contextualiza a partir da definição adotada por Nego Bispo (Santos, 2015), que significa todo modo de existência e saber intelectual é que colocado às margens.

3.5. Construindo um Método de Investigação

A estrutura metodológica adotada foi dividida em três etapas: (i) aproximação; (ii) apreensão e (iii) apuração e análise. Os procedimentos técnicos são de natureza qualitativa e são detalhados ao longo deste subcapítulo (quadro 8).

Quadro 3 - Etapas e procedimentos do estudo de caso.

ESTUDO DE CASO	
ETAPAS	PROCEDIMENTOS
(i) aproximação	Coleta de Dados Observação participante e não participante Consultas as instituições ligadas às políticas públicas de gênero da região Bases de dados de instituições públicas Construção da base teórica: artigos publicados
(ii) apreensão	Identificação amostral Perfil das mulheres Entrevistas Considerações éticas
(iii) apuração e análise	Análise de Dados Análise de conteúdo por categorização

Fonte: Elaboração própria, 2024.

3.5.1. Aproximação: Coleta de dados

• Observação participante e não participante

A observação participante ocorre quando o pesquisador se envolve ativamente no ambiente estudado, interagindo com os participantes e observando suas ações e interações. O objetivo é compreender o fenômeno de forma profunda e contextualizada, a partir da experiência direta. Na observação não participante, o pesquisador mantém uma posição externa, observando e registrando comportamentos e eventos sem se envolver nas atividades dos participantes, o que garante maior objetividade e menor interferência no comportamento (Vinte, 1994).

Durante as visitas à área de análise, inicialmente não houve interação direta com as mulheres nos espaços públicos, o que permitiu maior objetividade. Contudo,

para conquistar a confiança das mulheres, foi necessário equilibrar esse distanciamento. Assim, as observações tornaram-se progressivamente participativas, o que possibilitou um acesso mais profundo ao contexto social e a construção de confiança com as participantes. Um exemplo disso foi a aproximação com mulheres comerciantes, iniciada pela compra de seus produtos, o que gerava conversas informais. A combinação das duas técnicas permitiu tanto o afastamento necessário para compreender o contexto socioespacial, quanto as interações pontuais para identificar as subjetividades das práticas socioespaciais.

- ***Consultas a instituições ligadas às políticas públicas de gênero***

Foram três as instituições públicas que contribuíram para a compreensão dos aspectos e desafios que contextualizam a problemática das opressões direcionadas às mulheres em Juazeiro do Norte. Uma delas, da esfera estadual, foi a Casa da Mulher Cearense de Juazeiro do Norte, inaugurada em 2022, que atende toda a Região Metropolitana do Cariri (Secretaria das Mulheres, 2022). Na esfera municipal, destacam-se o Núcleo de Diversidade e Gênero de Juazeiro do Norte (NUDG) e o Núcleo de Educação e Promoção para a Igualdade Racial (NEPI), ambos vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho (SEDEST).

As visitas a essas instituições foram realizadas por meio de entrevistas semiestruturadas com as profissionais do corpo técnico, além de interações durante o I Seminário da Casa da Mulher Cearense (Secretaria da Mulher, 2024). Também contribuiu para a pesquisa o Núcleo de Estudos em Raça e Interseccionalidades (NERI) da Universidade Regional do Cariri (URCA). No entanto, apesar da presença dessas instituições municipais, foi identificado que a cidade carece de uma base de dados sobre indicadores sociais de gênero, o que compromete o desenvolvimento de estudos e a promoção de políticas públicas eficazes.

- ***Bases de dados de instituições públicas***

Também foram considerados dados e indicadores sociais nacionais e municipais, fornecidos por diferentes instituições¹¹. Durante esse procedimento, além das subnotificações, percebeu-se que algumas bases de dados precisam adotar

¹¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), pela Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (SUPESP); a Casa da Mulher Cearense de Juazeiro do Norte; e pelo Observatório da Violência no Cariri (URCA, 2017).

indicadores sociais que considerem as interseccionalidades de gênero, raça, classe e território. Entretanto, todas essas instituições foram fundamentais para caracterizar os aspectos sociais, políticos e culturais da problemática, contribuindo para a identificação amostral dos perfis das participantes.

- ***Construção da base teórica: Artigos publicados***

A decisão de trabalhar com a interseccionalidade nesta investigação demandou uma série de desafios. O principal deles foi buscar uma maneira de instrumentalizar a teoria enquanto método de investigação nos estudos urbanos, para isso, foi necessário desenvolver uma revisão narrativa. Esse processo resultou em dois artigos publicados, responsáveis pela construção da base teórica deste trabalho. No primeiro artigo (Benjamim, Farias, 2024a), investigamos como a interseccionalidade vem sendo trabalhada no urbanismo, e quais os aspectos que caracterizam as investigações interseccionais. O segundo artigo (Benjamim, Farias, 2024b), foi dedicado a identificar o possível encontro epistêmico entre corpo-território e interseccionalidade, usando como estudo de caso a área central de Juazeiro do Norte.

3.5.2. Apreensão: Identificação Amostral

- ***Perfil das participantes***

A combinação entre as bases de dados das instituições públicas e a observação participante foi crucial para identificar os perfis mais recorrentes de mulheres que frequentam o centro de Juazeiro do Norte, permitindo, assim, a definição do quadro amostral desta pesquisa. Como se trata de uma pesquisa qualitativa, o objetivo não foi reunir o maior número possível de participantes, mas sim identificar aquelas cujas contribuições seriam mais significativas para o estudo. Para definir os critérios de escolha das entrevistadas, foram considerados os elementos que caracterizam a problemática e a natureza da pesquisa interseccional.

Com base nas teorias do corpo-território e da interseccionalidade, compreende-se que os espaços precisam ser humanizados, assim como as interseccionalidades vivenciadas pelas mulheres devem ser levadas em conta. Nesse contexto, foram considerados os seguintes critérios: (i) os elementos que definem o território; (ii) as atividades diretamente relacionadas ao problema de pesquisa; (iii) mulheres que

representam grupos sociais mais vulnerabilizados; e (iv) a viabilidade de acesso a essas mulheres.

Essa análise possibilitou a identificação dos perfis das participantes, de acordo com suas práticas e os grupos sociais que representam. Foram avaliados quatro grupos de mulheres relacionados ao objetivo desta investigação: (i) mulheres ligadas a instituições religiosas; (ii) mulheres que frequentam cotidianamente os serviços oferecidos no centro da cidade; (iii) técnicas e administradoras de instituições públicas; e (iv) representantes de movimentos sociais. Esses critérios resultaram na formulação do quadro 9.

Quadro 4 - Grupos de participantes para a entrevistas.

GRUPOS DE PARTICIPANTES

MULHERES LIGADAS A INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

1. Beata;
2. Mãe de Santo;
3. Romeira.

MULHERES QUE ACESSAM COTIDIANAMENTE OS SERVIÇOS OFERTADOS PELO CENTRO DA CIDADE

1. Camelôs;
2. Mulher PCD;
3. Estudante.

TÉCNICAS E ADMINISTRADORAS LIGADAS A INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

1. Representante da Casa da Mulher Cearense;
2. Arquiteta da prefeitura;

REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

1. Integrante do Mov. de Mulheres Negras;
2. Integrante do Mov. de Mulheres Trans e Travestis;
3. Professora e pesquisadora de gênero da RMC.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

• **Entrevistas semiestruturadas**

As entrevistas semiestruturadas (Apêndice A), são caracterizadas pela elaboração de um roteiro previamente elaborado, que direciona os possíveis cursos da apreensão. Porém, durante o procedimento, o pesquisador tem autonomia para fazer as adaptações e direcionamentos necessários, visando o objetivo da investigação (Manzini, 2004). A elaboração do roteiro se deu mediante os estudos

epistêmicos, as observações, e a consulta nas bases de dados. Foi aplicado o mesmo roteiro para todas as participantes, mas houve adaptações durante o procedimento.

Esta pesquisa não apresentou riscos para as participantes, que foram devidamente informadas sobre os objetivos do estudo, os procedimentos, e os potenciais riscos e benefícios. O consentimento para a participação foi obtido de forma voluntária e por escrito, conforme registrado no Apêndice B. Todas as participantes são mulheres adultas, e a confidencialidade e privacidade de suas informações foram asseguradas, garantindo que seus dados pessoais não fossem divulgados.

Além disso, é importante destacar a observância do princípio da não maleficência. Embora algumas entrevistas tenham trazido relatos de violência e assédio nos espaços públicos, o roteiro semiestruturado adotado não causou danos físicos, psicológicos ou emocionais às participantes. Houve, ainda, uma preocupação em proporcionar algum tipo de benefício, com a oferta de lanches e flexibilidade nos horários dos encontros, além da geração de conhecimento útil para as participantes sobre sua condição social enquanto mulheres. A responsabilidade ética também foi garantida no processo de acesso às participantes, com a mediação de agentes voluntários – professores, assistente social e psicóloga – que realizaram o contato prévio com as entrevistadas e tinham um vínculo direto com elas.

3.5.3. Apuração: Análise de Dados

- **Análise de conteúdo por categorização**

Nesta etapa de apuração, apliquei dois procedimentos: (i) a análise do conteúdo das entrevistas por meio de categorização e, em seguida, utilizei como apoio técnico (ii) materiais didáticos sobre diagnósticos socioespaciais sensíveis ao gênero. A análise de conteúdo por categorização é um processo rigoroso e flexível, que requer atenção, detalhamento e interpretação crítica dos dados. Ela oferece uma abordagem estruturada para lidar com dados qualitativos, transformando observações em informações compreensíveis e relevantes para a pesquisa científica (Bardin, 1977). A partir desse procedimento, realizei as transcrições, identifiquei temas recorrentes nas falas das participantes e, em seguida, criei categorias para embasar os resultados e as discussões da investigação.

Em relação aos materiais didáticos, considerei três documentos: o Índice de Caminhabilidade (Linke *et al.*, 2019), o Índice Técnico de Caminhabilidade Sensível a Gênero (Sabino *et al.*, 2019) e o Caminhar Afro-feminino (Sabino *et al.*, 2021). Inicialmente, a intenção era desenvolver a metodologia com base nessas contribuições. Contudo, ao amadurecer a investigação e identificar os elementos simbólicos do território em análise, percebi que seria mais adequado desenvolver uma metodologia própria, com instrumentalizações possíveis, levando em conta os condicionantes territoriais e as minhas limitações.

A apuração dos resultados foi suscitada em três aspectos: (1) O trânsito feminino pelo centro da cidade; (2) Espaços de permanência; (3) O território religioso e a construção de identidades.

4 SITUANDO A CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE/CE

Neste capítulo, me dediquei a caracterizar a cidade de Juazeiro do Norte, iniciando pelos aspectos socioterritoriais, com ênfase naqueles que são fundamentais para a análise dessa problemática. A cidade dispõe de uma vasta base de pesquisas, especialmente no que se refere aos estudos territoriais, historiográficos e de desenvolvimento. Inserida em uma dinâmica metropolitana multiescalar e, simultaneamente, localizada no sertão nordestino, Juazeiro do Norte revela a coexistência de desenvolvimento econômico, desigualdades sociais e degradação ambiental (Nascimento, 2018).

A área central da cidade concentra aspectos relacionados à atividade comercial e ao turismo religioso, configurando a principal base econômica do município. Para esta investigação, foi essencial refletir sobre como esses aspectos influenciam as relações de gênero e contribuem para o fortalecimento do machismo, além de outras formas de opressão. Durante essa etapa da pesquisa, além das bibliografias, foram analisados dados censitários e realizadas consultas aos núcleos municipais que atuam na promoção dos direitos humanos. O material obtido revelou que o território é permeado por ambivalências, onde religião, comércio, cultura e opressões se entrelaçam, configurando um cenário desafiador no enfrentamento da violência de gênero e na manifestação das diversidades.

4.1. Determinantes Socioterritoriais

O Cariri cearense é reconhecido por seus aspectos culturais, ambientais, econômicos, sociopolíticos, e, recentemente, universitários (Nascimento, 2018). Isso condiciona diferentes compreensões a partir da literatura histórica: A Kariri dos indígenas, o Cariri dos coronéis, o Cariri da Igreja católica, e por fim, o Cariri do Estado. O território, localizado na porção sul do Ceará, também é caracterizado pela fartura dos seus lençóis freáticos que beneficiam a região em relação aos recursos hídricos, proporcionando cultivo agrícola e o desenvolvimento de atividades econômicas (Gonçalves, 2006). Dentro dessa espacialidade, a cidade de Juazeiro do Norte (286.120 hab., IBGE, 2022) se mostra envolta pela paisagem da Chapada do

Araripe e da Serra do Catolé, concentrando em seu território aspectos característicos da Região Metropolitana do Cariri (RMC).

Figura 4 - Localização de Juazeiro do Norte – Escalas.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados georreferenciados pelo Google Earth, 2024.

Nascimento (2018) contextualiza que o processo de institucionalização de regiões metropolitanas é motivado pela execução das funções públicas, a partir dos interesses comuns apresentados pelas cidades, que também possuem características próprias. Além disso, é importante considerar que no nordeste brasileiro a escala urbana regional é diferenciada, porque possui um histórico de desigualdades e exclusão social, que se entrelaça ao fenômeno da metropolização. Com isso, as regiões metropolitanas do sertão nordestino produzem, simultaneamente, o desenvolvimento econômico, a desigualdade social e a degradação ambiental. No caso da RMC, a sua institucionalização ocorreu em 2009, e desde então a área vem apresentando índices crescentes de desenvolvimento urbano.

Tabela 1 - Dados Demográficos da Região Metropolitana do Cariri.

Município	População total (censo 2022)	Estimativa populacional em 2024	Área da unidade territorial (km ²)	Área urbanizada (km ²) [2019]	Densidade demográfica (hab./km ²)
Barbalha	75.033	80.217	608,158	20,64	123,38
Caririaçu	26.320	27.482	634,179	5,4	41,5
Crato	131.050	138.232	530,54	32,21	115,14
Farias Brito	18.217	18.557	530,54	3,08	34,34
Jardim	27.411	28.707	544,98	5,41	50,3
Juazeiro do Norte	286.120	303.004	258,79	51,44	1.105,62
Missão Velha	36.822	38.767	613,317	13,7	60,04
Nova Olinda	15.399	15.960	282,584	3,35	54,49
Santana do Cariri	16.954	17.388	855,165	2,56	19,83
TOTAL/MÉDIA	633.326	668.314	4858,251	137,79	1604,64

Fonte: Elaboração própria através de dados do IBGE (Censo, 2022).

Ao analisar a dimensão demográfica das nove cidades que compõem a RMC, segundo dados do censo de 2022, observa-se que a população total residente nessa região é de, 633.326 habitantes, distribuídos em uma área de aproximadamente 4.858,251 km². As estimativas populacionais para 2024 apontam um contingente na ordem de 668.314 habitantes. Dentre as cidades listadas, Juazeiro do Norte é a maior em índice populacional (286.120 hab.), porém é a menor em área de unidade territorial (258,79 km²), o que resulta em uma densidade demográfica elevada (1.105,62 hab./km²), em comparação aos demais municípios (tabela 1).

Inserida nessa dinâmica multiescalar, Juazeiro do Norte exerce influência como a "Capital da Região Metropolitana". No que diz respeito aos aspectos socioespaciais, é importante analisar algumas estatísticas apresentadas pelos últimos dados censitários, que caracterizam parcialmente o perfil da população. A cidade apresenta uma predominância de mulheres, totalizando 150.659 habitantes, enquanto o número de homens é de 135.461. No entanto, é fundamental destacar que essas estatísticas públicas não consideram as dissidências sexuais, dificultando a mensuração da população não binária, assim como das pessoas transexuais. Além disso, é relevante observar o número de habitantes não alfabetizados, que soma 24.499, bem como os habitantes indígenas e quilombolas, que são apenas 351 e 9, respectivamente (IBGE, 2022).

Tabela 2 - Caracterização parcial da população de Juazeiro do Norte.

Habitantes do sexo feminino	Habitantes do sexo masculino	Alfabetizados	Não Alfabetizados	População indígena	População quilombola
150.659	135.461	200.383	24.499	351	9

Fonte: Elaboração própria através de dados do IBGE (Censo, 2022).

Jannuzzi (2009) define que as estatísticas públicas são dados sociais que, em sua forma bruta, oferecem compreensão das dinâmicas sociais e econômicas. Apesar de não estarem contextualizadas em uma Teoria Social, essas informações desenharam o perfil da população. Combinadas aos indicadores sociais¹², elas definem as prioridades das políticas e a alocação dos serviços públicos. Após uma consulta ao Núcleo de Diversidade e Gênero de Juazeiro do Norte (NUDG), foi possível constatar que a cidade não possui uma base de dados referente a indicadores sociais de gênero. Essa ausência de dados que forneçam informações relacionadas a grupos marginalizados dificulta a promoção de políticas e serviços públicos direcionados a essas pessoas.

Combinado a esses aspectos, Gurgel (2013) destaca que um processo histórico de integração territorial foi responsável pela junção de três cidades caririenses: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, formando o eixo Crajubar, situado a cerca de 600 km de Fortaleza e Recife. Essa integração, embora significativa, revela uma realidade em que a área urbana de Juazeiro do Norte é menor do que a área rural. Portanto, a insuficiência de dados adequados e a configuração territorial da região impactam diretamente a eficácia das políticas públicas voltadas para a população local.

Apesar disso, há uma vasta base de pesquisas sobre Juazeiro do Norte, principalmente no que se refere aos estudos territoriais, que abordam aspectos ambientais e de desenvolvimento (Nascimento, Chacon, 2016; Araújo *et al.*, 2021; Silva, 2022), bem como questões de segurança pública (Barbosa *et al.*, 2023; Silva *et al.*, 2024) e os direitos humanos das pessoas LGBTQI+ (Leite; Torres, 2022).

¹² Indicadores sociais são um recurso metodológico fundamental para a formulação e reformulação de políticas públicas, além de serem essenciais para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, servindo como evidência empírica de fenômenos sociais (Jannuzzi, 2009).

Além da literatura histórica, que trata do processo de consolidação desse território religioso, destaca-se uma das pesquisas mais conhecidas sobre o tema: o livro "Milagre em Joazeiro", escrito pelo professor estadunidense Ralph Della Cava e publicado em 1970. A metodologia adotada por Della Cava (1985) baseou-se em uma etnografia, combinada com análises de documentos históricos sobre a cidade. As discussões sobre a constituição desse território religioso serão abordadas na seção a seguir; entretanto, para contextualizar os aspectos socioespaciais da cidade, é importante apresentar uma breve contextualização histórica.

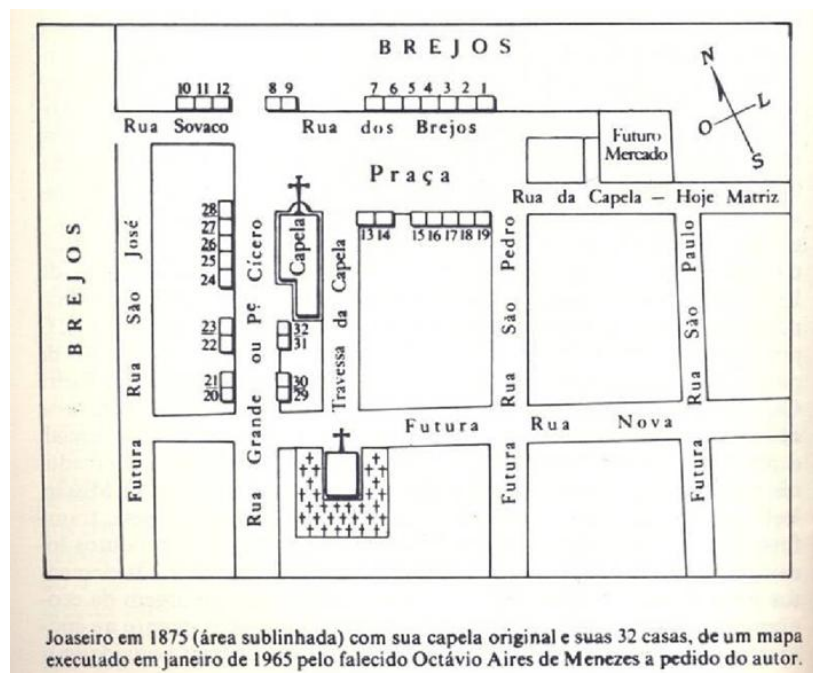
É importante ressaltar que, em Juazeiro do Norte, a reivindicação por um território institucionalizado ocorreu após a consolidação de um espaço consagrado pelo misticismo e religiosidade. Essa promulgação foi alimentada por uma série de eventos sobrenaturais envolvendo duas figuras centrais: a Beata Maria de Araújo e o Padre Cícero. Em 1889, durante a comunhão em uma capela do então vilarejo, conta-se que a hóstia, na boca da Beata Maria de Araújo, se transformou em sangue e carne. Esse acontecimento é conhecido como o "Milagre de Juazeiro" e gerou desdobramentos que mudaram o destino tanto da beata quanto do padre e, em decorrência, da cidade (Della Cava, 2014; Ramos, 2014).

Esse fenômeno se repetiu várias vezes e, de forma paralela, ganhou proporções significativas, atraindo peregrinos que passaram a visitar a cidade, acreditando que ali era um território sagrado, uma espécie de "Nova Jerusalém" (Nobre, 2010; Gomes, 2015). Entretanto, atualmente, alguns estudiosos argumentam que, tanto no trabalho de Della Cava quanto em outros estudos, o protagonismo da Beata Maria de Araújo é frequentemente desconsiderado (Forti, 1999; Nobre, 2010; Diniz, 2022). Para os objetivos desta investigação, é importante considerar algumas dessas contribuições ao caracterizar o processo de urbanização da cidade, que apresenta forte influência da religiosidade, do coronelismo e, também, da violência e do apagamento das mulheres.

Todos esses dados e estudos fornecem informações que possibilitam o desenvolvimento de leituras críticas, considerando os elementos que influenciaram o processo de urbanização da cidade e direcionando as investigações para temáticas específicas. Isso evidencia que o território enfrenta uma série de problemáticas relacionadas à esfera urbana. No que diz respeito à espacialidade, a área central da

4.2. Atributos Físico-Espaciais do Núcleo Central

Figura 5 - Estrutura territorial de Juazeiro do Norte em 1875.



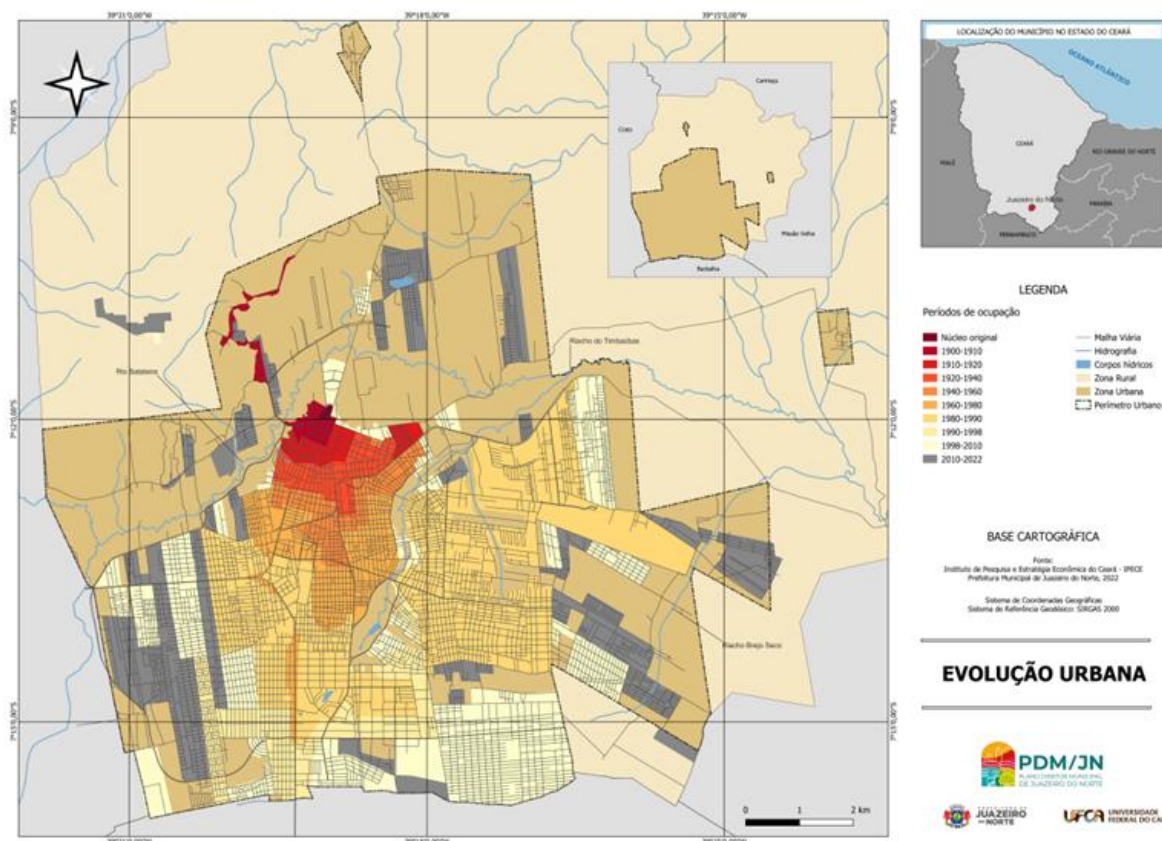
76

As primeiras cartografias de Juazeiro do Norte, então Fazenda Tabuleiro Grande (Figura 6), representam a área que hoje é identificada como o centro da cidade (Cava, 1985). A partir desse marco, deu-se o desenvolvimento da malha urbana, e progressivamente o bairro Centro foi ganhando novos usos, com destaque para as atividades comerciais, potencializadas pelo turismo religioso e pelas manifestações da cultura popular. Por esse motivo, essa área se tornou alvo de atenção do poder público, que direcionou investimentos em equipamentos urbanos como museus, bibliotecas municipais, centros culturais e praças, além de iniciativas mais recentes de requalificação. Para Gomes (2015, p. 142), essas obras “destacam-se como modificações na morfologia do centro principal (...)”.

Antes de adentrar em um breve remonte histórico que contextualiza o surgimento desse centro religioso em Juazeiro do Norte, é importante mencionar que a cidade possui outra centralidade comercial, localizada no bairro do Pirajá. Diferente do centro histórico, o centro comercial do Pirajá não manifesta a mesma efervescência religiosa percebida no centro histórico da cidade. Pereira (2014) justifica que isso ocorre porque o bairro surge mais recentemente, em 1937, e passa a atender uma demanda comercial específica daquela região. Atualmente, essa centralidade assume o papel de centro principal aos domingos e feriados, diante do ponto de vista econômico.

Voltando atenção para esse “núcleo original” (Cava, 1985; Gomes, 2015), percebe-se que a partir dele houve uma expansão territorial que abrange outras áreas da cidade (Figura 6). Isso promove o surgimento de novos bairros, que passam a exercer outras funções, mas também se tornam uma extensão da atividade comercial. Esses bairros incluem Salgadinho, Socorro e Franciscanos (Gomes, 2015). A partir das primeiras representações dessa centralidade, é possível perceber que Juazeiro do Norte apresenta um núcleo central que replica a tipologia de cidades constituídas a partir da produção do espaço urbano das missões jesuítas na América do Sul (Maciel; Rodrigues, 2018). Assim, esses primeiros bairros recebem nomenclaturas relacionadas ao catolicismo e têm seu crescimento associado a esse contexto, como é o caso do bairro Socorro, cujo desenvolvimento está ligado à construção de uma capela que recebe o mesmo nome. Isso também se replica no nome das ruas, a maioria recebeu nomes de santos católicos.

Figura 6 - Expansão territorial de Juazeiro do Norte, a partir do seu núcleo original.



Fonte: Equipe técnica PDM/JN, 2023.

Todos esses primeiros bairros possuem ligação com a Igreja Católica e, mais tarde, se tornam pontos de visitação turística, o que motiva o poder público a investir nessas áreas. Esses primeiros equipamentos são criados para atender à demanda do turismo religioso, que se funde aos interesses capitalistas da época, quando os ideais de “progresso” estavam em alta em todo o país (Gomes, 2015). Inserido nessa mesma dinâmica, surge o bairro Franciscanos, que possui uma estação ferroviária (Figura 8), responsável pela distribuição de mercadorias e matérias-primas, como o algodão, produto que movimentou a economia cearense entre os séculos XIX e XX (Cunha, 2021). Nesse bairro também está localizado o Santuário São Francisco das Chagas, próximo à linha férrea, que é outro destino para turistas e romeiros.

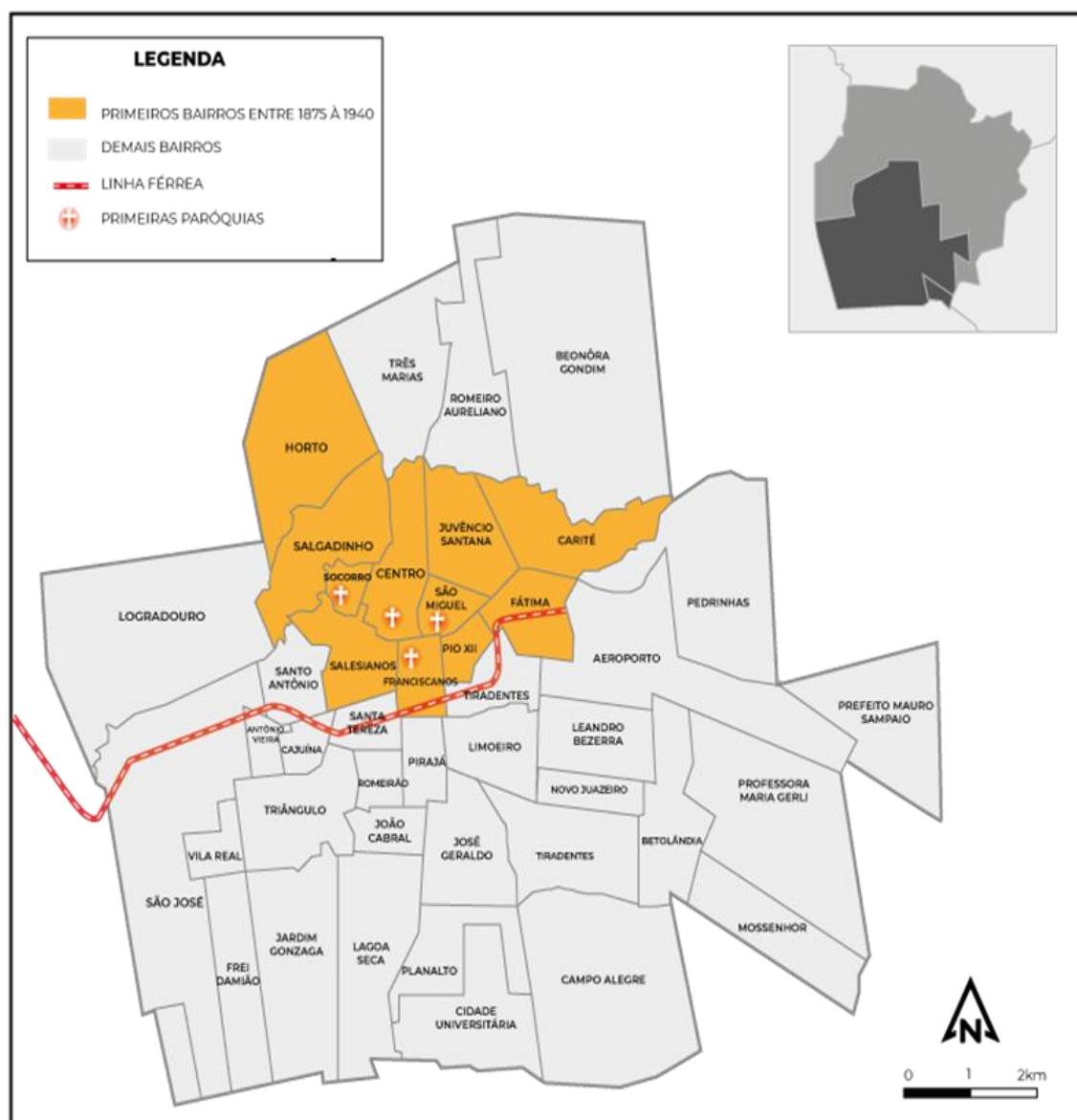
Figura 7 - Vista aérea do bairro Franciscanos, na década de 1970.



Fonte: Cariri das Antigas, 2018. Acervo de Manuel Walker. Editado pela autora.

Ao redor dessas igrejas eram construídos os casarões dos coronéis, praças, algumas casas mais modestas e comércios diversos, usos que motivaram o surgimento de serviços, concentrados nesses primeiros bairros. Progressivamente, foram se constituindo novas áreas ao redor desse eixo central a partir das instalações das paróquias, que são divisões territoriais estabelecidas pela igreja católica. Elas têm o intuito de promover a administração religiosa de uma comunidade, através dos sacramentos, da criação de pastorais, e servem de representações que influenciam os processos políticos e administrativos do município (figura 8).

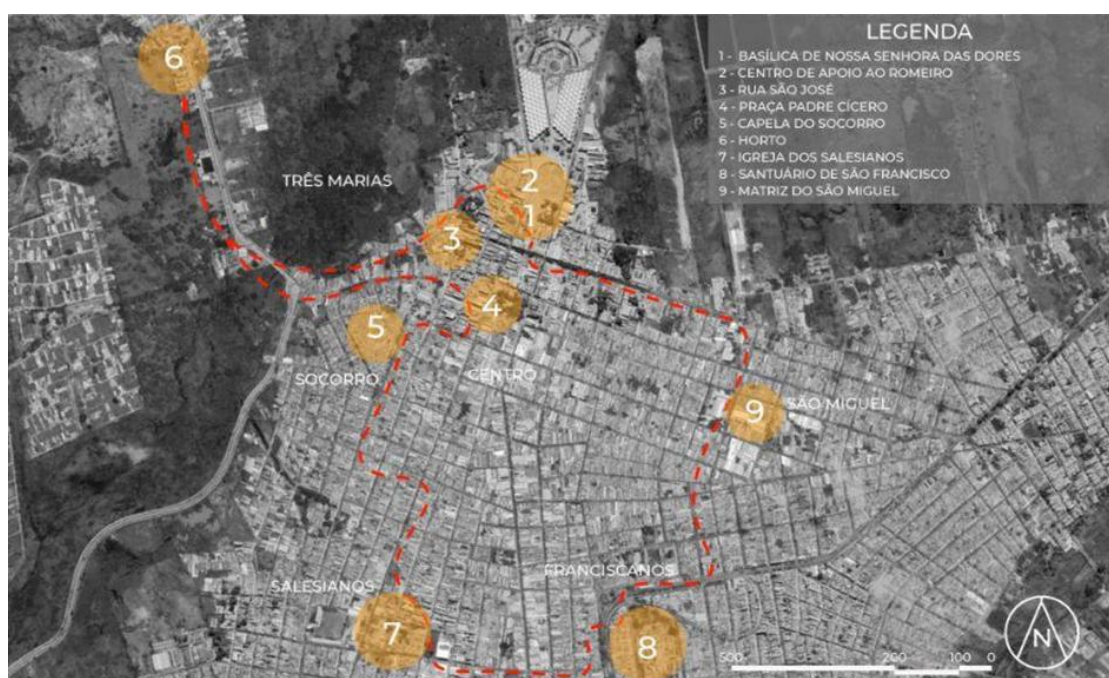
Figura 8 - Primeiros bairros de Juazeiro do Norte e suas respectivas paróquias entre (1875-1940).



Fonte: Elaboração própria através de dados do PDM/JN.

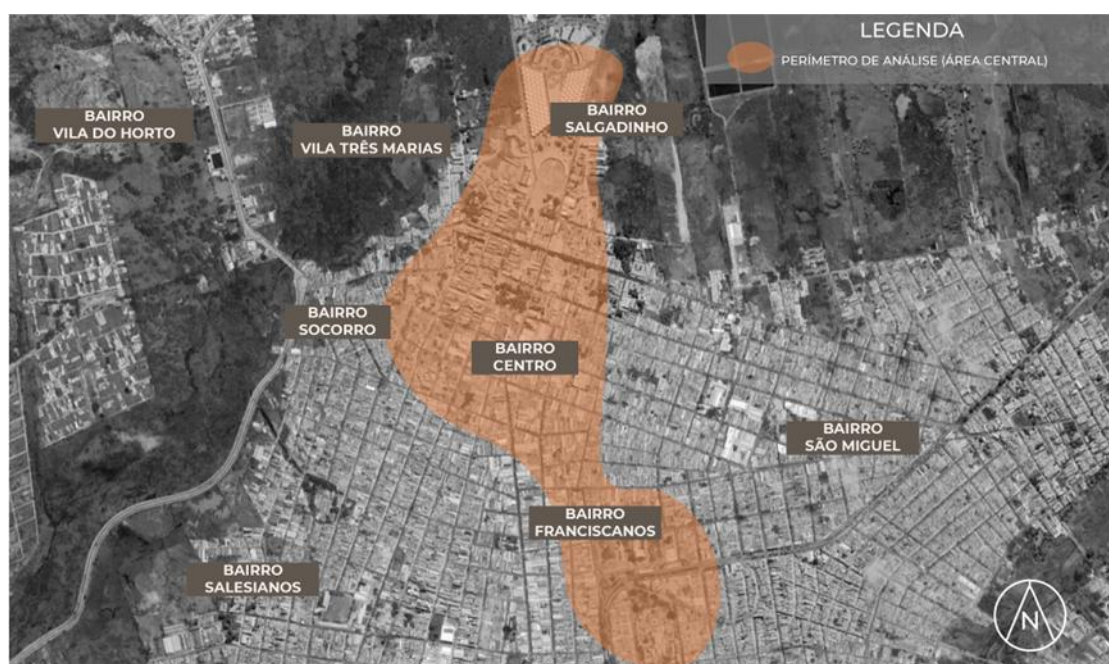
Considerando que centro histórico tem seu desenvolvimento motivado pelos acontecimentos sobrenaturais e religiosos, que resultaram nas peregrinações, e festividades cristãs; é inscrito sob esse espaço uma cartografia religiosa. O “roteiro da fé” é um percurso que concentra pontos de visita dos turistas e romeiros (figura 10), que durante a romaria recebe constantes visitas dessas pessoas.

Figura 9 - Roteiro da fé.



Fonte: Google Earth editado pela autora, 2024.

Figura 10 - Reconhecimento da Área Central.



Fonte: Google Earth editado pela autora, 2024.

Os principais equipamentos urbanos distribuídos na área central, considerando a quantidade e horário de funcionamento, encontram-se relacionados no quadro 5. Como já mencionado, a área central também tem uma forte vocação de diferentes

práticas comerciais, sendo possível encontrar lojas de artigos diversos. O levantamento considerou os serviços essenciais, pontos turísticos ligados à religiosidade predominante, e espaços culturais e/ou de lazer.

Quadro 5 - Principais equipamentos da Área Central.

EQUIPAMENTOS URBANOS DA ÁREA CENTRAL			
Nº	EQUIPAMENTO/INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE	FUNCIONAMENTO
1	ALAMEDA	1	QUINTA A DOMINGO - MANHÃ, TARDE E NOITE
2	AGÊNCIA BANCÁRIA	9	SEGUNDA A SEXTA - MANHÃ E TARDE
3	AGÊNCIA DOS CORREIOS	1	SEGUNDA - MANHÃ E TARDE SÁBADO - MANHÃ
4	BIBLIOTECA PÚBLICA	2	SEGUNDA A SÁBADO - MANHÃ E TARDE
5	CARTÓRIO	2	SEGUNDA A SÁBADO - MANHÃ E TARDE
6	CASA DO POVO	2	SEGUNDA A SEXTA - MANHÃ E TARDE
7	CENTRO CULTURAL	2	SEGUNDA A SÁBADO - MANHÃ, TARDE E NOITE
8	CENTRO DE APOIO AO ROMEIRO	1	DOMINGO A DOMINGO - MANHÃ, TARDE E NOITE
9	ESCOLA	4	SEGUNDA A SEXTA - MANHÃ E TARDE
10	ESTAÇÃO DE VLT	1	SEGUNDA - MANHÃ, TARDE E NOITE SÁBADO - MANHÃ
11	IGREJA	3	DOMINGO A DOMINGO - MANHÃ, TARDE E NOITE
12	MERCADO MUNICIPAL	2	SEGUNDA A SÁBADO - MANHÃ E TARDE
13	MUSEU	4	SEGUNDA A SÁBADO - MANHÃ E TARDE
14	PRAÇA	6	-
15	SESC	1	SEGUNDA A SÁBADO - MANHÃ, TARDE E NOITE
16	TEATRO	2	QUINTA A SÁBADO - TARDE E NOITE

* Durante o período das romarias, os horários e o fluxo de pessoas podem variar.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Destaca-se aqui a Casa do Povo, que sedia o Núcleo de Diversidade e Gênero (NUDG) e o Núcleo de Educação para a Promoção da Igualdade Racial (NEPIR), ambos responsáveis por políticas públicas municipais voltadas à defesa dos direitos humanos. Embora desempenhem um papel importante, esses núcleos ainda são desconhecidos pela maioria da população, o que dificulta a divulgação de seus serviços. Destaca-se que, até o momento, o município não tem uma secretaria dedicada à diversidade de gênero e racialidades. Essas questões são debatidas por meio dos conselhos municipais, sendo eles: o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Mulheres (CODEM), o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMIRA) e o Conselho Municipal dos Direitos LGBT (CMDLGBT), todos com caráter consultivo (Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, s/d).

Além dessas instituições, durante o período das romarias, observa-se a presença de feiras livres que reúnem muitas barracas e vendedores ambulantes, situados nas proximidades de instituições religiosas como as igrejas do Santuário de São Francisco, Basílica de Nossa Senhora das Dores e Capela do Socorro. As feiras ocorrem durante o dia e se estendem até altas horas da noite; alguns comerciantes

afirmam que, em dias de grande movimento, chegam “a varar a madrugada” (figura 12).

Figura 11 - Feiras livres em Juazeiro do Norte, próximas às igrejas.



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Durante os levantamentos em campo foi identificado nesses bairros vocações específicas de acordo com a mudança de horário, no decorrer do dia. Por exemplo, existem ruas no bairro Centro que configuram uma vitalidade maior a noite, e outras que ficam desertas nesse mesmo período (Fig. 12 a 15)¹³. O mesmo acontece nos outros bairros, o que muda são as dinâmicas que condicionam essa vitalidade, que podem ser conduzidas pelos festejos locais, horários de funcionamento de estabelecimentos, atrações artísticas etc. Alguns equipamentos urbanos também são responsáveis por fomentar atividades específicas em diferentes períodos do dia, a seguir foi elaborada a relação dos principais, identificados na área central:

¹³ Algumas imagens foram capturadas durante períodos festivos.

Figura 12 - Equipamento localizado no bairro Salgadinho.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Figura 13 - Equipamentos localizados no bairro Centro.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Figura 14 - Equipamentos localizados no bairro Socorro.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Figura 15 - Equipamento localizado no bairro Franciscanos.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Além dessas caracterizações vinculadas a aspectos históricos, da religiosidade católica, do turismo, serviços e demais atividades econômicas, a área central também é utilizada como um espaço de luta e reivindicações. Anualmente, uma série de manifestos ocorrem nos espaços públicos do centro de Juazeiro do Norte, a maioria dessas iniciativas são promovidas pelos movimentos feministas e raciais. As vozes desses militantes reivindicam os direitos das mulheres, pelo fim da violência de gênero, da homofobia, transfobia e racismo. Esses grupos podem se mobilizar todos em uma só marcha, como também há casos em que uma pauta em específico é colocada em destaque. Um exemplo é a caminhada anual pela diversidade religiosa, que ocorre todos os anos, com concentração na praça da Prefeitura Municipal, indo até a praça Padre Cícero.

Figura 16 - Manifestações do 8 de março (8M), no centro de Juazeiro do Norte.



Fonte: Frente de Mulheres do Cariri, 2024.

É fundamental reconhecer o significado simbólico que essas manifestações carregam ao se concentrar no centro da cidade, um espaço que representa uma

hegemonia religiosa. A rua como um espaço público de disputa, onde multidões se reúnem para reivindicar o direito de aparecer, o caráter público do espaço é questionado: “(...) os corpos se reúnem, se movem e falam juntos, reivindicando um determinado espaço como público” (Butter, 2019, p. 80). Em Juazeiro do Norte, há um contraste entre a comunicação da hegemonia religiosa popular, que ocupa o espaço público, e o clamor daqueles que, diante de uma situação de exclusão, reivindicam seu direito de aparecer nesse mesmo espaço.

Figura 17 – Caminhada pela diversidade religiosa no centro de Juazeiro do Norte.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Como pode ser observado até aqui, os processos de estruturação urbana da cidade resultaram na configuração de áreas interconectadas que dialogam entre si, gerando dinâmicas semelhantes de usos, atividades e vocações. Essas considerações visam demonstrar que a religião católica, aliada a aspectos econômicos, estabelece uma linguagem hegemônica nesse espaço, influenciando o ritmo da urbanização. Diante disso, optou-se por trabalhar com essa demarcação territorial (Figura 10) para refletir criticamente sobre esse espaço religioso, investigando as práticas cotidianas de mulheres nesse contexto socioespacial. Contudo, é importante também considerar os aspectos dessa religiosidade, que apresenta suas próprias ambivalências.

4.3. A Linguagem Religiosa no Território

Em Juazeiro do Norte, existe este dizer popular: “Na cidade, toda rua tem um santo; então, para garantir que nenhum santo ficasse sem rua, criou-se a rua Todos os Santos”. Quando percebi que a religiosidade seria uma dimensão da minha investigação, me lembrei dessa frase, que apesar de parecer inocente, carrega um profundo significado. Ela demonstra que, no município, existe uma linguagem predominante, capaz de ditar a nomenclatura de ruas e bairros, além de influenciar o calendário festivo, a economia da região. Apesar disso, diante das caracterizações apresentadas anteriormente, é possível perceber que o centro de Juazeiro do Norte se apresenta como um território de ambivalências.

Robert Merton (1970) *apud* Ledeneva (2019) conceitua esse termo ao definir que as relações sociais humanas não devem ser interpretadas enquanto “formas puras”. Milfont et. al. (2024) ainda compreende que a noção de ambivalência permeia uma “zona cinzenta” de definição, porque está associada a algo mediador, liminar, marginal e ambíguo. Essa é uma característica comumente percebida em territórios religiosos, onde há o conflito entre as linguagens dessa religiosidade predominante, e os demais aspectos que compõe a urbanização.

Os territórios religiosos estão diretamente ligados à festa, ritos e a celebração do sagrado. Essa característica desenha uma expressão simbólica que comunica algo sobre determinada realidade. Para Milfont et al (2024), essa dinâmica é composta por elementos que orientam a existência humana, e são constantemente expressos no contexto espacial¹⁴ da paisagem da cidade ou lugar associado ao sagrado. A partir disso, identifica-se um espaço que é tanto físico quanto social, e que apresenta uma tensão constante responsável por sua estruturação. Essa tensão, discutida pelos autores, se apresenta tanto de modo concreto e subjetivo, ligado as ações e práticas sociais; como também pelos níveis abstratos que movimentam e caracterizam a fé e formulam esse espaço relacional.

¹⁴ Como foi dito no capítulo introdutório, neste trabalho o termo “território” é utilizado como condutor das discussões aqui desenvolvidas, porém, no texto referenciado, os autores utilizam o espaço como categoria de análise.

Através desse raciocínio é possível afirmar que os territórios religiosos são revestidos por uma linguagem sistêmica, que diz respeito ao conjunto de elementos responsáveis por conduzir os processos socioespaciais. No caso de Juazeiro do Norte, como dito na seção anterior, a cidade foi primeiro concretizada pela crença de uma hegemonia popular. Isso fica claro ao consultar a bibliografia histórica, que remonta um contexto territorial da cidade, onde anterior a chegada do Padre Cícero e a ocasião do milagre de Maria de Araújo, era uma fazenda pertencente ao Crato. Esses condicionantes, combinados a uma série de acontecimentos político-sociais, foram responsáveis por movimentar as reivindicações pela emancipação do município (Della Cava, 2014). Mas para investigar o território religioso de Juazeiro do Norte é preciso se ater a dois aspectos: os contextos da tradição romeira na cidade; e a figura do padre Cícero enquanto representante ligado à igreja e aos principais oligarcas da região.

De maneira geral, o Cariri cearense oferece um campo religioso rico em diversidade, que comunica expressões e práticas características dessa região; as renovações (Rocha, 2015), as festas em devoção aos santos católicos e aos terreiros de religiões afro (Domingo, 2011), se combinam a manifestações da cultura popular como o reizado, lapinha e maneiro pau, além da devoção pelo Pe. Cícero e outras figuras consideradas místicas. Todo esse misto de práticas se reinventa ao decorrer dos anos, consolidando o “território do sagrado” em Juazeiro do Norte, identificado pelo historiador Ramos (2012). Essa consolidação é fruto da construção de um processo histórico-social do século XIX, Conceição et al (2024) observa que a tradição romeira, que emerge no final desse mesmo século, constituiu uma das maiores tradições religiosas de base católica no Brasil. Estima-se que anualmente, Juazeiro do Norte recebe mais de dois milhões de peregrinos, essa tradição religiosa também influencia um processo de crescimento urbano da cidade.

Muitos desses primeiros peregrinos eram sertanejos, ex-escravizados, descendentes de povos quilombolas, pessoas que fugiam da fome e de toda miséria causada pela seca. Diante de um cenário de tantas carências, essas pessoas encontravam em Juazeiro do Norte a esperança de serem resgatadas pela sua fé, adotando a figura paterna do Pe. Cícero, que agia como um conselheiro e mentor espiritual. Essas pessoas iam em busca de cura do corpo e do espírito “(...) *criando*

rituais e narrativas em torno das forças do além, que aliviavam os sofrimentos do viver” (Ramos, 2014, p. 34).

É nesse contexto que surge a tradição das Romarias de Juazeiro do Norte, um rito que objetiva a renovação da fé dos fiéis, que geram caminhos a serem percorridos com o corpo. Então, a matéria humana se torna um vetor para alcançar a graça divina através do movimento, que é espiritual e físico. Assim, o território, ao oferecer uma trilha que liga este mundo com o outro, se transforma em Terra da Mãe de Deus, um lugar acessado por meio da espiritualidade.

Os romeiros então constroem uma poética entre um território medido em números e outro percorrido pela fé. Além das procissões, a mobilidade dos romeiros à Juazeiro do Norte é guiada por um roteiro que abrange ruas, praças e igrejas, configurando o “roteiro da fé” (Figura 9). Como pode ser visto a seguir, esses pontos de visitação estão espalhados pela cidade, e configuram um trânsito entre bairros vizinhos:

Conceição et al (2024) considera esses e demais aspectos para investigar a problemática racial no campo da cultura romeira no Cariri cearense. A partir dessa pesquisa, observa que aspectos políticos e sociais também influenciaram nas tradições religiosas, e na fixação desses visitantes na cidade, repercutindo no constante aumento demográfico que a cidade apresenta. Para além de considerar o número de romeiros, o trabalho ainda contextualiza racialmente essas pessoas, que em sua maioria eram negras ou não brancas. Aqui observa-se que a criação de um território sagrado surge em um contexto de pobreza e miséria, o que torna esse cenário ainda mais complexo, no quesito das desigualdades socioespaciais.

Além da figura do Pe. Cícero, a Beata Maria de Araújo exerceu papel fundamental na consolidação desse território religioso, ao protagonizar o chamado “Milagre da hóstia”. Apesar de haver o apagamento e demonização dessa figura feminina na história da cidade, o evento sobrenatural ganhou diversas dimensões, o que repercutiu no aumento de romeiros, que vinham com o intuito de presenciar esse acontecimento (Nobre, 2011). Esta talvez seja uma das maiores tensões que alimentam a complexidade desta tradição romeira em Juazeiro do Norte. Para Milfont et al, (2024), um território religioso apresenta tensões que deliberam conteúdos articuladores da natureza física e relacional do espaço.

Outra tensão que reveste esse contexto socioespacial são as ações exercidas pelo Pe. Cícero nessa região, uma figura que também apresenta ambivalências. Ao mesmo tempo que fontes afirmam a ligação do padre com os coronéis, oligarcas e até mesmo cangaceiros (Azevedo, 2011; Ramos, 2014; Nobre, 2011), há relatos que interpretam que suas práticas buscavam justiça social para os peregrinos da cidade (Braga, 2007; Ramos, 1998; Ronsi, 2022). O fato é que ele se consolidou como uma figura influente, que conseguia transitar em diversos contextos sociais, se comunicando com diferentes grupos, e mais tarde se tornou o primeiro prefeito da cidade.

Todo esse enredo também consolidou uma hegemonia cristã, manifestada através de crenças populares. É importante destacar que, apesar de se tratar de uma religiosidade de matriz cristã, assim como o território, ela também é historicamente e geograficamente localizada, por isso possui as suas especificidades. O modo como as crenças religiosas se consolidam no sertão também é um retrato histórico da ausência do poder público, e a marginalização dessa espacialidade. Dentro desse contexto, observa-se que o coronelismo e a religião chegam primeiro do que o Estado, sendo os principais agentes responsáveis por ditar os ritmos da urbanização. Netto (2013) se aproxima desse pensamento ao debater sobre os fenômenos urbanos sob o prisma de suas relações sistêmicas.

Partindo desse ponto, é possível interpretar que o território religioso é permeado por intencionalidade, e Juazeiro do Norte, como outras cidades que possuem a religiosidade como característica, tem o seu crescimento conduzido por esse mesmo fator. Esse contexto caracteriza a tensão que até hoje se manifesta em seus cultos religiosos. Nesse contexto, é possível afirmar que a expansão territorial de Juazeiro do Norte, partindo do seu núcleo original (ver figura 6), teve forte influência dessa construção político-social. Ao observar os pontos de visitação do roteiro da fé (ver figura 9), é identificado que a maioria dos locais de visitação recebem o nome de Padre Cícero, ou possui alguma vinculação direta ou indireta a sua imagem. Isso também reforça o apagamento do protagonismo feminino, representado tanto pela figura da Beata Maria de Araújo como de outras mulheres, responsáveis pela manutenção desse território sagrado.

Então, a costura de um território religioso é circunscrita em um espaço arquitetônico físico e social (Kohlsdorf, 1996; Milfont *et al*, 2024; Netto, 2013). Atualmente, essa construção histórica garantiu a continuidade do processo de ocupação da área central de Juazeiro do Norte, onde a manutenção de suas práticas é gerida pela influência da religiosidade. Mumford (1998) conta que em outras cidades esse mesmo condicionante foi o que definiu não só os estilos arquitetônicos, mas também a morfologia urbana. Dessa maneira, a celebração do sagrado é uma ação localizada por um contexto sociocultural. Esses festejos também são responsáveis por movimentar diferentes setores, impactando no desenvolvimento urbano, onde um dos principais é a economia.

No caso de Juazeiro do Norte, a cidade recebe visitantes em diferentes épocas do ano, e os caminhos trilhados pelos peregrinos estão contextualizados em percursos que interligam lugares e arquiteturas que contam essa história. Além das procissões, a mobilidade dos romeiros é guiada por um roteiro que abrange ruas, praças e igrejas. O trânsito dos romeiros pode ser usado como exemplo para explicar a ritmanálise que é objeto de estudo de (Frehse, 2016), ao associar o movimento dos pedestres à definição dos cursos da urbanização.

Figura 19 - Barracas na romaria de Juazeiro do Norte - CE.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2024.

De fato, as romarias de Juazeiro do Norte impulsionaram o crescimento urbano, gerando mudanças e estimulando atividades paralelas, como o comércio e serviços a romeiros, se amalgamando a outras manifestações culturais do Cariri. Trata-se de uma trama onde as atividades espirituais se entrelaçam com outras camadas da vida urbana. A “comercialização do sagrado”, é uma dessas atividades, inicialmente caracterizada pela venda de objetos de cura ligados a figuras religiosas, para evoluir a uma comercialização de outros artigos (Menezes, 1985; Ramos, 2014). Na área central de Juazeiro do Norte o comércio é a atividade que exerce predominância, nos períodos de romaria a efervescência é ainda maior, promovendo arquiteturas efêmeras de feiras ao ar livre, que se instalam entre os meses de outubro a fevereiro (Figura 19).

É possível compreender que um território associado a religiosidade provoca uma dinâmica propensa para o desenvolvimento, e espraiamento da malha urbana (Milfont *et al*, 2024). Os processos socioespaciais apresentados por Juazeiro do Norte instigam a curiosidade de turistas, pesquisadores e vira inspiração para obras literárias. Em *A Cabeça do Santo*, Socorro Acioli (2014), explora os caminhos da religiosidade popular do sertão nordestino, em uma trama que tem como ponto de partida a cidade de Juazeiro do Norte. Ao mesmo tempo que desenvolve uma compreensão sensível desse contexto religioso, ela também debate questões envolvendo a tensão que caracteriza esse tipo de território, como debatido anteriormente. Por meio da cidade fictícia de Candeias, a autora articula uma narrativa que ressalta os elementos responsáveis pela construção de um território sagrado, e deixa claro que nesse contexto também existem disputas de poder.

É importante ressaltar que a ação do celebrar não é uma condição determinante para conceber esse tipo de território, mas sim as circunstâncias que permeiam as práticas humanas. Dentro desse debate, Milfont *et al* (2024, p.5) acionam o conceito de ambivalência, para investigar a celebração dos ritos religiosos, que está “entre uma ordem sistêmica do espaço e o alvoroço da linguagem singular da emoção da celebração”. Outro elemento a ser considerado é a característica coletiva do celebrar, enquanto ato feito em comunhão com outros corpos. Essa condição se assemelha as definições corpo-território, apresentadas no capítulo 2, onde um corpo

nunca é só e sua existência é permeada por outros corpos e até mesmo por elementos não humanos, como aponta Gago (2019).

Dito isso, pode-se tomar como apontamento que o território religioso concebido em Juazeiro do Norte influenciou o crescimento e a morfologia da cidade, e direcionou os pontos de visitação do roteiro da fé. Além disso, esse território também concentra uma complexidade de aspectos que se manifestam simultaneamente, gerando encruzilhadas nas relações socioespaciais. Desse modo, o sagrado também não possui uma “forma pura”, ao contrário, é permeado por ambivalências. Apesar disso, o recorte territorial da área central demonstra que os bairros listados na seção anterior apresentam proximidade entre si e geram dinâmicas de similaridades, presentes nos ritos, nas trocas e nas paisagens, fixas ou efêmeras. Esse contexto articula a tensão que se manifesta de modo concreto e abstrato, concebendo uma linguagem sistêmica (Milfont et al, 2024; Netto, 2013). Então, frente aos objetivos desta investigação, cabe refletir como essas tensões operam diante de uma perspectiva de gênero.

4.4. As “Marias” de Juazeiro: Religiosidade, Violências e Dissidências

Juazeiro do Norte se consagra enquanto território sagrado a partir dos acontecimentos sobrenaturais protagonizados por uma mulher, a Beata Maria de Araújo. O milagre eucarístico é uma das manifestações do sagrado mais cultuadas na igreja católica, mas apesar disso, a figura da Beata foi propositalmente esquecida no decorrer da história. Segundo os estudos (Nobre, 2011, Diniz, 2024), a narrativa que permeia o Milagre da Hóstia, direciona vários desdobramentos que ainda se mostram atuais, e que deve ser interpretada sob uma leitura racial e de gênero. Diante disso, a partir de uma breve contextualização das violências direcionadas à Beata Maria de Araújo, será discutido sobre as mulheres que foram e são marginalizadas em Juazeiro do Norte.

Em 1889, durante uma celebração eucarística na igreja de Nossa Senhora das Dores, a beata Maria Madalena do Espírito Santo de Araújo (1862-1914), recebe a hóstia das mãos do padre Cicero Romão Batista (1844-1934), após esse ato, em sua boca, o objeto eucarístico se transforma em sangue. Segundo relato da própria beata, naquele momento ela passa a estabelecer um vínculo espiritual e físico com Cristo. O

fenômeno se repetiu durante toda a quaresma daquele ano, ganhando o conhecimento popular, até chegar as autoridades da igreja católica. Ao contrário do que se possa imaginar, o possível milagre eucarístico não foi bem aceito pela instituição religiosa, que acusou a beata de heresia¹⁵ (Nobre, 2011).

Em sequência, Maria de Araújo, mulher negra e pobre, passa a ser perseguida¹⁶ pelos representantes da igreja. Sob a narrativa de que estaria cometendo uma blasfêmia, a beata é presa e torturada com agressões físicas e psicológicas, e passa a ser tratada como uma criminosa. Além disso, após sua morte o seu túmulo é violado, e até os dias atuais não se sabe o paradeiro de seus restos mortais. Atualmente, na Capela do Socorro, existe um espaço escondido, dedicado a seu túmulo e memória. Além disso, há alguns coletivos e até mesmo leis municipais que buscam a reparação pelos crimes cometidos a essa mulher. Esse é o enredo que introduz a mística e opressora história de Juazeiro do Norte.

O mesmo ato que conferiu a uma mulher o sofrimento e punições que perpetua até os dias atuais, consagrou a cidade como um território da fé. Mas é importante se ater a narrativa que valida essa redenção, o evento protagonizado pela beata recebe várias denominações: “milagre da hóstia”, “milagre de Juazeiro”, “milagre do padre Cicero”, mas raramente é mencionado como “Milagre de Maria de Araújo”. O que acontece é a centralização da figura masculina do padre Cicero, em detrimento do protagonismo feminino. Essa omissão é caracterizada por Gebara (2000) como um mecanismo das instituições religiosas cristãs que impõem um silenciamento para as vozes femininas. Cria-se um discurso onde o padre é visto como a verdadeira representação de santidade, “(...) um homem cuja mitologia o desenha como sendo austero, corajoso, e autoritário, um homem capaz de espancar o cangaceiro Lampião com seu cajado, capaz de derrubar um governo do Estado” (Junior, p. 12, 2010).

¹⁵ A heresia é interpretada pela igreja católica como uma manifestação considerada falsa, que se contraria a doutrina pregada pela religião.

¹⁶ Além de Maria do Araújo, pesquisas afirmam que outras beatas de Juazeiro do Norte também manifestaram sangue em suas bocas após a comunhão (Nobre, 2015).

Figura 18 - Capa do cordel "Milagre do Padre Cicero e Maria de Araújo".



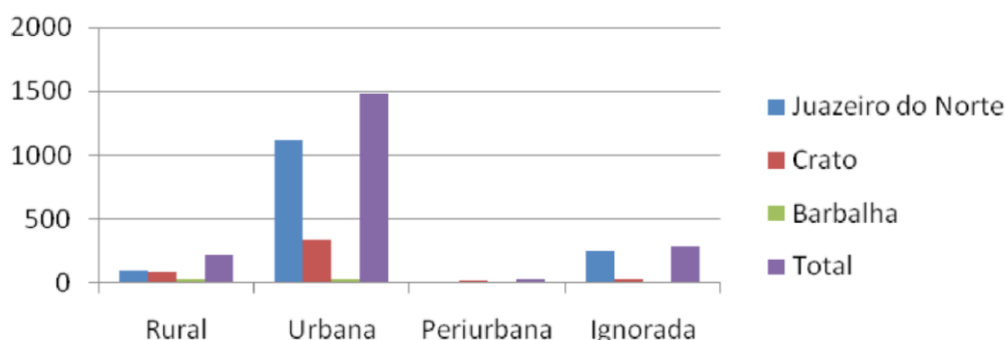
Fonte: O berro, 2014.

Esse apagamento é disseminado popularmente, muitos dos romeiros que vêm a Juazeiro do Norte nem se quer sabem quem foi Maria de Araújo. Isso também é reforçado em algumas manifestações artísticas, como em cordéis que contam a história do milagre, associando a manifestação de santidade ao padre Cicero. Por exemplo, na capa do cordel de Severino do Horto (figura 18) a cabeça do padre Cicero é adornada com uma aureola, um símbolo de santidade, uma aureola que não é reproduzida na figura da beata.

Em Juazeiro do Norte, articular território, corpo e religiosidade é como contar a história da cidade, sem precisar viajar no tempo. Nesse contexto, o território não é apenas um cenário onde a história se desenrola, para Nobre (2010) ele é um elemento da própria trama histórica, onde as relações sociais de poder são materializadas de modo hierárquico. A Beata Maria de Araújo, enquanto mulher negra, representa um corpo símbolo daquilo que o catolicismo se opõe a adotar como representação de santidade. Para além disso, é o corpo simbólico daquilo que não é considerado como humano. Enquanto mulher, negra, pobre e semianalfabeta, Maria de Araújo é a

representação de tantas outras mulheres que, como ela, estão à margem, ou ocupam um “não lugar”. Analisar o território sob essa ótica é localizar a natureza do discurso que concedeu a cidade o título de “Capital da Fé”, dentro de um contexto de opressão sistêmica direcionada à corpos femininos.

Quadro 6 - Zona de Ocorrência da violência. Crajubar, 2017.



Fonte: Observatório da Violência no Cariri, 2017.

O apagamento do protagonismo feminino na história de Juazeiro do Norte, e a violência contra as mulheres são manifestações das desigualdades de gênero que permeiam esse território até os dias atuais. Por meio de levantamentos do Observatório da Violência e dos Direitos Humanos da Região do Cariri - Universidade Regional do Cariri - (URCA), observa-se que entre as cidades do eixo Crajubar, Juazeiro do Norte apresenta o maior número de ocorrência de violência contra as mulheres em zona urbana (Quadro 6).

Além da zona, o levantamento identificou os locais onde essas violências são recorrentes (Quadro 7), em destaque espaços como a casa (1.034 casos), bar/restaurante (21 casos), via pública (116 casos) e terrenos baldios (7 casos), por meio desses números foram gerados percentuais de violência. Anterior a isso, o estudo ainda contextualiza o perfil das vítimas e de seus agressores. O que torna possível perceber que fatores como: contexto familiar, vínculos afetivos com o agressor, relações de trabalho ou institucionais, constroem um sistema de opressão que agrava a situação dessas mulheres. Esse estudo, apesar de ser quantitativo, confirma dois tópicos anteriormente debatidos: (i) há uma relação entre os episódios

de violência contra às mulheres e os territórios onde ela se manifesta; (ii) é possível que haja uma articulação entre diferentes elementos que torna passível a ocorrência desses episódios, desde a casa à via pública.

Quadro 7 - Locais onde essas violências são recorrentes.

	Juazeiro do Norte	Crato	Barbalha	Total	Percentual ³
Ignorado	129	79	00	208	10%
Casa	1.034	372	47	1.453	70%
Habitação coletiva	08	06	01	15	0,7%
Escola/creche	06	01	00	07	0,3%
Local de prática esportiva	01	00	00	01	0,04%
Bar/Restaurante	21	03	00	24	1,2%
Via pública	116	37	10	163	8%
Comércio/serviços	05	00	00	05	0,2%
Trabalho	20	05	03	28	1,4%
Indústria/construções	00	00	00	00	0%
Estabelecimento de Saúde	03	00	00	03	0,1%
Presídio	00	00	00	00	0%
Inst. de longa permanência	00	12	00	12	0,6%
Instituição Sócioeducativa	00	00	00	00	0%
Terreno baldio	07	00	00	07	0,3%
Outros	110	34	00	144	7%
Total	1.460	549	61	2.070	100%

Fonte: Observatório da Violência no Cariri, 2017.

É importante destacar que os dados mencionados são de 2017 e servem para contextualizar um problema, sendo que, atualmente, esses números mudaram. Contudo, há dificuldades no fornecimento de dados desse tipo em Juazeiro do Norte. No estudo realizado pelos pesquisadores da URCA, foi necessário buscar informações em diferentes órgãos, setores e instituições. Isso demanda esforços e articulações de várias naturezas, além do manejo dos dados. Portanto, essa situação também dificulta o desenvolvimento de estudos sobre a violência contra as mulheres nessa região. Ademais, a falta de dados mais específicos, que possam delinear melhor o perfil das vítimas, compromete a formulação de políticas públicas direcionadas a aquelas que enfrentam múltiplas formas de opressão.

No dia 20 de agosto de 2024, a Casa da Mulher de Juazeiro do Norte apresentou algumas subnotificações apuradas entre 2022 e 2024 durante o I Seminário da Casa da Mulher Cearense (Secretaria da Mulher, 2024). No evento,

foram divulgados dados sobre denúncias de violência contra mulheres nos municípios atendidos pela instituição: Aurora, Altaneira, Barbalha, Caririaçu, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha e Nova Olinda. Embora tenham sido apresentados números de atendimentos, não foram fornecidos dados mais detalhados sobre as cidades, zonas e bairros de origem das denúncias, o que dificultou a identificação dos números específicos de cada cidade. Apesar disso, as informações apresentadas pelo Grupo de Apoio a Vítimas de Violência (GAVV) devem ser consideradas (Quadro 8).

Quadro 8 - Números de atendimentos do GAVV, de 2022 a 2024.

ATENDIMENTOS DO GAVV - 5ª CIA DE 2022 A 2024	
MUNICÍPIOS ATENDIDOS	
AURORA	CRATO
ALTANEIRA	JUAZEIRO DO NORTE
BARBALHA	MISSÃO VELHA
CARIRIAÇU	NOVA OLINDA
ATENDIMENTOS POR ANO	
ANO 2022	1.719
ANO 2023	3.633
ANO 2024	3.252 *
TOTAL DE ATENDIMENTOS	8.664 *
* Além de se tratar de subnotificações, é importante considerar que, em 2024, foram contabilizados os atendimentos até agosto do mesmo ano.	

Fonte: Elaboração própria através de informações do GAVV, 2024.

Além dos dados apresentados pelo GAVV, a Casa da Mulher de Juazeiro do Norte divulgou os percentuais relacionados aos perfis das vítimas atendidas (Quadro 9), considerando marcadores sociais como estado civil, renda, escolaridade, faixa etária, cor e raça. Essas informações revelam que a maioria das atendidas é composta por mulheres solteiras (63%), com renda de até um salário-mínimo (42%), que cursaram no máximo o ensino médio (39%), pardas (59,5%) e com idade de 45 anos ou mais (25,5%).

Quadro 9 - Perfis das vítimas atendidas pela Casa da Mulher Cearense de Juazeiro do Norte.

PERFIL DAS VÍTIMAS ATENDIDAS PELA CASA DA MULHER CEARENSE DE JUAZEIRO DO NORTE (DE 2022 A 2024)	
ESTADO CIVIL	
CASADAS/UNIÃO ESTÁVEL	37%
SOLTEIRAS	63%
RENDIA	
SEM RENDIA	25%
COM RENDIA ATÉ MEIO SALÁRIO	25%
COM RENDIA ATÉ UM SALÁRIO	42%
COM RENDIA MAIS UM SALÁRIO	7%
ESCOLARIDADE	
SEM ESCOLARIDADE	4%
ENS. FUNDAMENTAL INCOMPLETO	7%
ENS. FUNDAMENTAL COMPLETO	9%
ENS. MÉDIO INCOMPLETO	12%
ENS. MÉDIO COMPLETO	39%
ENS. SUPERIOR INCOMPLETO	8%
ENS. SUPERIOR COMPLETO	11%
COR E RAÇA	
PARDAS	59,50%
BRANCAS	25,30%
PRETAS	15,20%
FAIXA ETÁRIA	
18 A 24 ANOS	12,50%
25 A 44 ANOS	62%
45 OU MAIS	25,50%

Fonte: Elaboração própria através de informações da Casa da Mulher, 2024.

Durante a apresentação desses números, algumas ouvintes da plateia expressaram críticas. Uma representante do Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC) questionou a ausência de informações sobre os territórios onde ocorreram essas violências e sobre a residência das mulheres afetadas. A militante afirmou que "a violência contra as mulheres tem cor e, também tem território" (Secretaria da Mulher, 2024). Ela destacou os casos de mulheres que vivem em bairros mais afastados ou na zona rural, que muitas vezes nem conseguem denunciar as violências e abusos que sofrem. Por isso, os dados são subnotificados: quanto mais vulnerável

é a situação da vítima, mais difícil se torna o resgate desse contexto de opressões cruzadas.

Outra ativista a se manifestar foi uma integrante do grupo Trans Travesti do Cariri (ctrans travesti, s/d), que questionou a ausência de informações que considerassem a transfobia e o transfeminicídio. Ela afirmou que as mulheres trans da região se sentem cada vez menos representadas nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, destacando a insuficiência desses dados como um exemplo. Além dessas militantes, uma professora da Universidade Regional do Cariri (URCA) também se manifestou. Como pesquisadora de gênero e educação, ela ressaltou a necessidade de uma articulação cruzada entre a academia, instituições públicas e militância, que pudesse resultar em "práticas interseccionais de enfrentamento".

De maneira geral, todas essas mulheres ressaltaram a necessidade de informações precisas que possibilitem uma articulação entre as instituições de proteção às mulheres e a sociedade civil mobilizada. Além disso, a insuficiência de dados impede que essas informações sejam georreferenciadas, dificultando a reivindicação por segurança, proteção, acesso à saúde e dignidade para mulheres situadas em territórios marginalizados. A atuação dos grupos militantes em defesa dos direitos das mulheres representa articulações populares de grande importância para o enfrentamento da violência. Na Região Metropolitana do Cariri (RMC), além da Frente de Mulheres (Frente De Mulheres do Cariri, s/d), existem outros grupos que também atuam no combate à violência e na reivindicação dos direitos das mulheres, como os mencionados anteriormente. Considerando que "mulheres" é uma categoria ampla, cada movimento possui suas especificidades e levanta pautas alinhadas às necessidades das mulheres que representam.

Soares (2019) reconhece que os movimentos feministas da Região do Cariri têm uma atuação voltada para as pautas específicas de cada militância, mas também enfrentam as mesmas problemáticas relacionadas ao território de onde surgem essas reivindicações. Segundo sua tese, os sertões reproduzem o machismo, além de outras formas de opressão historicamente consolidadas na região, como o coronelismo e a religiosidade. Essa situação exige que os movimentos sociais se conectem com a realidade vivenciada pelas mulheres da região, levando em

consideração fatores como cultura, religião, escolaridade, entre outros. É fundamental que as instituições públicas, assim como a militância, desenvolvam ações que cheguem até essas mulheres.

Nesse contexto de reivindicações e opressões cruzadas, é importante considerar uma camada pouco explorada na literatura sobre Juazeiro do Norte: a presença de corpos dissidentes e sua relação com o território religioso. O documentário “Também Sou Teu Povo” (Pereira; Lacerda, 2006) retrata essas interpelações por meio de uma dinâmica que envolve corpo, território, fé e identidade. Através dos relatos das travestis de Juazeiro do Norte, percebe-se a manifestação religiosa presente nas práticas dessas mulheres no centro da cidade. No ambiente de religiosidade cristã há um reforço dos papéis de gênero, além da reprodução do machismo e da transfobia, o que coloca essas mulheres em uma situação opressiva.

Em uma cidade religiosa como Juazeiro do Norte, o direito ao culto é também um direito à cidade. Portanto, não basta estar nesse espaço; é preciso sentir-se parte da coletividade e ser envolvida pelos cânticos e orações. O documentário ainda aborda as ambivalências na interpretação do que é “sagrado” e “profano”, considerando algumas práticas que ocorrem durante os festejos. Algumas protagonistas do filme desempenham atividades relacionadas à prostituição durante as romarias, o que desafia as interpretações dualistas reforçadas pela lógica cristã.

Diante dessas reflexões, fica evidente a complexidade do debate sobre as mulheres dessa região. Além da carência de dados e informações precisas, é crucial considerar a diversidade das representações femininas. Os diversos grupos de mulheres apresentam demandas associadas a identidades e vivências, tornando o debate sobre suas práticas um esforço dinâmico e interseccional.

5 MULHERES EM TRÂNSITO: O ENCONTRO DE NARRATIVAS

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados da investigação com base nos instrumentos de pesquisa adotados. A análise busca uma interpretação dos fatos articulada às teorias e conceitos apresentados no capítulo 2. Cabe de início três ponderações: (i) mesmo adotando essa abordagem, é preciso ressaltar que essa não é única forma de validar cientificamente o conteúdo presente nas práticas socioespaciais dessas mulheres; (ii) ao propor o cruzamento entre os conceitos e as vivências, é importante considerar o papel da teoria enquanto ação libertadora, como proposto por Hooks (2017); (iii) a maioria das mulheres não fala apenas a partir da sua própria experiência. Seus relatos também carregam a voz das pessoas dependentes que estão sob seus cuidados; e revelam experiências compartilhadas no desenvolvimento do trabalho reprodutivo.

Como síntese, são enumerados três aspectos das práticas socioespaciais identificados na apuração das onze entrevistas, que também formulam a estruturação deste capítulo em três partes: (1) O trânsito feminino pelo centro da cidade; (2) Espaços de permanência; (3) O território religioso e a construção de identidades. Ao final, alinharei uma discussão sobre outros aspectos que extrapolaram os limites dessa investigação, mas que merecem atenção.

5.1. O Trânsito Feminino pelo Centro da Cidade

Para nós mulheres, o acesso aos espaços públicos revela uma dinâmica cumulativa de discriminação e constrangimentos, frequentemente naturalizada em nosso cotidiano. Joice Berth (2023) discute criticamente nosso trânsito pelo espaço público, questionando as condições de deslocamento; a adequação desses espaços às nossas necessidades; a sensação de segurança e o acesso à cidade – entendendo este último não apenas como a capacidade de circular livremente, mas também como a possibilidade de possuir moradia digna em qualquer local da cidade. Nesse contexto, nós somos as mais afetadas pela discriminação no acesso ao espaço público, não apenas em termos de segurança.

Os trajetos que adotamos cotidianamente revelam quem somos, quais atividades praticamos e como o espaço urbano nos molda e é moldado por nós.

Através das entrevistas, identifiquei uma rede de equipamentos públicos presentes nas **rotas mais comuns** das participantes e, com base nesses dados, elaborei uma representação cartográfica que combinou esses trajetos. Uma das rotas mais recorrentes inclui as ruas Padre Cícero, São Pedro e São Paulo, que se destacam pela concentração de clínicas, laboratórios e comércios diversos, além dos arredores da praça Padre Cícero (Figura 22).

Figura 22 – Redes de equipamentos e trajetos das participantes.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Segundo as participantes do estudo, a escolha desses caminhos se baseia na **atratividade ou necessidade cotidiana**, por serem ruas com vocações comerciais e institucionais. As demais vias tangentes e perpendiculares desse percurso costumam ser evitadas, porque apresentam menos vitalidade, e geram maiores inseguranças. A **sensação de medo ou o constante estado de alerta** é algo recorrente nas falas das entrevistadas, e sobre esse aspecto é preciso compreender a interação entre fatores: físicos (relacionados à arquitetura e dinâmica do ambiente construído), e simbólicos (presentes na cultura e nas relações de poder).

Esses sentimentos, em sua maioria, estão diretamente ligados ao medo da violência contra seus corpos, e resultam em “posturas instintivas” que adotamos ao nos locomovermos pela cidade. No entanto, o que é frequentemente percebido como instinto é, na verdade, fruto de um disciplinamento corporal imposto há anos pela cultura patriarcal, que restringe as experiências urbanas das mulheres nos espaços públicos (Kern, 2023; Berth, 2023). Cotidianamente, essas barreiras implicam os modos de apropriação e uso das mulheres na cidade. Como apresentado anteriormente, uma das principais modalidades de deslocamento e acesso aos espaços públicos praticadas pelas participantes no centro da cidade é caminhar.

Atualmente, alguns diagnósticos técnicos utilizam o conceito de **caminhabilidade** para avaliar a qualidade dos espaços públicos com base nos deslocamentos a pé (SampaPé!, 2019; SampaPé!, 2021). Caminhar é uma forma democrática de acesso à cidade, englobando aspectos como sociabilidade, lazer, trabalho, estudo, entre outros. As metodologias de análise da caminhabilidade priorizam as condições de infraestrutura dos espaços, levando em conta também as demandas cotidianas das mulheres que os utilizam. Esses estudos defendem a promoção de uma cidade mais caminhável, priorizando os pedestres e o uso do transporte público. Apesar disso, tanto o deslocamento a pé quanto o transporte público expõem as mulheres a maiores riscos de violência e assédio, como relatado pelas entrevistadas:

Quando venho para o estágio sempre é de transporte público e a pé, e acho que essa é uma forma mais intensa de viver a cidade, mas também deixa a mulher mais exposta. Porque tem lugar que você passa de carro e ninguém enxerga você, olha para o veículo e depois percebem que tem uma mulher dentro. Mas andar a pé não tem isso, a primeira coisa que olham é para seu corpo (Pessoa Entrevistada: Mulher trans, 2024).

No ônibus eu sempre evito sentar lá atrás, porque os meninos ficam fazendo sons constrangedores, piadas de duplo sentido, além de ficarem nos olhando dos pés à cabeça. (...) A gente já chegou a falar para o motorista, mas ele sempre pergunta o que foi que aconteceu e ficamos sem saber como dizer. Então fica por isso mesmo (Pessoa Entrevistada: Estudante, 2024).

Ao ouvir esses relatos, me senti impelida a refletir criticamente sobre o conceito de “Cidades Caminháveis”, popularizado por Jan Gehl (2013), e que me foi apresentado durante a graduação. Em seu livro, Gehl menciona que a cultura do lugar é um elemento essencial para a construção de uma cidade caminhável. Contudo, em uma sociedade onde prevalece uma cultura de violência contra as mulheres, uma “cidade caminhável” precisa, antes de tudo, ser um território onde nossas práticas socioespaciais não sejam mediadas por um estado constante de alerta — uma sensação recorrente nas diversas experiências relatadas pelas participantes:

Tanto de dia quanto de noite, não me sinto segura. Pela manhã você até acha que pode ser mais tranquilo por ter gente na rua, mas já fui seguida uma vez às 2h00 da tarde, e a rua estava cheia de gente. Tive que entrar em lojas para despistar, não sei se ele queria me assaltar ou só me causar *medo* (Pessoa entrevistada: Estudante, 2024).

O que eu sinto não é bem ‘medo’, é mais uma sensação de *defesa*. A gente às vezes não tem nem tempo para sentir medo. Eu já vivi muito racismo e intolerância religiosa no centro, e já presenciei muita coisa absurda também, do tipo agressão física e verbal mesmo. Então eu não abaixo a cabeça (Pessoa Entrevistada: Mãe de Santo, 2024).

Eu fico com uma sensação às vezes de que eu não sou bem-vinda naquele lugar, é tanto que, quando eu vou fazer compras, passear etc., eu tento sempre estar acompanhada ou passar só o tempo necessário. Porque a pessoa percebe olhares estranhos, sussurros quando você passa. Aí fico sempre com *receio*, porque às vezes só o fato de você olhar de volta é tido como um afronte (Pessoa Entrevistada: Mulher trans, 2024).

A gente é socializada a não pensar demais sobre nossa condição enquanto mulher, né? E isso atrapalha muito a forma como a gente processa nossas emoções. Então nos espaços públicos do centro eu sinto medo sim, e acredito que toda mulher sente. É *instintivo* (Pessoa Entrevistada: Militante do grupo de Mulheres Negras, 2024).

Às vezes quando a rua está muito lotada eu evito andar, normalmente em época de romaria, porque além da minha deficiência ainda tem o fato das pessoas se aproveitarem. Tipo, passam por você se alisando, aí eu fico *atenta* a essas situações (Pessoa Entrevistada: Mulher PCD, 2024).

Entenda, enquanto urbanista e cidadã, eu sou defensora de cidades pensadas a partir da lógica dos pedestres. Ao trazer essas reflexões e relatos, a minha intenção

é debater como o planejamento urbano também precisa considerar fatores simbólicos, que são inscritos em um território a partir da repetição do que é cotidiano, que consolidam a cultura de um lugar. A busca por rotas de fuga, o estado de defesa, o sentimento de inadequação e as ideias preconcebidas que culpabilizam as vítimas — todos esses elementos, presentes nas entrevistas, evidenciam a articulação das opressões que perpetuam a violência de gênero.

Ao refletirmos sobre a espacialidade, algumas participantes destacaram que a presença de muitas pessoas nem sempre garante segurança. Relatos de duas participantes mostram que o assédio pode ocorrer em espaços públicos movimentados e durante o dia, devido à relação de poder patriarcal que relativiza essas violências, gerando culpa e responsabilizando as vítimas (Kern, 2023). Quando questionadas sobre experiências constrangedoras, muitas mulheres tratam a segurança como responsabilidade individual, distorcendo a questão para um problema pessoal, e não público:

Eu não sinto medo de andar na rua porque eu não frequento esses lugares que para mim são mais hostis. Como esses bares, lugar que vende bebida, tem muita gente fazendo algazarra. Então *eu tomo cuidado* e não ando em espaços assim, só vou na rua para resolver o que é preciso e para igreja (Pessoa Entrevistada: Beata, 2024).

Quando você é mulher e trabalha na rua, tem uns cuidados que você tem que ter. Tem muito malandro que prefere assaltar a gente porque pensa que é mais fácil. Mas se você souber se cuidar, ninguém falta com o respeito, é só ficar em *alerta* (Pessoa Entrevistada: Camelô, 2024).

Também percebi que a apropriação e uso dos espaços públicos do centro de Juazeiro do Norte revelou certos **padrões de raça, escolaridade e renda** apresentados pelas participantes¹⁷. Em geral, a maioria delas que frequentam o centro todos os dias para trabalhar são mulheres negras, e/ou que não possuem o ensino superior completo. A escolaridade apresenta grande impacto: quanto maior o nível de escolaridade das mulheres, menor é a frequência de suas práticas socioespaciais no centro da cidade. Das onze entrevistadas, seis possuem ensino superior completo. Dentre elas, apenas duas frequentam o centro da cidade diariamente. De maneira geral, as seis mulheres com maior nível de escolaridade estão envolvidas em

¹⁷ Reconheço que o estudo não apresenta um quadro amostral tão expressivo, em termos quantitativos de participantes. Apesar disso, acredito que essa observação é relevante para o problema de pesquisa.

atividades que abrangem serviços institucionais, trabalho formal e lazer. No entanto, quatro delas afirmaram evitar frequentar o centro devido a questões relacionadas à infraestrutura, mobilidade e insegurança:

Eu evito ter que ir ao centro, mas é porque acho caótico. É muita informação, as calçadas são estreitas, o trânsito é muito estressante, além do calor. Então tudo o que eu preciso resolver tento fazer pelo celular. A não ser quando eu tenho obra por ali, aí não tem jeito (Pessoa Entrevistada: Arquiteta da Prefeitura, 2024).

Eu vou todo mês por conta das minhas consultas, e no centro é onde encontro médicos bons e com valores mais acessíveis. Mas detesto! Muito quente, muita gente passa por você se esfregando, além de assalto. (...) O pior pra mim é a infraestrutura que é precária, então para qualquer pessoa é difícil se locomover lá (Pessoa Entrevistada: Mulher PCD, 2024).

Eu não sou de Juazeiro do Norte, mas como moro na cidade vizinha, e tem coisa que a gente só encontra no centro daqui, então as vezes venho. Mas eu acho um lugar riquíssimo em diversidade, apesar da violência. (...) Eu acho que o que afasta as pessoas do centro, principalmente mulheres, é a questão da segurança e da dificuldade de locomoção (Pessoa Entrevistada: Profissional da Casa da Mulher, 2024).

Eu costumo ir, no máximo, umas quatro ou cinco vezes ao ano, porque quando frequento o centro é mais para uma apresentação cultural, ver uma exposição, essas coisas. Ai também vou para consulta, mas faço tudo isso de carro, apesar de ser difícil de estacionar ali (Pessoa Entrevistada: Professora e Pesquisadora de Gênero, 2024)

Em contraste, aquelas que não possuem ensino superior e residem em Juazeiro do Norte estabelecem uma relação quase que “inevitável” com esse espaço. Para essas mulheres, transitar pelo centro é uma necessidade, impulsionada por motivos como trabalho informal, estudo e outras demandas essenciais. Muitas dessas atividades são realizadas de forma precária, o que as coloca em um cenário de maior vulnerabilidade:

Eu só ando no centro mesmo para trabalhar, porque é o jeito. Mas não vou dizer a você que gosto. (...) Eu tenho 55 anos, comecei a trabalhar sendo camelô porque eu tinha cinco filhos para alimentar sozinha (...). Sempre foi difícil trabalhar com isso, mas com um tempo se acostuma. (...) Teve uma vez que um homem bêbado chutou minhas coisas, me chamando de vagabunda, dizendo que a rua não era meu lugar, que eu devia tá era em casa. (...) Quando preciso ir ao banheiro eu peço para algum colega das lojas para usar o banheiro deles, é isso ou segurar até chegar em casa (Pessoa Entrevistada: Camelô, 2024).

Eu vim estudar aqui no centro porque perto do bairro onde eu moro não tem escola profissionalizante, e eu queria terminar o ensino médio com o curso técnico, porque é melhor para conseguir emprego. Então não tem muito o que

fazer, eu venho todos os dias por causa da escola. (...) Venho de transporte escolar que deixa na porta da escola, mas também ando a pé pelo centro quase toda semana, para resolver algo de casa quando precisa. (...) Eu não gosto de andar sozinha quando tô de farda, porque é mais comum os homens ficarem com 'enxerimento', não sei explicar (Pessoa Entrevistada: Estudante, 2024).

Eu já morei e trabalhei no centro, logo quando eu cheguei aqui em Juazeiro do Norte. É o destino certo para todo mundo que chega aqui atrás de emprego, é trabalhar no comércio. Então você tem sim que engolir sapo, se submeter a muita coisa. (...) Aí quando você é uma mulher preta e de axé, a roupa branca, as guias, mostram a sua religião e sua raça; e por isso além da dificuldade do trabalho, ainda tem isso do racismo, a intolerância. Mas quando se precisa trabalhar não tem o que fazer (Pessoa Entrevistada: Mãe de Santo, 2024).

Quando as mulheres enfrentam o racismo, o machismo e outras formas de opressão nos espaços públicos, suas perspectivas de futuro são profundamente afetadas. Esse contexto é ainda mais evidente no caso das estudantes, que enfrentam altos índices de assédio. Conforme Kern (2021), o espectro da violência urbana restringe as escolhas, o poder e as oportunidades econômicas das mulheres, de maneira semelhante ao assédio no local de trabalho, que as afasta de posições de poder e autonomia.

É nesse sentido, que é necessário adotar uma perspectiva interseccional para compreender as diferenças apresentadas pelas participantes no uso desse espaço, interpretando o espaço público como um elemento que concentra todas essas interseccionalidades. Diante do apresentado, é importante associar a raça e a escolaridade enquanto elementos que se combinam e constroem um cenário de opressões mútuas, que direcionam determinadas práticas socioespaciais, como pode ser observado na fala de uma das participantes:

Eu dessa cor aqui, com cinco filhos pequenos, onde é que eu ia arranjar serviço? Ou era trabalhar nas casas ou ir para a rua, preferi ir para a rua. Mesmo sabendo ler e fazer conta, eu não podia esperar cair nada do céu, tive que correr atrás. Então peguei minhas águas e fui vender na romaria, e faço esse serviço até hoje! (Pessoa Entrevistada: Camêlô, 2024).

Mesmo com o esforço em buscar alternativas, como a venda ambulante, a participante revela como o mercado de trabalho restringe suas opções, a forçando a recorrer a atividades informais para garantir a sobrevivência. Ao analisar esses

relatos, me questionei sobre o papel da espacialidade na geração de desigualdades, sentimentos de tensão, desacato e vulnerabilidade para as mulheres. Reconhecendo que essa questão é moldada por fatores físicos e simbólicos, entendo que a resposta não é simples. Como contribuição, ao final deste capítulo, elaboramos considerações finais que apresentam uma síntese do que pode ser observado.

5.2. Espaços de Permanência

Durante as caminhadas teste, percebi que minha condição social, enquanto mulher transitando pela cidade, me integrava ao próprio "objeto de estudo". Realizei a maior parte das observações sozinha, e sempre que parava para fazer anotações, era comum perceber olhares de homens direcionados a mim. Me sentia constrangida e incomodada, pois, ao tentar simplesmente contemplar ou descansar sob a sombra de um banco em uma praça, era frequentemente interrompida por esses olhares e às vezes por outras importunações. Ao iniciar as entrevistas, busquei não projetar minhas experiências pessoais nas falas das voluntárias. No entanto, de maneira espontânea, elas relataram situações semelhantes. Foi então que compreendi que, quando uma mulher está sozinha em um espaço de permanência, **não é comum se sentir à vontade.**

Essa condição não se refere necessariamente à infraestrutura, mas aos elementos presentes nas relações de poder ali estabelecidas e aos grupos que exercem predominância. **Olhares, assobios e importunações** são exemplos de situações constrangedoras que nos impedem de apreciar as qualidades que os espaços podem oferecer. Essa dinâmica, nos limita cotidianamente, como descreveu uma das entrevistadas:

Eu tenho uma conhecida que é do sítio, e tinha uma bebê de colo. Aí quando ela vinha resolver as coisas no centro, e precisava amamentar a criança, elas vinham pra cá¹⁸. Porque é impossível fazer isso na rua, né?! Assim, é até possível, tem as praças e tudo mais, mas você sabe que tem mulher que não se sente bem em se expor no meio de um monte de gente, e nem é bom. Tem muito homem que fica olhando (Pessoa entrevistada: Beata, 2024).

¹⁸ Aqui a entrevistada se refere a sua casa, que fica no centro da cidade.

Uma praça arborizada no meio do centro da cidade, com bancos de concreto e próximo a paradas de ônibus, pontos comerciais e instituições públicas. Esse seria o cenário adequado para uma lactante alimentar seu bebê em um dia corrido, porém, em uma sociedade machista que sexualiza corpos femininos, o ato de amamentar em público não é naturalizado. Esse espectro reforça a importância de **pensar os territórios urbanos a partir da escala corporal feminina**, os interpretando como espaços que articulam opressões. O que nos impede, enquanto mulheres, de desfrutar genuinamente os espaços públicos são as atribuições e violências de gênero associadas aos nossos corpos. Durante as entrevistas, foi possível perceber que as mulheres não costumam se sentir à vontade em espaços públicos de permanência do centro da cidade:

É impossível você se sentar sozinha ali na praça Padre Cícero, porque sempre aparece um homem querendo puxar assunto. Mesmo se tiver um monte de gente ao redor, se você tiver só, eles não querem nem saber. É como se o fato de você estar sozinha desse a permissão para eles virem falar com você. Às vezes a pessoa só quer ficar sozinha. (...) Isso não aconteceu só comigo, outras amigas também já falaram a mesma coisa. Também já ouvi gente falar coisas mais pesadas, envolvendo assédio mesmo (...) (Pessoa Entrevistada: Estudante, 2024).

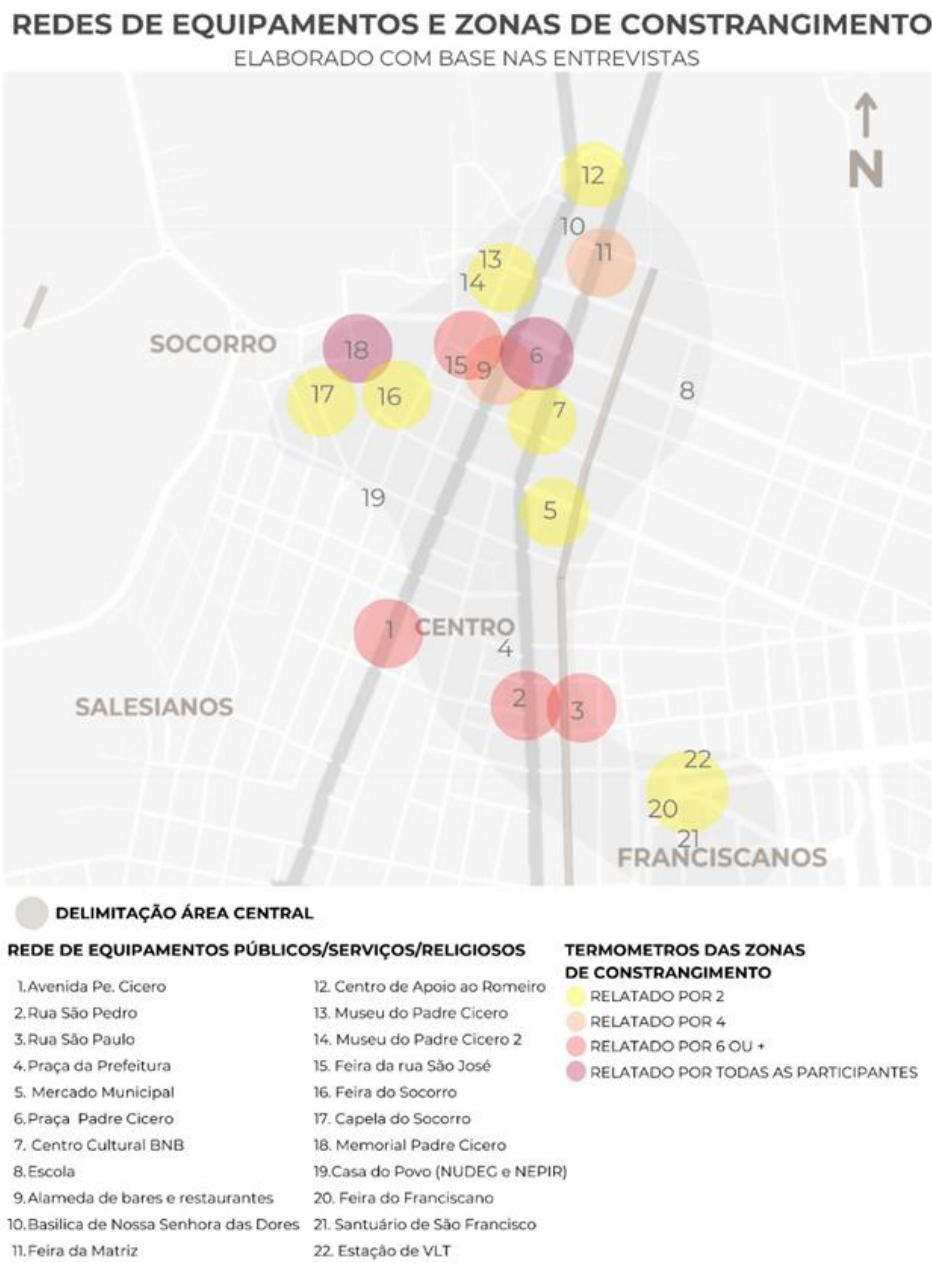
Eu não me sinto bem sentada sozinha naquela praça Padre Cícero, mesmo com muita gente ao redor, tenho uma sensação esquisita de que estou sendo observada, e de fato estou (Pessoa Entrevistada: Mulher trans, 2024).

Olha, eu sei que não dá certo você ficar sentada de bobeira em qualquer lugar, principalmente quando se é mulher. Tipo, na praça Padre Cícero, eu frequento mais quando tem alguma amostra cultural, um show, essas coisas. Porque se for para se sentar lá sozinha, é o mesmo que pedir que alguém mexa com você (Pessoa Entrevistada: Mulher PCD, 2024).

Com base nesse aspecto, a partir das entrevistas, identificamos zonas de constrangimento na área central de análise. Observe que algumas dessas zonas são também áreas movimentadas da cidade, como a praça Padre Cícero, o Centro de Apoio aos Romeiros, e as ruas com vocações comerciais (Figura 23). No entanto, as participantes raramente demonstraram reconhecer esse contexto de opressão de forma consciente, assumindo frequentemente a responsabilidade de evitar situações de constrangimento, assédio e outras violências. É evidente que cada mulher tem percepções únicas, moldadas pelos fatores culturais e pelos processos de

socialização aos quais somos expostas. Além disso, o patriarcado frequentemente nos impõe um sentimento de culpa, fazendo com que nos vejamos como responsáveis pelo contexto opressor que enfrentamos.

Figura 23 - Rede de equipamentos de zonas de constrangimento.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Joice Berth (2023) destaca que, ao ocuparmos espaços públicos que nos rejeitam, muitas de nós não reconhecemos nossa posição de vítimas, acabando por acreditar que somos as responsáveis pelas violências e abusos que sofremos:

A gente tem que evitar, né?! Não andar em rua que sabe que tem pouca gente, ou evitar está em multidões, porque sempre tem um “esperto” que se aproveita da situação (Pessoa entrevistada: Mulher PCD, 2024).

A mulher precisa ter cuidados diferentes, infelizmente o mundo é assim. A gente pede a Deus para que um dia mude, mas enquanto a realidade for essa, a gente tem que se cuidar (Pessoa entrevistada: Beata, 2024).

Mulher precisa se dar ao respeito em qualquer lugar. Eu entendo que a gente é vítima de muita coisa, mas também precisamos fazer a nossa parte e se preservar (Pessoa entrevistada: Romeira, 2024).

Algo em comum entre muitas das entrevistadas foi o relato sobre o estado de constrangimento recorrente em territórios onde a presença masculina é predominante. Dentre as áreas mais recorrentes, destacam-se a praça Padre Cícero e o Memorial, este último é um prédio público atualmente desativado:

Tento não passar perto de grupos com homens reunidos, porque eles se juntam para ficar dando cantadas, assobiando, ou olhando para você, para seu corpo (Pessoa Entrevistada: Estudante, 2024).

Eu não gosto de passar em frente ao posto de mototaxi e obra, porque sempre fica um monte de homem junto, falando besteira. (...) A gente se sente assediada só com o olhar, porque é um olhar diferente, que amedronta, envergonha a gente. (...) Esse tipo de situação me faz repensar duas vezes antes de usar qualquer roupa para sair de casa (Pessoa Entrevistada: Militante do grupo de Mulheres Negras, 2024).

A rua é dos homens, né?! Isso fica evidente quando a gente percebe a forma como eles se sentem confortáveis no espaço público, como se estivessem em casa mesmo. Eles andam sem camisa na rua, passam as mãos nas partes íntimas na frente de todo mundo, e isso é tido como algo natural. Mas quando é um corpo feminino apenas existindo no espaço, é o suficiente pra gente ser atacada com olhares, xingamentos, toques indesejados (Pessoa Entrevistada: Mulher trans, 2024).

Durante as entrevistas, ouvir esses relatos despertou em mim um sentimento de impotência. Encarei o desafio de transformar essas falas em interpretações práticas sobre o espaço. No entanto, ao me deparar com o conteúdo das transcrições, diversos temas emergiram. Discutir assédio, constrangimentos e o acesso aos espaços públicos com mulheres abre espaço para o surgimento de outras questões e

reivindicações relacionadas ao universo feminino. Os resultados apresentados nesta pesquisa são apenas uma síntese dos conteúdos extraídos durante essa etapa do estudo. Contudo, acredito que as entrevistas semiestruturadas, enquanto instrumento metodológico, permitiram que algumas subjetividades fossem acessadas por meio das narrativas das participantes, ainda que de forma limitada. Esse panorama inicial abre caminho para a exploração do território religioso e sua relação com a construção de identidades.

5.3. O Território Religioso e a Construção de Identidades

O espaço desempenha um papel essencial na formação da identidade social, tanto individual quanto coletiva. Como apresentado no capítulo anterior, Juazeiro do Norte possui uma forte relação com o catolicismo, que influencia o calendário festivo, a economia da região, além de se entrelaçar com aspectos da cultura popular, gerando rebatimentos nas práticas socioespaciais. Cria-se então um território religioso, guiado por uma dinâmica de poder associada a essas manifestações de maior aceitação. Enquanto juazeirense, cresci imersa nas dinâmicas religiosas presentes na cultura, história e cotidiano da cidade. Além disso, minha família é cristã e adepta de muitas crenças da religiosidade popular manifestada na região¹⁹.

Quando fui impelida a considerar a influência da religiosidade nas práticas socioespaciais das mulheres, percebi a necessidade de adotar uma postura crítica em relação a esse território religioso, que molda parte da minha identidade. Haesbaert (2010) afirma que a construção de territórios também gera relações de poder ambivalentes, resultando em constantes colisões. Ao abordar essa problemática, passei a perceber as subjetividades que esse território evoca na geração de identificação e pertencimento.

Juazeiro do Norte, por vezes, foi estereotipada como uma “cidade dos fanáticos”, devido à forte influência da religiosidade nas dinâmicas sociais (Gomes,

¹⁹ O Cariri Cearense é rico em tradições e manifestações culturais locais, muitas das quais estão associadas à religiosidade, refletindo uma diversidade étnica, como os benzimentos, as renovações e os benditos.

2015). Por isso, durante a pesquisa, senti a responsabilidade de abordar a religiosidade com cuidado, a fim de evitar alimentar essas concepções. Ao mesmo tempo, percebi a necessidade de analisar as relações de poder sob múltiplos ângulos, e foi aí que a teoria interseccional me amparou. A interseccionalidade questiona qual dinâmica de poder sustenta as manifestações mais visíveis em determinado contexto (Bilge; Collins, 2021). A partir dessa compreensão, foi possível investigar os processos que guiam a construção de identidade e identificação com esse território. Stuart (2006) define que identidade é algo em constante construção, influenciada pela interação entre o indivíduo e as estruturas sociais.

Para investigar minha problemática, identifiquei aspectos como **a intersecção entre religião, raça, sexualidade e o espaço público**. Percebi que as mulheres que realizam práticas socioespaciais relacionadas à religiosidade predominante, demonstram um processo de identificação mais forte com o espaço, em contraste com aquelas que praticam atividades socioespaciais de outras matrizes religiosas, ou não se envolvem com nenhuma delas. No entanto, as participantes com forte ligação às cresças cristãs apresentaram resistência em discutir a questão da violência de gênero nos espaços públicos desse território. Em suas narrativas, a área central de Juazeiro do Norte foi frequentemente descrita como um território sagrado, um lugar onde "(...), pode existir maldade, mas o que prevalece é a fé" (Pessoa Entrevistada: Beata, 2024).

Essas e outras colocações apresentaram desafios significativos para o desenvolvimento desta etapa do trabalho, porque é evidente que a condição social dessas participantes as coloca em situações de vulnerabilidade, mesmo que elas próprias não possuam essa percepção. A religiosidade surge então como um elemento central de influência, não apenas orientando suas interpretações, mas também condicionando de forma marcante suas práticas socioespaciais. Nas visitantes, esse sentimento se cristaliza através das simbologias e processos relacionais desse espaço:

Juazeiro é o meu lugar. Quando eu tô triste eu me apego ao meu Padrinho e lembro que tenho a certeza de viajar para cá todo ano. (...) Eu acho o centro daqui uma coisa linda, cheio de gente, de músicas sobre meu Padrinho Cícero. Aí tem as procissões, o Horto, as igrejas, as feiras, tudo é bom demais. Eu ando nas ruas e não sinto medo, porque eu tô na terra do meu Padrinho. Eu me sinto no céu. (...) Quando estou em Juazeiro não me sinto tão longe de casa, mesmo estando (Pessoa Entrevistada: Romeira, 2024).

O espaço, enquanto instância social, é decorrente da repetição de elementos gerais que se reproduzem ao longo do tempo (Santos, 2006). Logo, o “espaço da festa” surge a partir da combinação dos processos e da sua estrutura, entre os níveis mais abstratos (do espaço relacional), até o mais concreto e subjetivo (o espaço das relações práticas) (Milfont et. al, 2024). Sendo assim, as romarias de Juazeiro do Norte, enquanto festejos populares, geram sentimento de pertencimento (Cordeiro, 2010). Porém, isso não impede que esse processo de identificação também se combine à outras construções, decorrentes do que é vivido cotidianamente:

É engraçado, porque é como se existissem duas cidades. Tem a Juazeiro que eu conheço do dia a dia, que é uma cidade normal; e tem a Juazeiro em época de romaria, que parece ser mágica. (...) Eu sinto uma nostalgia muito grande, porque eu conheci a cidade pela primeira vez quando vim com a minha avó que é romeira, tudo que eu vivi aqui pela primeira vez foi nesse momento que a cidade vive a festa. Então quando eu vim morar aqui eu esperei viver essa mesma coisa, mas foi diferente (Pessoa Entrevistada: Estudante, 2024).

O relato da Estudante evidencia parte das ambivalências presentes nessa dinâmica territorial: embora haja uma identificação com o território religioso, fora desse “cenário mágico”, ela reivindica outras formas de pertencimento, relacionadas às suas demandas enquanto mulher. Para ela, a romaria oferece uma configuração momentânea que possibilita esse processo de identificação, mesmo com a consciência das opressões vivenciadas cotidianamente. No entanto, para outras participantes, a construção da identidade nesse território é moldada a partir de reivindicações e contrastes em relação a essa hegemonia popular:

A caminhada pela diversidade religiosa é uma forma da gente mostrar que em Juazeiro também tem povo de axé, e isso é muito importante para nos fortalecer enquanto comunidade também. (...) Você já parou para pensar por que não existe terreiro no centro de Juazeiro? Não é porque só existe macumba no João Cabral, Antônio Vieira, Pedrinhas (...) É porque quem tinha dinheiro para comprar casa ali perto eram os coronéis, e o povo preto escravizado teve que ocupar esses outros bairros. Mas advinha quem levantou aquelas igrejas? Quem fez o primeiro calçamento de pedra na rua São Pedro? Quem construiu aqueles casarões? Qual a cor das pessoas que vinham pra cá de Pau de Arara? Quem são as pessoas que até hoje trabalham no centro da cidade? Tudo isso veio do povo preto, e quando a

gente vai ao centro cultuar o nosso axé, a gente não tá querendo inventar moda, a gente tá indo atrás de um lugar que também é nosso (Pessoa Entrevistada: Mãe de Santo, 2024).

A caminhada pela diversidade religiosa, mencionada pela participante, não se trata apenas de uma afirmação de identidade, mas também de uma luta contra a invisibilidade e a exclusão diante da hegemonia religiosa e social dominante. Outro aspecto que chamou minha atenção na fala dessa participante foi a ausência de representatividade dos terreiros no centro da cidade, o que reflete a divisão histórica do território. Nesse contexto, as elites brancas, associadas ao poder econômico, se apropriaram dos espaços mais centrais, enquanto o povo negro de terreiro passou a ocupar bairros mais afastados.

Ao buscar espaço nos limites do centro urbano, as religiões de matriz afro não apenas reconstroem sua presença, mas afirmam um direito histórico de existir e se manifestar nesse território. A partir desse movimento, observa-se também que essa configuração momentânea dos espaços públicos do centro promove processos de identificação efêmeros, que, embora transitórios, têm um valor simbólico profundo, como ilustra o relato da Militante do Movimento de Mulheres Negras:

Quando a gente faz a marcha pela diversidade religiosa é muito comum, as pessoas que são de axé e trabalham nas lojas, irem para as calçadas e fazerem reverência ao Santo. E isso tem um valor simbólico muito grande, porque nos terreiros a gente escuta de muita gente que trabalha no comércio que a empresa não aceita que eles usem guias, o ojá, tudo que tem a ver com a religião. (...) É porque o centro tem isso de ser um território do catolicismo, né? Então eles dizem que é para evitar conflito com os clientes (Pessoa Entrevistada: Militante do Mov. De Mulheres Negras, 2024).

Além das religiões de matriz afro, outros grupos sociais também reivindicam esse sentimento de identificação e pertencimento no centro da cidade. Uma das participantes cunhou o termo “direito à fé”, o definindo como a possibilidade de viver o sentimento de coletividade dentro desse território religioso, combinados a sua identidade sexual e sexualidade:

Enquanto uma mulher trans e bissexual, eu imagino que o direito a fé, não é sobre poder participar desse espaço religioso, mas também da gente poder participar dessa religiosidade; da gente poder se inserir dentro desses conceitos coletivos. (...) Que as nossas subjetividades, de alguma maneira,

pudessem ser acolhidas por esse todo (Pessoa Entrevistada: Mulher trans, 2024).

Essa colocação da participante expressa a demanda de pertencimento vivida por pessoas com dissidências sexuais em territórios religiosos. Sabe-se que as religiões cristãs, em sua maioria, têm histórico de exclusão de pessoas trans e LGBTQIA+, mas o processo de construção da identidade é subjetivo. Além disso, a relação entre religiosidade, cultura e espiritualidade possui entraves. Assim, é comum que surja essa busca por pertencimento, mesmo em contextos sociais intolerantes e opressores. Parte dessas questões são retratadas no filme “Paloma” (2022) e no documentário “Também sou teu povo” (2006).

Além dessas pontuações, também observamos **outros processos relacionais e a importância de ocupar o espaço**. Algumas participantes relataram não sentir nenhuma construção de identidade com o espaço e, portanto, não reivindicam pertencimento a ele. No entanto, mostraram compreender a importância de ocupá-lo. Meneses (2023) analisa a romaria de Juazeiro do Norte sob a ótica dos não devotos, que a veem como uma manifestação religiosa interpretada através do entretenimento. Além desse grupo, existem aqueles que não estabelecem nenhum vínculo com essa festividade nem com outras práticas religiosas, o que pode ser observado em algumas das entrevistadas:

Eu conheço a festividade, mas não faz parte do meu interesse. Só que eu acho importante existir esse espaço, claro que de forma democrática. Mas assim, aqui no Cariri entendemos o peso que essa manifestação religiosa tem para as pessoas. Então, apesar de eu não me identificar, eu acredito que é importante (Pessoa Entrevistada: Professora, 2024).

Para falar a verdade eu sou indiferente, porque eu não sou cristã, acho a cultura daqui muito bonita, as festas e tal, mas nada disso me movimenta. Minha relação com o centro é outra. Mas claro, eu acho importante a gente refletir sobre essa predominância do catolicismo, não só no centro da cidade, tudo em Juazeiro é muito religioso, e não é pra ser. Tipo, coisas que precisam ser laicas, são interpretadas diante do ponto de vista da religião. Não acho isso certo, é perigoso (Pessoa Entrevistada: Mulher PCD, 2024).

As duas participantes revelam diferentes formas de engajamento e distanciamento em relação à festividade religiosa da cidade. Ambos os relatos, apesar das diferenças, destacam a importância de refletir sobre o espaço público e as

influências religiosas que o moldam. Outra camada dessa percepção foi identificada na entrevista com a camelô, que destaca que sua relação com o espaço é movida por uma necessidade de sobrevivência. Nesse caso, também não há uma conexão afetiva com o local. No entanto, a necessidade financeira que torna a romaria sua principal fonte de renda também faz parte de um processo de construção de identidade. Como ela mesma menciona:

Eu trabalho nas romarias tem uns 30 anos, mas não vou dizer a você que tenho esse apego pela festa. Eu acho importante a romaria para a cidade e para as pessoas, principalmente para quem trabalha com a romaria, como eu. Mas para mim o que é importante é ter como trabalhar nesse lugar, saber que posso levar minhas mercadorias e apurar meu sustento (Pessoa Entrevistada: Camelô, 2024).

O curioso desses relatos é que eles demonstram como o espaço público e as manifestações religiosas podem ser vividos de formas distintas, dependendo das experiências e necessidades individuais, ao mesmo tempo em que apontam a complexidade da construção de identidade em um contexto de predominância religiosa e cultural. Além dessa encruzilhada, e ainda dentro do aspecto da identidade, também foi possível refletir como as mulheres se sentem representadas nesse espaço.

As construções de memória e identidade também atravessam a Beata Maria de Araújo e as violências de gênero. Como mencionado no capítulo anterior, o ‘Milagre da Hóstia’ foi um dos eventos que marcou a história de Juazeiro do Norte. Durante as entrevistas, questionei se as participantes acreditavam que Maria de Araújo seria um símbolo das opressões vividas pelas mulheres dessa região. Nesse momento, percebi que poucas entrevistadas tinham conhecimento sobre a Beata do milagre. Além disso, algumas, apesar de possuírem esse entendimento, não fizeram a conexão entre as violências direcionadas a essa mulher e os processos vivenciados por elas mesmas:

Maria de Araújo viveu uma vida muito triste. Ela foi proibida de sair de casa, foi presa, sofreu muito. Meu Padrinho Cícero tentou fazer o que pôde para ela não passar por essas coisas, mas ele também era muito perseguido na época. (...) Hoje eu não sei te falar isso, porque até naquela época esse assunto era complicado de se tratar, acho que continua sendo (Pessoa Entrevistada: Beata, 2024).

Eu acho que já ouvi falar dela, e de outras mulheres que ajudaram o Padre Cícero. (...) Acho que naquele tempo as mulheres sofriam muito, mas também tinham muita fé. (...) Das vezes que eu vim eu não me lembro de ter ouvido falar muito dela nos lugares daqui não (Pessoa Entrevistada: Romeira, 2024).

Eu sei que essa história existe, mas não sei contar. Eu sei que ela foi uma pessoa que sofreu muito e tudo, mais que isso eu não sei te falar (Pessoa Entrevistada: Camelô, 2024).

As falas das entrevistadas revelam diferentes níveis de conhecimento sobre Maria de Araújo e seu papel simbólico nas opressões das mulheres de Juazeiro do Norte. Elas refletem como o conhecimento sobre Maria de Araújo é distorcido, fragmentado ou ausente, como observado por Nobre (2015) e Diniz (2022). Resgatar a figura da Beata Maria de Araújo no contexto desta investigação é uma forma de demonstrar a complexidade de se construir uma memória coletiva, especialmente quando questões de gênero, sofrimento e opressão não são plenamente reconhecidas ou discutidas pelas próprias mulheres desse território.

Outras entrevistadas apresentaram posicionamentos mais críticos em relação a esse acontecimento e as violências direcionadas a essa representação feminina. Duas delas ressaltaram o quão representativo é resgatar a sua memória nos dias atuais, considerando valores simbólicos e culturais que geram identificação. Ao mesmo tempo, uma delas demonstrou que esse tema ainda pode gerar abalos na instituição religiosa dominante, comprometendo o que já vem sendo produzido nesse espaço em termos de identidade:

O que é simbólico e representativo gera também identificação. Mas em Juazeiro não existe essa identidade enquanto terra de uma Santa que é uma mulher negra, mas sim de um padre que é santo. (...) A possibilidade da gente colocar essa mulher negra enquanto a responsável por um milagre, é o mesmo que comprar uma briga nesse espaço religioso que é produzido. Não só o espaço que é material, mas o simbólico, principalmente o simbólico (Pessoa Entrevistada: Mulher Trans, 2024).

Ela não foi apenas apagada da história, ela foi demonizada. Foi uma mulher colocada em uma categoria desumanizada. Então, acredito que sim, pensar em Maria de Araújo nos dias de hoje é como montar um quebra-cabeças para entender como as violências de gênero se perpetuam nesta região. (...) Também percebo outra movimentação importante relacionada à memorialização dela, numa perspectiva mais ampliada. Por exemplo, aqui, a religiosidade é tão forte que, se uma mulher negra fosse vista como uma santa, isso poderia fazer outras mulheres se sentirem dignas, cidadãs. Porque isso envolve questões culturais de representatividade (Pessoa Entrevistada: Professora, 2024).

As duas entrevistas se completam ao revelar a forte conexão entre a identidade de Juazeiro do Norte e o catolicismo popular, que molda a memória coletiva da região. Essas participantes destacaram a importância de resgatar a figura de Maria de Araújo como símbolo de resistência e identidade cultural, embora outras alertem para a resistência dentro da instituição religiosa, que privilegia o Padre Cícero. Associar Maria de Araújo a um milagre, especialmente sendo uma mulher negra, desafia a estrutura simbólica que sustenta o catolicismo local. O resgate de sua memória, portanto, está ligado a questões de representatividade e empoderamento feminino, especialmente para as mulheres negras, buscando visibilidade e reconhecimento nesse território.

O conceito de historicização do espaço, conforme Santos (1999), destaca que o território se transforma pelo uso, adquirindo uma identidade ligada às práticas e experiências vividas nele. Em Juazeiro do Norte, a religiosidade local é um exemplo dessa construção identitária, onde o espaço se conecta com as práticas religiosas e o sentimento de pertencimento. O resgate de Maria de Araújo e sua possível associação a um milagre podem reconfigurar o território, ampliando sua identidade para incluir representações de fé e empoderamento, especialmente das mulheres negras, que também se reconhecem nesse espaço. Apesar de haver tentativas recentes de rememoração²⁰, é preciso pensar essa questão em uma escala interseccional, onde a educação patrimonial também deve partir de políticas que atuem frente às violências de gênero perpetuadas por gerações.

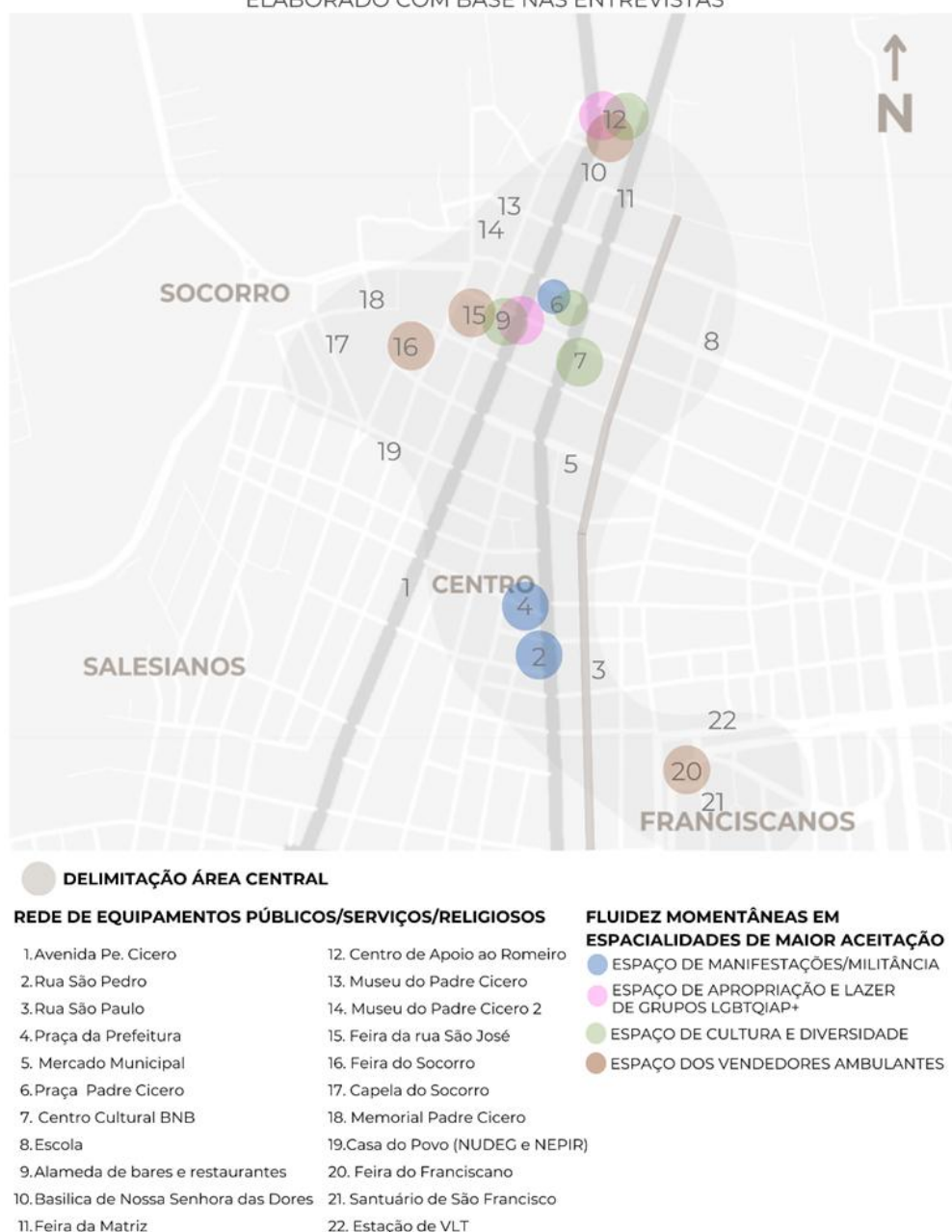
Outra característica se refere às **interações entre diferentes grupos sociais distintos**, uma ação capaz de reforçar relações de poder, ou criar territorialidades temporárias dentro de um contexto territorial hegemônico. Lívio Sansone (2003) observa esse padrão ao estudar sobre o sistema racial brasileiro, onde percebe que manifestações coletivas relacionadas a arte e cultura afro constroem contextos efêmeros de áreas duras e moles no espaço público. Essas áreas proporcionam

²⁰ Além das reivindicações da sociedade civil e demais coletivos, no campo legislativo pode ser citada a Lei Municipal N° 5651 (Juazeiro do Norte, 2023).

contextos de maior permeabilidade para manifestações do povo negro em uma sociedade racista, mesmo que momentâneo.

Pensar o espaço público de modo interseccional é considerar as interpelações entre diferentes grupos no mesmo espaço, identificando também quais áreas apresentam essa fluidez momentânea. Por meio das entrevistas, foi possível identificar algumas espacialidades na área central de Juazeiro do Norte que são mais permissivas a grupos sociais marginalizados (Figura 24). Para elaborar essas informações, foi desenvolvida a representação a seguir, considerando três tipos dessa fluidez espacializada em contextos de: (i) manifestações e militância; (ii) apropriação e lazer de grupos LGBTQIAP+; (iii) cultura e diversidade; (iv) espaço do trabalho informal.

Figura 24 – Apropriações eventuais no espaço público.
APROPRIAÇÕES EVENTUAIS NO ESPAÇO PÚBLICO
 ELABORADO COM BASE NAS ENTREVISTAS



Fonte: Elaboração própria, 2024.

As **manifestações e militância** em Juazeiro do Norte ocorrem principalmente no trajeto entre a praça da Prefeitura e a praça Padre Cícero, pela rua São Pedro. Esse espaço urbano, mais que um local de passagem, é um palco simbólico e físico para a atuação política, alinhado à ideia de ‘espaço de aparecimento’ de Judith Butler (2018). Segundo Butler, toda ação política exige um espaço visível para que os corpos

se manifestem. Ao ocupar as ruas com discursos políticos e princípios de justiça social, os militantes praticam uma forma de ocupação democrática, reivindicando visibilidade. Juazeiro do Norte, uma cidade inserida em um 'sertão banhado de águas, reisado, romarias, violências e resistências' (Soares, 2019, p. 121), é um lugar de intensa vida social e política, onde as ruas se tornam cenários de resistência.

Nesse contexto, as ações políticas dos grupos militantes da região têm na rua seu principal veículo de reivindicação. Quando o ato de ocupar as ruas é realizado por mulheres, ele ganha uma dimensão ainda mais profunda, pois se trata de uma subversão direta às imposições patriarcais que historicamente associam a mulher ao espaço doméstico. Conforme argumenta Gago (2019), a mobilização das mulheres no espaço público não é apenas uma reivindicação política, mas um ato de resistência às estruturas de poder que buscam invisibilizar suas vozes e ações. A militante de um movimento de mulheres negras de Juazeiro do Norte relata a resistência enfrentada nas ruas, destacando a violência simbólica da sociedade local:

A gente costuma fazer algumas reivindicações no centro da cidade, com concentração na praça da Prefeitura até a praça Padre Cícero, e é comum o pessoal passar por a gente e dizer que não temos o que fazer dentro de casa. (...) Eu acho que a população de Juazeiro é comprometida em atrapalhar o combate contra a violência às mulheres, além da sociedade não se mobilizar, ainda é agressiva com quem é da militância (Pessoa Entrevistada: Militante do Mov. De Mulheres Negras, 2024).

A fala das participantes do estudo revela não apenas os desafios enfrentados pelas militantes, mas também a resistência cultural e social da cidade diante das ações em prol da igualdade de gênero e da justiça social. Embora a sociedade local, em muitos momentos, se mostre agressiva ou indiferente às reivindicações, as militantes afirmam a importância de persistir no enfrentamento dessas dificuldades, ocupando de forma contínua os espaços públicos. Essa prática, segundo as participantes, desempenha um papel crucial no combate à violência contra as mulheres. Como destaca uma das entrevistadas, a militância nas ruas é uma maneira de as mulheres se reconhecerem e se mostrarem como pertencentes à esfera pública:

A militância nas ruas é uma forma das mulheres se sentirem e se mostrarem pertencentes da esfera pública. Então, se há violência e descaso com as mulheres na nossa região, a resposta que a militância dá é ocupando as ruas,

as praças, os prédios públicos (Pessoa Entrevistada: Adm. Da Casa da Mulher de Juazeiro do Norte, 2024).

Ao ocupar esses espaços, as militantes não só denunciam o machismo e suas manifestações violentas por meio de cartazes, números e gritos, mas também reafirmam a força do movimento de mulheres. Nesse sentido, a presença das mulheres nas ruas e praças, principalmente em ações organizadas por grupos feministas, simboliza uma subversão a essa lógica de gênero, sendo um ato altamente representativo, mesmo que ocorra de forma momentânea no espaço.

Porém, apesar dessa fluidez, existe ainda a presença de uma hegemonia predominante nesse espaço, que se manifesta nas formas de controle e regulamentação das ações políticas e culturais. A entrevistada aponta uma discrepância importante ao mencionar que, quando grupos de religiões de matriz africana, organizam manifestações no centro da cidade, precisam notificar previamente a prefeitura, mesmo quando a ação não envolve o fechamento de ruas:

(...)Aí tem outra questão, quando a gente vai fazer qualquer manifestação religiosa no centro, das religiões de axé, é preciso avisar antes na prefeitura. Mesmo que a gente não vá fechar rua ou coisa do tipo, se for só para ocupar a praça tem que avisar antes (Pessoa Entrevistada: Militante do Mov. De Mulheres Negras, 2024).

Essa exigência burocrática evidencia um sistema que privilegia certos espaços e práticas em detrimento de outras, limitando a liberdade de expressão e a ocupação pública por grupos historicamente marginalizados. Ao mesmo tempo, as militantes do movimento de mulheres, que também buscam ocupar essas mesmas praças e ruas, enfrentam uma resistência simbólica semelhante, em que suas ações são frequentemente desvalorizadas ou questionadas pela sociedade e pelas autoridades.

Esse contraste entre a liberdade de manifestação para alguns grupos e a necessidade de regulamentação para outros, como no caso das religiões de axé, reforça a persistente estrutura de desigualdade e controle social, que ainda rege o uso dos espaços públicos e a visibilidade das manifestações culturais e políticas alternativas. Nesse sentido, a dificuldade de **apropriação e lazer desses territórios também é sentida pelos grupos LGBTQIAP+**, que muitas vezes encontram

obstáculos para apropriar-se desses locais para atividades de lazer e expressão, enfrentando estigmatização e marginalização em sua busca por visibilidade e liberdade.

Durante as visitas em campo e entrevistas realizadas, ficou claro que, embora a cidade ainda carregue traços de uma estrutura social machista, ela oferece alguns espaços de maior fluidez para a expressão e apropriação por parte dessa comunidade. Locais como a Alameda de Bares e Restaurantes e o Centro de Apoio ao Romeiro surgem como pontos de referência para esse público, permitindo uma vivência mais livre e visível da sexualidade. Esses espaços, embora ainda restritos, oferecem uma relativa liberdade que não se encontra facilmente em outras partes da cidade. Uma das participantes destacou que, apesar de Juazeiro do Norte ser uma cidade conservadora e machista, muitos jovens de cidades menores veem nela uma oportunidade de viver sua sexualidade:

Mesmo Juazeiro sendo uma cidade muito machista, é comum jovens de outras cidades menores virem para cá viver a sua sexualidade com mais liberdade. Isso porque aqui nós temos alguns bares alternativos, as universidades, tem os eventos culturais na rua, nos espaços públicos. Além disso, querendo ou não, tem essa atmosfera de cidade metropolitana, mas que conserva coisas de cidade do interior (Pessoa Entrevistada: Mulher trans, 2024).

Essa fluidez de ocupação dos espaços públicos por pessoas LGBTQIAP+ também é condicionada pelo horário, com muitos se sentindo mais seguros para frequentá-los durante a noite. Uma das entrevistadas destacou que esses espaços de ocupação coincidem com as práticas socioespaciais de outros grupos marginalizados. Ela utilizou o termo "povo de rua", inspirado em Sassen (2008), para se referir a grupos que desempenham atividades precárias e/ou mal remuneradas nos espaços públicos urbanos. A entrevistada explicou:

Eu acredito que no centro daqui nós temos uma atmosfera conservadora que é predominante pela manhã, pois coincide com os horários das missas, do comércio formal, esse tipo de coisa. Mas quando vai ficando mais tarde, umas 20h30/21h, você começa a perceber o surgimento de outros grupos sociais. Além das pessoas LGBTs, também tem o 'povo de rua', que a Saskya Sassen fala, né? São pessoas, não necessariamente em situação de rua, mas que desenvolvem práticas nesse espaço, como flanelinha, as trabalhadoras do sexo, alguns comerciantes informais. Enfim, eu percebo que à noite, em espaços como a praça Padre Cícero, a Alameda e o Centro de Apoio, esses

grupos surgem e ocupam esses espaços com mais liberdade e propriedade (Pessoa Entrevistada: Militante do Mov. de Mulheres Negras, 2024).

É relevante observar que essas espacialidades momentâneas, que envolvem as territorialidades desses grupos, também foram interpretadas por outras entrevistadas como zonas de constrangimento (ver figura 23). Isso evidencia como essas práticas socioespaciais são marginalizadas e reflete as desigualdades sociais presentes na cidade. Uma das participantes comentou especificamente sobre a ocupação do Centro de Apoio e da praça Padre Cícero por dependentes químicos, destacando uma sensação de insegurança:

Eu acho aquele espaço do Centro de Apoio, da praça Padre Cícero, ambientes de muita hostilidade, eu não me sinto segura ali. Tem muito usuário e aí essas pessoas, infelizmente, são muito impulsivas, então é comum ter muita confusão por ali, entre eles, ou com outras pessoas. Então eu não saio à noite para aquele lado, não tem quem faça eu ir (Pessoa Entrevistada: Beata, 2024).

Essa fala demonstra como, para algumas pessoas, esses espaços públicos são vistos não como locais de pertencimento, mas como áreas de risco, associadas à marginalização e à violência, o que evidencia a persistente segregação social e espacial na cidade. Por outro lado, outra característica ambivalente da área central é que esses mesmos locais, ocupados por grupos LGBTQIAP+, também são associados a manifestações culturais e expressões de diversidade. Isso reflete a complexidade desses espaços, que, embora marginalizados por alguns, servem como palco para entretenimento e resistência de diferentes grupos sociais.

Algumas das participantes do estudo relataram que desenvolvem atividades relacionadas à **cultura, diversidade e lazer** na área central de Juazeiro do Norte, como a visita a prédios públicos ou a participação em apresentações nos espaços públicos, como a praça Padre Cícero e seus arredores. Essas práticas costumam ocorrer nos finais de semana e feriados, principalmente nos turnos da tarde e à noite. A professora entrevistada destaca que os eventos culturais representam uma forma de democratizar os espaços públicos do centro, permitindo a interação entre diferentes grupos sociais:

Eu acho que a gente experimenta um contexto mais democrático dos espaços públicos do centro da cidade quando ocorrem as apresentações culturais, shows, e demais apresentações artísticas. (...) É porque nesses momentos você percebe que o centro à noite ganha nova vida, porque vão jovens, adultos, idosos, crianças (Pessoa Entrevistada: Professora, 2024).

Essa diversidade de ocupação dos espaços públicos também é observada em outra fala, que detalha as dinâmicas variáveis de frequência da praça Padre Cícero conforme o dia e a noite. A Militante do Movimento de Mulheres Negras comenta que, enquanto nas noites de quinta, sexta e sábado a praça é dominada por pessoas que frequentam os bares, aos domingos à noite a praça é ocupada por adultos levando crianças para brincar:

Eu acho que tem uma diferença, além do horário, tem dos dias também. Por exemplo, na quinta, sexta e sábado à noite, ali na praça Padre Cícero, a predominância é do pessoal que gosta de curtir aqueles bares, as serestas, o forró, enfim. Aos domingos à noite, você percebe que a maioria do pessoal leva crianças para brincar na praça até tarde, aí tem pula-pula, motinhas elétricas, etc. Mas quando tem alguma apresentação cultural, independente do dia, essas tribos meio que se misturam (Pessoa Entrevistada: Militante do Mov. de Mulheres Negras, 2024).

Essas falas revelam uma dinâmica de convivência que, embora envolva diferentes grupos com práticas e interesses distintos, também aponta para momentos de convergência e troca. A realização de eventos culturais nos espaços públicos do centro oferece uma oportunidade de interação e inclusão social, ao misturar diferentes "tribos" e permitir que diversas pessoas compartilhem esses espaços de maneira mais democrática, como observado nas diferentes formas de ocupação da praça. Esse fenômeno reflete a possibilidade de se construir uma cidade mais plural e acessível, mesmo em um contexto que ainda carrega marcas de exclusão social e desigualdade.

Outro aspecto observado se refere ao **espaço do trabalho informal**, essa prática comercial é uma atividade característica da área central de Juazeiro do Norte, onde se oferece uma variedade de serviços e produtos. No entanto, a participante que atua diretamente nesse ramo destacou que alguns comerciantes enfrentam dificuldades maiores para desenvolver seu trabalho. No seu caso, por ser vendedora ambulante, essas dificuldades estão relacionadas à sua condição social enquanto mulher, o que a torna mais vulnerável a assaltos, discriminações e outras formas de

violência. Além das precariedades do trabalho informal, ela menciona que existem áreas no centro onde encontra maior flexibilidade para exercer sua atividade.

Curiosamente, uma área identificada por outras participantes como um cenário de constrangimento é, para ela, um espaço onde se sente mais segura para trabalhar. A vendedora ambulante explica:

O pessoal fala que ali no Centro de Apoio tem muita confusão, roubo, essas coisas, mas isso tem em todo lugar nessa cidade. Agora assim, lá 'tem de tudo'. (...) Eu gosto de trabalhar ali, porque é onde eu encontro mais do meu pessoal que também vende, aí me sinto mais segura. (...) Eu sempre procuro montar minhas coisas perto dos meus colegas, porque a gente se cuida. Assim, se eu tiver passando algum sufoco e um colega meu ver, ele vai lá e chega junto, diz que é meu filho, irmão, meu marido, esse tipo de coisa (Pessoa Entrevistada: Camelô, 2024).

A necessidade de adaptação da participante está ligada à presença masculina de outros vendedores. Isso ocorre mesmo em um ambiente que oferece fluidez para o exercício de sua prática profissional, o que evidencia que as mulheres permanecem mais vulneráveis, independentemente da atividade que desempenhem. Outro aspecto a ser destacado é a observação da participante de que, nessa área da cidade, "tem de tudo", referindo-se aos grupos que frequentam esse local, mencionados anteriormente. Essa colocação reforça a perspectiva marginalizada que algumas pessoas da cidade têm sobre esse espaço, evidenciando as diferentes percepções que coexistem sobre o mesmo território.

Além do Centro de Apoio aos Romeiros, a entrevistada identificou outros locais, geralmente próximos às feiras livres, como áreas de maior fluidez para o exercício de suas atividades profissionais, devido ao fluxo constante de romeiros e mais oportunidades de venda. Contudo, esses espaços apresentam condições precárias, sendo a principal demanda a disponibilidade de banheiros públicos. Seguindo o curso das considerações sobre a apreensão, identifiquei alguns condicionantes e queixas comuns em relação a esses aspectos.

5.4. Síntese dos Resultados e Outras Discussões

Considerações sobre o trânsito feminino pelo centro da cidade

As mulheres que transitam pelo centro da cidade enfrentam diversas questões relacionadas ao **território e às territorialidades**. A camelô, por exemplo, explicou que se sente mais segura quando está ao lado de seus colegas de profissão, já que, nesse contexto, há um apoio mútuo que cria um ambiente de maior proteção. Por outro lado, muitas mulheres afirmaram que evitam passar por grupos de homens ou em frente a eles, independentemente da hora do dia, comportamento semelhante ao observado no uso do transporte coletivo, onde também se sentem mais vulneráveis.

A **infraestrutura e a acessibilidade das calçadas** são outro ponto crítico apontado pelas participantes. Muitas relataram que se sentem tensas ao transitar por ruas com calçadas que não possuem condições adequadas de acessibilidade, o que compromete sua locomoção, principalmente em situações de emergência. Entre as principais dificuldades estão as faixas estreitas para pedestres, pisos escorregadios, inclinações para passagem de veículos e a ausência de rampas, que dificultam o acesso, em especial para pessoas com mobilidade reduzida. A falta de atenção a essas condições contraria as normas estabelecidas pela NBR 9050, que visa garantir a acessibilidade nas vias públicas.

Além disso, as participantes idosas, com deficiência ou em situação de mobilidade reduzida enfrentam grandes desafios em relação à **mobilidade e limitações no acesso ao espaço público**. Muitas expressaram sentir-se um “alvo fácil” para violências, como agressões físicas, verbais e patrimoniais, e relataram a vulnerabilidade que enfrentam, evidenciando como as barreiras arquitetônicas também se traduzem em uma maior exposição a riscos.

No que diz respeito aos **estabelecimentos comerciais**, algumas mulheres afirmaram que, quando percebem estar sendo seguidas ou assediadas nas ruas, buscam refúgio nos pontos comerciais, onde esperam ser acolhidas e protegidas. Esse comportamento reforça a ideia de que, em muitos momentos, as mulheres recorrem ao comércio local como um espaço seguro, uma rede de apoio informal contra a violência urbana.

O **acesso ao transporte coletivo** também foi identificado como um problema significativo para muitas mulheres. Algumas participantes expressaram preocupação com a carência de linhas de ônibus e paradas de VLT que atendam bairros mais afastados, como o bairro Pedrinhas e o conjunto habitacional no Sítio Pedra de Fogo. Essa limitação no transporte público dificulta o acesso dessas mulheres aos serviços e oportunidades oferecidos na área central da cidade, prejudicando seu direito à cidade e aumentando a exclusão social.

Em relação aos **horários de circulação**, embora a maioria das entrevistadas concentre suas atividades no período da manhã, algumas relataram sentimento de insegurança e de abandono em determinadas áreas do centro durante a noite. Para as moradoras das imediações, esse cenário noturno representa uma limitação significativa de suas atividades, tornando o deslocamento ou a permanência em certos locais praticamente inviáveis após o anoitecer, o que contribui para a sensação de exclusão.

Por fim, a **segurança viária** também foi destacada como uma preocupação. A maior disponibilidade de vias para veículos, em detrimento da acessibilidade para pedestres, foi mencionada com frequência pelas participantes. Essa realidade impacta diretamente as práticas cotidianas das mulheres, uma vez que as ruas e avenidas, muitas vezes pensadas para o tráfego de carros, tornam-se um obstáculo à mobilidade delas, gerando ainda mais insegurança e dificuldades no deslocamento.

Como mencionado em outro momento, as barreiras enfrentadas pelas mulheres englobam questões individuais e coletivas, como refletido a partir da teoria do corpo-território. Essas considerações apontam as múltiplas dificuldades enfrentadas por elas ao transitarem pelo centro da cidade, revelando como questões de infraestrutura, segurança e acessibilidade estão intimamente ligadas à vivência cotidiana e à liberdade de movimento dessas mulheres no espaço urbano.

Considerações sobre espaços de permanência

A experiência das mulheres nos espaços públicos da cidade também está intimamente ligada ao **território e as territorialidades**, como discutido no texto anterior, onde se observou como as mulheres moldam e são moldadas pelos lugares que frequentam. Nesse contexto, as entrevistadas relataram que, raramente, se

sentam sozinhas em bancos de praças. Quando o fazem, preferem estar próximas de outras mulheres ou de pessoas acompanhadas por crianças, o que sugere uma necessidade de proximidade e apoio mútuo para garantir uma sensação de segurança. Além disso, algumas mencionaram que se sentem mais protegidas quando estão perto de trailers de comerciantes, especialmente quando esses comerciantes são mulheres, o que reforça a importância da construção de redes de apoio no espaço urbano.

No que diz respeito à **infraestrutura urbana**, a presença de sombra, arborização e mobiliários urbanos contribui significativamente para a apropriação dos espaços de permanência, principalmente durante o dia. Esses elementos favorecem o conforto e a sensação de acolhimento, no entanto, a construção de uma atmosfera de segurança e pertencimento também desempenha um papel crucial. As mulheres relatam que, para se sentirem realmente à vontade em determinado local, é necessário que esse espaço transmita uma sensação de proteção, que muitas vezes vai além das condições físicas do ambiente, envolvendo também as dinâmicas sociais que nele se estabelecem.

No centro da cidade, há muitos **espaços ociosos**, como casas, terrenos e equipamentos públicos sem uso, o que aumenta a percepção de medo e insegurança em muitas mulheres. Esses espaços abandonados são vistos como potenciais cenários para crimes, incluindo as violências aos corpos das mulheres. A falta de utilização desses locais contribui para a sensação de desamparo, criando áreas que, ao invés de serem vistas como espaços atrativos, acabam sendo evitadas por representar riscos para a segurança.

O **horário** também é um fator determinante na sensação de segurança nos espaços de permanência. A maioria dos estabelecimentos comerciais do centro funcionam apenas durante o dia, o que deixa algumas áreas vazias e desertas à noite. Esse vazio urbano gera uma sensação de abandono e aumenta a insegurança, principalmente para as mulheres. O incentivo ao uso misto de espaços — com funcionamento e ocupação durante diferentes horários do dia e da noite — poderia contribuir para tornar esses locais mais seguros e acessíveis.

Entretanto, **a percepção de segurança não é unânime**. Algumas entrevistadas relataram que se sentem mais atraídas e seguras para permanecer nos

espaços públicos durante eventos culturais ou no período das romarias. O contexto da “cidade em festa” cria uma atmosfera de identificação e pertencimento, especialmente em ruas do centro que são interditadas para uso exclusivo de turistas e romeiros. No entanto, essa sensação de segurança não é absoluta, pois as multidões, embora criem um ambiente festivo, também podem ser vistas como um cenário propício para assédios e outras formas de violência. Isso demonstra como a segurança nos espaços públicos é uma percepção subjetiva e como as mulheres buscam formas de navegar e reconfigurar esses territórios, muitas vezes ajustando seus comportamentos e escolhas de acordo com o contexto social e físico ao seu redor.

Sobre este aspecto, percebi como os espaços de permanência das mulheres estão diretamente condicionados à infraestrutura urbana, às relações de poder e à dinâmica social. Além disso, a busca por segurança e pertencimento reflete as diversas formas de resistência que as mulheres estabelecem no cotidiano para ocupar e transformar esses espaços, muitas vezes enfrentando barreiras e construindo redes informais de apoio que garantem sua presença e visibilidade na cidade.

Considerações sobre o território religioso e a construção de identidades

Em síntese, percebi que os processos de identificação a partir da religiosidade são marcados por **diversos entraves**, especialmente relacionados à conexão das participantes com a religiosidade predominante na cidade. Para aquelas mais imersas no catolicismo, as territorialidades das manifestações religiosas geram uma sensação de pertencimento profundo. Essas mulheres sentem-se parte de uma comunidade religiosa que define sua identidade e práticas cotidianas, criando um vínculo forte com o território que simboliza a fé. No entanto, outras participantes, embora também se identifiquem com os cultos e tradições religiosas locais, veem esse território como um caleidoscópio dinâmico, onde a hegemonia religiosa é evidente. Para essas mulheres, a religiosidade não é apenas um reflexo de fé, mas também um espaço que reforça padrões sociais de gênero e raça, refletindo as tensões e desafios de integrar a espiritualidade e a vivência cotidiana em um contexto social que muitas vezes marginaliza outras identidades.

A **configuração momentânea dos espaços públicos** de Juazeiro do Norte também reflete essa diversidade religiosa. O centro da cidade acolhe diversas manifestações religiosas, embora algumas sejam menos predominantes. Enquanto a influência das tradições de origem africana se faz presente em diversos símbolos e costumes da cultura popular local, as religiões de matrizes afro continuam a reivindicar e a consolidar seu espaço de maneira contínua, enfrentando desafios tanto de visibilidade quanto de aceitação. Da mesma forma, o público LGBTQ+ tem conquistado espaços para lazer, trabalho e práticas cotidianas, mas também precisa afirmar de forma constante seu direito de existir naquele território, dado que, apesar de estarem presentes, ainda enfrentam barreiras sociais que delimitam sua plena aceitação.

Um exemplo claro de como a religiosidade se entrelaça com questões de gênero e poder está na **figura de Beata Maria de Araújo**, uma mulher de importância histórica para a cidade de Juazeiro do Norte. Embora os nomes de muitos espaços públicos, como ruas, praças e museus, carreguem o nome do patriarca local, Padre Cícero, a figura de Maria de Araújo ainda recebe pouca representatividade. Mesmo com os esforços recentes para sua rememoração, ela continua marginalizada, o que revela um apagamento histórico de sua contribuição. Esse apagamento é um reflexo direto da violência de gênero presente no território religioso, onde, de maneira velada, algumas mulheres evitam comentar sobre a figura de Maria de Araújo, o que demonstra como a opressão de gênero ainda não é plenamente reconhecida ou discutida dentro da dinâmica religiosa local.

O apagamento de Maria de Araújo, associada à violência de gênero e ao pouco reconhecimento, é um exemplo de como a **religiosidade e os espaços públicos de Juazeiro do Norte moldam a identidade coletiva e individual das mulheres**, reforçando, ao mesmo tempo, as desigualdades sociais e de gênero presentes no território. Ao mesmo tempo, a resistência das mulheres que buscam dar visibilidade a essas figuras e manifestações culturais revela um processo contínuo de redefinição da identidade religiosa e social na cidade.

Outro aspecto importante sobre a vivência das mulheres no espaço público está relacionado ao **trabalho informal**. As mulheres que atuam como camelôs e feirantes estão frequentemente expostas a violências e assédios diários, situação que reflete

as desigualdades de gênero e poder no espaço urbano. No entanto, essas mulheres também demarcam suas territorialidades de formas específicas, principalmente por meio da união com colegas de trabalho e da construção de redes de solidariedade. Essa dinâmica se torna evidente nas observações de campo e nas entrevistas realizadas, mostrando como **as mulheres moldam e são moldadas pelos territórios aos quais pertencem**. Essas trabalhadoras reivindicam melhores condições de trabalho, mais segurança e maior reconhecimento do valor do comércio informal, demonstrando o desejo de transformar o espaço público em um local mais justo e acessível.

De modo geral, os processos de identificação e resistência no espaço público e religioso revelam como as mulheres buscam afirmar suas identidades e direitos em um território que muitas vezes é marcado por desigualdades de gênero e por uma religiosidade hegemônica. Ao mesmo tempo, essas experiências compartilhadas pelas participantes mostraram como as mulheres, ao moldar e ser moldadas pelos espaços que ocupam, criam caminhos de visibilidade e poder, reconfigurando a relação entre religião, território e identidade na cidade.

É preciso falar de gênero e espaço público por meio de uma ação interseccional

Durante as entrevistas, algumas participantes demonstraram dificuldade em associar o espaço público à violência contra as mulheres. Para elas, embora a rua fosse reconhecida como um ambiente perigoso, esse perigo estava geralmente relacionado à violência patrimonial. Quando questionadas sobre os riscos nos espaços públicos, muitas afirmaram que "a rua não é segura para ninguém", resistindo em reconhecer que as mulheres são mais vulneráveis a outras formas de violência, além da patrimonial. No entanto, ao relatarem suas experiências cotidianas nesses espaços, surgiram histórias que evidenciavam as opressões às quais essas mulheres estão expostas diariamente.

Ou seja, apesar de vivenciarem opressões e violências cotidianas, muitas tinham dificuldade em reconhecê-las, pois **o medo vivido por elas é normalizado**. Isso é preocupante, pois a falta de informação e consciência sobre sua condição social

perpetua as opressões, garantindo sua continuidade (Collins; Bilge, 2021; Berth, 2023). Durante as entrevistas, várias participantes se deram conta de situações constrangedoras vividas nos espaços públicos.

A partir desse contexto, podemos levantar algumas hipóteses: (i) como mencionou uma das entrevistadas, historicamente as mulheres não são socializadas para refletir sobre sua condição de gênero, o que leva muitas a não reconhecerem sua maior vulnerabilidade; (ii) a violência de gênero é frequentemente associada à violência doméstica, devido às campanhas de conscientização, à legislação e ao trabalho das instituições responsáveis pelos direitos das mulheres. Contudo, é importante destacar que os espaços públicos também são locais onde ocorrem diversas formas de violência contra os corpos femininos e dissidências sexuais, frequentemente negligenciadas no debate público.

Ambas as hipóteses evidenciam a necessidade de **ampliar o debate sobre gênero e espaços públicos**, tanto no âmbito acadêmico quanto fora dele, especialmente se o objetivo é que os estudos sobre gênero e cidade contribuam para a criação de políticas públicas e impactem positivamente a vida cotidiana. Assim como a educação patrimonial, voltada à valorização cultural das comunidades, a violência de gênero precisa ser discutida de forma didática e democrática com toda a sociedade civil. É urgente repensarmos os espaços públicos como territórios de violências que se interseccionam, algumas mais explícitas, outras mais veladas.

Nesse contexto, é relevante considerar iniciativas como o **projeto "Sua Rota Mais Segura"**, que visa conscientizar comerciantes sobre o assédio nos espaços públicos e oferecer suporte às vítimas (G1, 2019). Essa iniciativa também contribui para desestigmatizar pautas feministas, especialmente em contextos conservadores. Além disso, as **cartilhas informativas** são importantes, pois tornam o debate mais democrático, com uma comunicação acessível e alinhada com os aspectos culturais do território.

Durante as visitas técnicas, percebi que as instituições e núcleos municipais ainda enfrentam desafios em termos de articulação, o que dificulta a ampliação do debate sobre os direitos das mulheres, da população LGBTQIAP+ e outros grupos. Para fortalecer essa discussão, é essencial adotar uma abordagem interseccional

nesses espaços administrativos, promovendo a integração entre os órgãos responsáveis por essas questões, além de envolver a sociedade civil. Por outro lado, destacam-se os esforços positivos dos movimentos de mulheres da Região do Cariri e do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (COMDEM) de Juazeiro do Norte, que têm buscado estabelecer parcerias com lideranças comunitárias, igrejas, universidades e diversas instituições públicas, contribuindo para uma articulação mais eficaz.

A atuação de duas entrevistadas, uma Mãe de Santo e uma Beata, merece destaque. Ambas exercem grande influência em suas comunidades por meio de suas **relações com diferentes religiosidades**. A Mãe de Santo conscientiza jovens do bairro João Cabral, os incentivando a ingressar no ensino superior e a romper com os estereótipos de marginalização associados ao bairro. A Beata, vista como uma figura materna para muitas jovens, sendo chamada de "madrinha", mediava conflitos familiares de violência nos lares dessas meninas.

Embora o trabalho dessas mulheres seja relevante, é importante entender que ele também perpetua os papéis de gênero, as sobrecarregando, já que esse trabalho, muitas vezes, é invisível ao Estado. No entanto, é essencial considerar que essa relação com seus territórios pode ser uma estratégia para ações conjuntas com as instituições, gerando uma articulação interseccional mais efetiva.

Em resumo, a análise das entrevistas revela a necessidade urgente de **ampliar o entendimento sobre as violências nos espaços públicos**, destacando a interseção entre gênero, classe, e outras formas de opressão. Os resultados apontam para a ausência de conscientização sobre a vulnerabilidade das mulheres e a predominância de uma visão restrita da violência, muitas vezes associada apenas ao ambiente doméstico. A atuação de figuras comunitárias como a Mãe de Santo e a Beata pode servir de base para ações mais amplas que envolvam tanto a conscientização social quanto a prática política, visando enfrentar as desigualdades de gênero e promover um espaço público mais seguro e equitativo para todas as mulheres.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar questões de gênero no espaço público foi um verdadeiro desafio. Criada em ambiente de hegemonia masculina, percebi muita relutância em mim mesma. Mesmo estando em contato constante com os textos de urbanismo feminista e interseccionalidade, ainda perduram muitas ideias preconcebidas que precisam ser constantemente desconstruídas. Isso evidencia a urgência de trabalharmos com uma formação de gênero, especialmente fora dos campos acadêmicos. Não como conceitos opcionais, campanhas pontuais ou disciplinas de interesse específico, mas como uma política transversal em todas as instâncias públicas.

É urgente garantir a mobilidade, a segurança e o acesso das mulheres aos serviços públicos nos espaços urbanos, tratando esses aspectos como uma questão de dignidade humana. Assim como somos socializadas para não refletir sobre nossa condição social enquanto mulheres e nossas interseccionalidades, podemos reverter esse quadro utilizando a teoria como uma prática de liberdade.

Nesta pesquisa, busquei uma epistemologia feminista e decolonial para refletir sobre as significações atreladas aos corpos femininos. Fazer o trânsito entre os conceitos de espaço e território foi uma movimentação importante para entender como as relações de gênero são espacializadas, gerando demarcações de poder e multiterritorialidades (capítulo 2). Reconheço que aqui poderia haver maior aprofundamento sobre questões envolvendo sexualidade e dissidências sexuais, e como esses marcadores sociais também reverberam nas práticas socioespaciais. No entanto, esses aspectos ganharam força durante a apuração e análise das entrevistas.

A escolha por uma metodologia interseccional significou compreender as complexidades apresentadas pelo objeto de pesquisa, considerando a necessidade de combinar diferentes instrumentos metodológicos que pudessem contribuir para o amadurecimento da análise (capítulo 3). Assim como as opressões são sistematizadas, o processo investigativo também precisa ser. Dessa forma, essa metodologia desenha um processo particular de trabalho, onde os estudos sobre branquitude, as oficinas das cartografias e as fichas de leitura ajudaram na investigação e traduzem necessidades minhas de amadurecimento e desconstrução.

Traçar esse desenho metodológico, partindo da pessoalidade e da reflexão sobre as práticas pedagógicas nos estudos urbanos, foi uma ação decisiva para identificar minhas limitações e trabalhá-las da melhor forma ao longo da pesquisa. O contato com as instituições que atuam no enfrentamento da violência de gênero em Juazeiro do Norte foi necessário para entender como essa pauta vem sendo tratada pelas instituições públicas, e para perceber a demanda por uma postura interseccional entre essas instituições, a militância e demais agentes da sociedade civil.

Para a caracterização da área de estudo, baseei-me em uma revisão bibliográfica histórica, buscando contextualizar os processos de ocupação e uso da área central (capítulo 4). Nesse sentido, autores locais forneceram importantes referenciais sobre a dinâmica urbana e as transformações sociais ocorridas na região. A análise da influência da religiosidade do sertão nordestino, enquanto expressão de hegemonia popular, foi fundamental para compreender as relações de poder estabelecidas nesse espaço. Além disso, a análise das tensões sociais e da memória simbólica associada à figura da Beata Maria de Araújo, foi crucial para a construção de um entendimento das disputas de significados e dos processos de identificação coletiva.

No capítulo 5, enfrentei outro desafio envolvendo a apuração dos dados extraídos a partir das onze entrevistas realizadas com mulheres. Foi desafiador desvincular suas práticas cotidianas de suas histórias de vida. Embora esse aspecto não tenha sido explorado na pesquisa, pois não era o foco da investigação, essa experiência foi importante para minha formação enquanto mulher, urbanista e pesquisadora.

As teorias sobre interseccionalidade e corpo-território ofereceram a matriz epistêmica para a desconstrução das dualidades sobre os usos dos espaços públicos. A análise das opressões interseccionadas que permeiam as práticas socioespaciais de gênero teve contribuições teóricas, mas também partiu de um lugar de vivências encarnadas por mim. Mais de uma vez, enquanto mulher, estive constantemente dentro do problema de pesquisa. Durante o processo seletivo para o mestrado, fui vítima de importunação sexual no transporte público; durante as caminhadas-teste, fui seguida e assediada, entre outras situações de constrangimento vivenciadas ou testemunhadas por mim. Assim, o exercício da pessoalidade esteve sempre presente,

e acredito que, em toda pesquisa dessa natureza, isso é fundamental. Por fim, reforço que esta pesquisa gera mais perguntas do que respostas, mas acredito que é por meio das perguntas que conseguimos tecer as mudanças para o futuro.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Cartografias sociais e território**. Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais, n. 1. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, G. A. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. In **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p. 551-563, dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163307>. Acesso em 02 de out de 2024.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. 24 ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

ARAÚJO, Ricardo Souza *et Al*. Espaço urbano e impacto ambiental: reflexões a partir da análise do processo de expansão das cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha–CE. In **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 43, p. 104-126, 2021.

ARQUITETURABICHA. **Histórias, projetos e representações de arquiteturas feitas ou performadas por pessoas LGBTQIA+**. Disponível em: <https://www.instagram.com/arquiteturabicha/?locale=en-US>. Acessado em 30 de agosto de 2024.

ARZUA, Glauce. **Em pesquisa da ActionAid, 86% das brasileiras ouvidas dizem já ter sofrido assédio em espaços urbanos**. Entrevista concedida a assessoria de imprensa da rede ActionAid. 2018. Disponível em: <http://surl.li/kfhsexk>. Acesso em 13 dez. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2020.

AZEVEDO, AlexanderWillian. Religiosidade no nordeste brasileiro na era do cangaço: prospecção de parâmetros de estudos a partir da biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD). In **V Colóquio de História: Perspectivas Históricas, historiografia, pesquisas e patrimônio, Recife**. p. 1141-1152, 2011. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Colp>. Acesso em 28 de out de 2024.

BARBOSA, Jorge Luiz. O território como conceito e prática social. **Observatório de Favelas**, 2015.

BARBOSA, Wendell de Freitas et al. Mapas do crime: a territorialização das facções criminosas em Juazeiro do Norte–CE. **Plural**, v. 30, n. 02, p. 80-107, 2023.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977.

BATISTOTI, Aleida F.; MOURA, Gabriela P. Interseccionalidade e espaço urbano: fazer-cidade das trabalhadoras ambulantes sexuais nas práticas de rua. In **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá/MT, vol.9, n.1, jan./jul., 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BELLO, Enzo; PIRES, Cecília Bojarski; AVZARADEL, Pedro Curvello (orgs.). **Direito à cidade. Espaços de esperança nas cidades de exceção**. Rio de Janeiro: CEEJ, 2019.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. 125p.

BENJAMIM, Ana Clara; FARIAS, José Almir. Corpo-território e interseccionalidade: entrelaçamentos socioespaciais em Juazeiro do Norte/CE. In **Anais do VIII ENANPARQ**. Rio de Janeiro, v. 8. 2024b. ISSN 2358-6214.

BENJAMIM, Ana Clara; FARIAS, José Almir. Interseccionalidade: Uma análise de sua instrumentalização teórico-metodológica nos estudos urbanos. In **Revista Thésis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 72-92, ago 2024a.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERGER, William; NERY, Jônatas Corrêa. Aquilombamento: raça e classe, resistências indígenas e negras na formação social brasileira frente a atual violação de direitos humanos. In **Revista Ágora**, v. 33, n. 2, 2022.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa**. ed 1. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.

BILGE, Sirma. Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. In: **Revista Feminismos**, v. 6, n. 3, 2018.

BRAGA, Antônio Mendes da Costa. **Padre Cícero: sociologia de um padre: antropologia de um santo**. Tese [Doutorado em Antropologia Social]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007.

BRASIL. **Lei Maria da Penha** (2006) e Legislação Correlata. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, altera o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei de Execução Penal, e a Lei Maria da Penha, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o Código Penal para tipificar o feminicídio como qualificadora do crime de homicídio, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2015.

BRASIL. **Senado aprova por unanimidade a Política Nacional de Cuidados, que vai para sanção presidencial.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/senado-aprova-por-unanimidade-a-politica-nacional-de-cuidados-que-vai-para-sancao-presidencial#:~:text=O%20Senado%20Federal%20deu%20um,segue%20-para%20a%20san%C3%A7%C3%A3o%20presidencial>. Acesso em: 28 dez. 2024.

BUSCATTO, Marie. La forge conceptuelle. “Intersectionnalité”: à propos des usages épistémologiques d’un concept (très) à la mode. In *Open Editions Journals*, n.47.2, 2016, p.101- 105.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleias.** 4° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** São Paulo: Editora José Olympio, 2018.

CALDEIRA, Teresa Pires R. **Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo.** 2ª ed. São Paulo; Edusp, 2006.

CALLARD, Felicity J. ‘The body in theory’. In **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 16, p. 387-400, 1998.

CARLOS, Ana Fani. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. In **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 23, n. 3, p. 458-477, 2019.

CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional Proposta metodológica para análises em Comunicação. In **E-Compós** -v. 24, jan./dez., 2021, p. 1–22. Disponível em <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198/2025>. Acesso 10/01/2024.

CAVA, Ralph Della. **Milagre em Joazeiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas...: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). In **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017.

Cf. MCDOWELL, Linda. **Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

COLLINS, Patrícia H. Intersectionality’s Definitional Dilemmas. In **Annual Reviews**. 2015. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev-soc-073014-112142>. Acesso: 2 de julho de 2023.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira da; JESUS, Leandro Santos Bulhões de. **A cor da devoção: protagonismo negro e tradição romeira no Cariri.** 2024. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/76856/1/2024_liv_mtconcei%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 28 de out de 2024.

CORDEIRO, Maria Paula Jacinto. **Entre chegadas e partidas: dinâmicas das romarias em Juazeiro do Norte.** Tese [Doutorado em Sociologia]. Universidade

Federal do Ceará. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/2253>. Acesso em 18 de dezembro de 2024.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In **The University of Chicago Legal Forum**, [s.l.], [s.n.], p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In **Stanford Law Review**, p. 1241-1299, 1991.

CRENSHAW, K. W. Cartographies des marges: intersectionnalité, politique de l'identité et violences contre les femmes de couleur. In **Cahiers du Genre**, n.39, pp.51-82, 2005 [1989, 1994]. DOI: 10.3917/cdge.039.0051.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. In **Estudos Feministas**, ano 10, 2002.

CTRANSTAVESTI. **Coletivo de acolhimento e enfrentamento de transfobia no Cariri**. Disponível em: <https://www.instagram.com/ctranstravesti?igsh=MW9-pZjUxbjJvcGNIZQ>. Acesso em: 29 out. 2024.

CUNHA, George. O algodão na economia da província do Ceará durante o século XIX: algumas considerações sobre a sua importância. In **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 3, n. 47, 2021.

CZYTALJO, Natalia. Diálogos Cruzados: Gênero, raça e política de cuidados: desafios para a arquitetura e urbanismo. In: **Anais do VIII ENANPARQ8**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://enanparq8.com.br/2024/09/23/dialogos-cruzados-1/>. Acesso em: 2 de novembro de 2024.

DELEUZE, G. **Espinosa – filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002, p. 23-24.

DINIZ, Priscila Ribeiro Jerônimo. **O tempo do silêncio acabou: Beata Maria de Araújo**. Juazeiro do Norte – CE: Ed. da Autora, 2022.

DOMINGO, Reginaldo Ferreira. **Pedagogias da transmissão da religiosidade africana na casa de candomblé labasé de Xangô e Oxum em Juazeiro do Norte - Ce**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará, 2011.

FALÚ, Ana. **Mujeres en la Ciudad: De Violencias y Derechos**. Santiago de Chile: Ediciones SUR, 2009.

FARIAS, José Almir. O corpo na cidade: entre o urbanismo protético e as estratégias de resistência. In **Revista Interfaces**, v. 19, p. 201-216, 2013.

FASSA, Farinaz, LÉPINARD, Éléonore. L'intersectionnalité: pour une pensée contre-hégémonique. In ESCODA, M.R. *et. al.* (Direction). **L'Intersectionnalité: enjeux théoriques et politiques**. Paris: La Dispute/SNÉDIT, 2016, p.07-26.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEMINISMURBANA. **Sobre nós**. 2017. Disponível em: <https://feminismurbana.wordpress.com/sobre-nos/>. Acesso em 30 de agosto de 2024.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. In **Cadernos Cemarx**, nº 10, 2017, p-13-38. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ce marx/article/view/10919>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FORTI, Maria do Carmo Pagan. **Maria do Juazeiro: a beata do milagre**. Annablume, 1999.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acessado em 14 de out. de 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade volume I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 35ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

FREHSE, Fraya. Quando os ritmos corporais dos pedestres nos espaços públicos urbanos revelam ritmos da urbanização. In **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, p. 100-118, 2016.

FRENTE DE MULHERES DO CARIRI. **Frente de Mulheres do Cariri**. Disponível em: <https://www.instagram.com/frentedemulheresdocariri?igsh=MWJldHNxMHdjZWdmcg>. Acesso em: 18 out. 2024.

G1. **Jovem de Curitiba cria 'rota mais segura' para população feminina**. G1, 25 dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/12/19/jovem-de-curitiba-cria-rota-mais-segura-para-populacao-feminina-e-normal-as-mulheres-passarem-medo-ao-andar-na-rua.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2019.

GAMRANI, Sarah e TRIBOUILLARD, Clementine. **Guia prático e interseccional para cidades mais inclusivas**. BID, 2021. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/genero-e-cidades-guia-pratico-e-interseccional-para-cidades-mais-inclusivas>. Acesso em: 04 jan. 2024.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

GOMES, Assis Daniel. **Terra do Padre Cícero” à “Cidade do Progresso”**: intervenções urbanas em Juazeiro do Norte (1950-1980). Salvador: Editora Pontocom, 2015.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan. A geografia do ethos capitalista no Cariri cearense. In: **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, n. 223, p. 69-80, 2006. Disponível em: <https://cadernosdoceas.uccsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/169>. Acesso em: 16 de abril de 2024.

GONÇALVES, Helena T. Mulheres em ação e categorias em movimento: a luta pelo território na comunidade ribeirinha do Porto do Capim. In **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, e202125, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.22296/2317-1529_rbeur.202125. Acesso em: 20 dez. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAYLING, Anthony Clifford. Epistemologia. In **Compêndio de Filosofia**, p. 39-63, 2002.

GRUPO DE VALORIZAÇÃO NEGRA DO CARIRI. GRUNEC. Disponível em: <https://grunec.com.br>. Acesso em: 25 set. 2024.

GURGEL, Ana Paula Campos. Três cidades, uma região metropolitana e seus centros: configuração urbana e dinâmica de centralidades do Crajubar/Ce. In **Anais ENANPUR**, v. 15, n. 1, 2013.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. In **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, 8 fev. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a-13531>. Acesso em: 07 out. 2024

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. In: **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020.

HANCOCK, A. M. **The politics of disgust: the public identity of the welfare queen**. New York: NYU Press, 2007.

HARVEY, David. O direito à cidade. In **Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

HARVEY, David. **Social justice and the city**. Oxford/UK: Basil Blackwell, 1973.

HELENE, Diana et al. Dossiê território, gênero e interseccionalidades. In **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 23, 2021.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. In **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 951-974, set/dez 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>. Acesso em: 21 jan. 2024.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femininos. In **Solar**, vol. 12, n.1, p. 35-46, 2017. Disponível em: <http://revistasolar.org/wp-content/uploads/2017/07/3-Una-mirada-muy-otra-a-los-territorios-Cuerpos-femeninos.-Delmy-Tania-Cruz-Hern%C3%A1ndez.pdf>. Acesso em: 03 de abril. 2024.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) **Pensamento feminista hoje. Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades - Juazeiro do Norte**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama>. Acesso em 10 set 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Painel de Indicadores Sociais e Econômicos: Os 10 maiores e os 10 menores municípios cearenses, 2023**. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/painel-de-indicadores-sociais-e-economicos-os-10-maiores-e-os-10-menores-municipios-cearenses/>. Acesso em 2 ago. 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2024.

JANOVICH, Paula. **Prostituição e confinamento em São Paulo: um percurso pela antiga zona do meretrício do Bom Retiro**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://saopaulosao.com.br/conteudos/colunistas/4631-prostitui%C3%A7%C3%A3o-e-confinamento-em-s%C3%A3o-paulo-um-percurso-pela-antiga-zona-do-meretr%C3%ADcio-do-bom-retiro.html#>. Acesso 14 jul. 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. São Paulo: Ática, 2007.

JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Prefácio in: NOBRE, Edianne. **O teatro de Deus: As Beatas do Padre Cícero e o Espaço Sagrado de Juazeiro**. 1ª ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

JUNIOR, Itamar Vieira. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

KERN, Leslie. **Cidade feminista: A luta por espaço em um mundo desenhado por homens**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Ed. UnB, 1996.

KOLEKTIBOA, Hiria et al. (orgs.). **Manual de análisis urbano. Género y vida cotidiana**. Vitoria-Gasteiz: Eusko Jauriaritza, 2010. Disponível em: <https://basigrava.files.wordpress.com/2013/05/analisis-urbano.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

LEAL, Anna Letícia A. et al. **Interseccionalidade e Cidade: a experiência de mulheres negras na Comunidade Cristo Rei em Montes Claros-MG**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37610>. Acesso em: 20 jun. 2023.

LEDENEVA, A. The informal view of the world”, in **Global Informality Project**, 2029. Disponível em <http://www.in.formality.com>. Acesso em 14 ago 2024.

LEFEBVRE, Henri (1991). **A produção do espaço**. Paris: Ed. Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

LEI MUNICIPAL N° 5651, de 29 de dezembro de 2023. Institui sobre o dia da Beata Maria de Araújo e Institui a Semana Maria de Araújo em Juazeiro do Norte. Disponível em: <https://camarajuazeiro.ce.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/Lei-n%C2%B0-5651-2023.pdf>. Acesso 13 de dez. 2024.

LEITE, Maria Laís dos Santos; TORRES, Geovane Gesteira Sales. Uma análise discursiva da legislação municipal de Juazeiro do Norte-CE sobre os direitos humanos de pessoas LGBT. In **Revista Agora**, v. 33, n. 2, 2022.

LIENHARD, Martin. Etnografia e ficção na América Latina: o horizonte de 1930. In **Literatura e Sociedade**, v. 4, n. 4, p. 103-115, 1999.

LIMA, Elias Lopes de. A corporeidade como um recurso metodológico da geograficidade. In **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, v. 5, 2015.

LINKE, Clarisse Cunha et al. **Índice de Caminhabilidade 2.0**. Rio de Janeiro: Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento, 2019.

LISPECTOR, Clarisse. **A hora da estrela**. 1° ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

LOBODA, Carlos Roberto. Espaço público e práticas socioespaciais: uma articulação necessária para análise dos diferentes usos da cidade. In **Caderno Prudentino de Geografia**, nº31, vol.1, 2009, p.32-54.

LÓPEZ, L.C. The concept of institutional racism: applications within the healthcare field. In: **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H.B (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MACHADO, Bárbara A. Articulando Utopias: algumas possibilidades do encontro entre o feminismo negro e o marxismo da reprodução social. In: **Lutas Sociais**, v. 22, p. 23-35, 2018. Disponível em: <https://www.mendeley.com/catalogue/69c96f63-7e9f-3be2-90ea-9f3088f09b0c/>. Acesso em 24 abr. 2024.

MACHADO, Bárbara A. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. In **Anais MM**, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MM/-MM2017/AnaisMM2017/MC18/mc181.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

MACIEL, Erick M.; RODRIGUES, Fernanda. A produção do espaço urbano na Redução Jesuítica São Miguel Arcanjo e seus reflexos no processo de urbanização de São Miguel das Missões (RS-BR). In: **X Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo**, Barcelona-Córdoba, Junio 2018.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: **Anais do Seminário Internacional de Pesquisas e Estudos Qualitativos**. Bauru: SIPEQ, 2004. Disponível em: < https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em mai. 2024.

MARINO, Aluizio *et al.* Cartografia como ferramenta de denúncia do Planejamento Insurgente: Experiências da “Cracolândia”, São Paulo, Brasil. In **Anais Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico**, Belo Horizonte, 2018.

MARTINS, Flávia E.S.; GUEDES, Ana Clara. Generificando a pesquisa sobre endividamento imobiliário: primeiros desafios. In **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, e202135, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202135>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2008.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MCDOWELL, Linda. **Gender, indentity, and place: understanding feminist geographies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MEDEIROS, R. S. **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. 2019. IPEA Organizador. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9323>. Acesso em 31 out. 2024.

MEDEIROS, Rogério de Souza. **Interseccionalidade e políticas públicas: aproximações conceituais e desafios metodológicos**. Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, p. 79-104, 2019.

MENDES, B. B. **As Mulheres e a Cidade: Uso e Percepções femininas sobre os espaços públicos no centro de Campina Grande–PB**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2021.

MENESES, Itamara Freires de. **As romarias de Juazeiro do Norte aos olhos dos não devotos**. Tese [Doutorado em Ciências Sociais]. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/57362>. Acesso em 18 dez. 2024.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. A quotidianidade do demônio na cultura popular. In: **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, p. 92-130, 1985.

MESQUITA, André. Sobre mapas e segredos abertos. In **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFGM**, p. 116-137, 2012.

MIES, Maria. **Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labour**. Londres: Zed Books, 1986.

MILFONT, Magna Lícia Barros *et al.* Percursos históricos das festas religiosas no Recife: descobrindo relações entre linhas, movimentos e urbanidades. In **Revista de Morfologia Urbana**, v. 12, n. 1, 2024.

MONTEIRO, Poliana G. A guerra dos homens e a vida das mulheres. As interfaces entre planejamento urbano, violência contra a mulher e segurança pública no Rio de Janeiro, Brasil. In **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, e202131, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202131>. Acesso em: 20 dez. 2024.

NAKAGAWA, Regiane Miranda O. Espaço e interdisciplinaridade: o conceito de espaço na obra de Milton Santos e suas interfaces com a comunicação e a semiótica. In **Intexto**, Porto Alegre, n. 37, p. 6-21, set./dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto>. Acesso em: 7 out. 2024.

NASCIMENTO, Diego Coelho do. **Ser-tão “metropolitano”: espacialidade e institucionalidade na Região Metropolitana do Cariri**. Tese (Doutorado em Geografia) – UFPE, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123-456789/30438>. Acesso em 15 de out. de 2024.

NASCIMENTO, Diego C.; CHACON, Suely Salgueiro. Sustentabilidade na Região Metropolitana do Cariri–RMC: análise a partir dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio–ODMs. In **Sociedade & Natureza**, v. 28, n. 3, p. 443-456, 2016.

NETTO, Vinícius de M. O que a sintaxe espacial não é. In **Arquitextos, São Paulo**, ano, v. 14, 2013.

NOBRE, Edianne. Escrever a História através da culpa: as beatas do Juazeiro nos Arquivos do Vaticano (1889-1894). In **HORIZONTE**, Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 13, n. 39, p. 1450-1479, 1 out. 2015.

NOBRE, Edianne. **O teatro de Deus: As Beatas do Padre Cícero e o Espaço Sagrado de Juazeiro**. 1ª ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

NÓBREGA, Terezinha P. **Epistemologias do corpo**: a filosofia e a arte como atos de significação. Pesquisas sobre o corpo, ciências humanas e educação. São Paulo: FAPESP, 2007.

OLIVA, Victoria Ferreira. Do corpo-espço ao corpo-território: o que a Geografia Feminista tem a dizer? In **Ensaio de Geografia**, v. 8, n. 17, p. 139-157, 2022.

ONU-HABITAT. **Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de Belo Horizonte 2020**. 2020. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2021/06/belo_horizonte_2020_pt.pdf. Acesso em: 28 ago.2024.

ONU-HABITAT. Relatório: **Auditoria de segurança das mulheres em Belo Horizonte**. 2019. Disponível em: https://nossabh.org.br/uploads/2019/09/Relatorio-Auditoria-de-Seguranca_tela.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

PALOMA (filme). Direção: Marcelo Gomes. Produção: Carnaval Filmes, Ukbar Filmes, Pandora Filmes, 2022.

PEREIRA, Gabriela L. **Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em ArqFICHAS Duitetura e Urbanismo – UFBA. Salvador, 2015.

PERRONE, Leyla Moisés. Literatura engajada. In **Revista Criação & Crítica**, n. 35, p. 370-383, 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. In: **Polis - Revista Latinoamericana**, n. 41, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE. **Lista de Conselhos, membros e ações**. Disponível em: <https://www.juazeirodonorte.ce.gov.br/con-selhos.php>. Acesso em: 2 abr. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 73-118.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O meio do mundo: território sagrado em Juazeiro do Padre Cícero**. Fortaleza: Editora UFC. 2014.

RIBEIRO, Ana Clara. “Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos”. In: JACQUES, P.B.; BRITTO, F.D. (org.). **Corpocidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 24-41.

ROCHA, Ariza Maria. Os Espaços de Sociabilidade e de Lazer na Festa de Renovação do Sagrado Coração de Jesus no Cariri Cearense. In **LICERE**-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 18, n. 4, p. 1-25, 2015.

SABINO, Leticia *et al.* **Resultados e análises: Índice técnico de caminhabilidade sensível a gênero**. Curitiba: SampaPé, 2019.

SABINO, Leticia *et al.* **Caminhar Afrofeminino: Diagnóstico Participativo de Caminhabilidade e Gênero em Rota Turística no Centro de Salvador**. Salvador: SampaPé, 2021.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade**. O local e o global nas relações raciais, culturas e identidades negras do Brasil. Salvador: Edufba / Pallas, 2003.

SANTORO, Paula Freire. A abordagem de gênero e interseccional nos planos diretores. In **Fórum SP** 22/23, 2023. Disponível em https://www.academia.edu/en/104205540/Abordagem_de_g%C3%AAnero_e_interseccional_nos_planos_diretores. Acesso 20 jan. 2024.

SANTOS, Boaventura de S. **Epistemologias do Sul**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In **Geographia**, Revista da Pós-Graduação em Geografia, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Renato Emerson dos. Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas. In **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 12, n.1, 2022. Disponível em: <https://publica-coes. agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2840/2194>. Acesso em: 04 jan. 2024.

SANTOS, Renato Emerson dos. Uma leitura sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: OLIVEIRA, Fabrício L.; LIMA JR, Pedro Novais. (org.). **Território e planejamento: perspectivas transdisciplinares**. Rio de Janeiro: Letra Capital, v.1, p. 345-366, 2018.

SARAMAGO, José. **O conto da ilha desconhecida**. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

SASSEN, Saskia. **Territory, authority, rights: From medieval to global assemblages**. Princeton university press, 2008.

SECRETARIA DAS MULHERES. **Casa da Mulher Cearense**. 2022. Disponível em: <https://www.mulheres.ce.gov.br/casa-da-mulher-cearense/>. Acesso em 3 ago. 2024.

SECRETARIA DAS MULHERES. **I Seminário da Casa da Mulher Cearense em Juazeiro do Norte**. 20 de agosto de 2024, Juazeiro do Norte - CE. Descrição (palestra). Divulgado em: <https://www.instagram.com/mulheresceara/p/C-p4DOLOuu8/>. Acesso em 29 out. 2024.

SERAPIONI, Mauro. Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas. In **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 31, p. 59-80, 2016.

SILVA, Ana Clara Benjamim *et al.* Opinião: Se essa rua fosse minha. Cida Pedrosa e as Liliths de outro Edén. In **Revista Bárbaras**, 5 ed. 2021. Disponível em: <https://www.revistabarbaras.com/revista-impressa>. Acesso 1 out. 2024.

SILVA, Ana Clara Benjamim; FARIAS, José Almir. Interseccionalidade: Uma análise de sua instrumentalização teórico-metodológica nos estudos urbanos. In **Thésis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 72-92, ago 2024. Disponível em: <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/issue/view/17>. Acesso em 25 set. 2024.

SILVA, Caio Ricardo *et al.* A realidade socioespacial de Juazeiro do Norte/CE. Uma pesquisa de opinião pública na “cidade do progresso”. In **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, p. 69-98, 2024.

SILVA, Eliane Alves da. Um passo além? O que a abordagem interseccional pode oferecer aos estudos urbanos. In **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 21, p. 434-444, 2022.

SILVA, Joseli Maria. Corpo, corporeidade e espaço na análise geográfica. In: HEIDRICH, Álvaro L.; PIRES, Claudia Luiza Z.; COSTA, Benhur P. (orgs.). **Maneiras de ler: geografia e cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre / Compasso Lugar Cultura, 2013, v. 1, p. 28-36.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. In **Revista de História Regional**, 2003.

SILVA, Maria Lucineide Gomes da. **Diagnóstico da sustentabilidade socioambiental dos municípios do Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – UFPB, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23061>. Acesso em 15 out. 2024.

SILVA, Natália Alves *et al.* **Feminismo negro e produção do espaço: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espacial**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU, UFMG, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31365>. Acesso em: 2 jul. 2023.

SILVA, Petronilha Beatriz G.; OLIVEIRA, Lucia Maria. Mulheres negras no ensino superior: desafios e resistências. In **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.

27, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1980-0431.2019v27n1p21>. Acesso em: 23 set. 2024.

SIMÕES, Soraya. **Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2010.

SOARES, Janypher M. A economia reprodutiva: reflexões sobre a questão de gênero. In **Cofecon**, 2021. Disponível em: <https://www.cofecon.org.br/2021/04/09/artigo-a-economia-reprodutiva-reflexoes-sobre-a-questao-de-genero/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SOARES, Suamy Rafaely. **Feminismo no Sertão: as particularidades da Frente de Mulheres no Cariri cearense**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFPE, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/36015>. Acesso em: 3 de ago. de 2024.

SOUZA, Marcelo José Lopes. Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César C., CORRÊA, Roberto L. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 5ª ed. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA, Maria Adélia A. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural. In **PatryTer**, vol. 2, n. 4, p. 1-17, out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/26485/23259>. Acesso em 02 out 2024.

SOUZA, Rosa Maria de. **Cartografia social: o método e a prática**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SUASSUNA, Ariano. **Romance da Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta**. São Paulo: Nova Fronteira, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA – Supesp. **Painel Dinâmico: Vítimas de Ocorrências Registradas na Lei 11.340/2006 – Maria da Penha**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojYThkMmE3NmQtNjA5ZC00ZGQ3LTlhMWQwODc1MWVhMDUzNDhkliwidCI6IjhhkMzhjMWYzLTUwM2QtNDVhNi05MDJLWJiMThiNmZkNzcwZiJ9>. Acesso em: 05 ago. 2024.

Também sou teu povo (filme). Direção: Orlando Pereira; Franklin Lacerda. Juazeiro do Norte, 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5WxWU-7dFXQ>. Acesso 19 abril e 2024.

TAVARES, Rossa B. e RAMOS, Diana H. Indisciplina Epistemológica: viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo. In **Indisciplinar**, v.7, n.2, p.232-277, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/38-147>. Acesso em: 02 dez. 2023.

TUMMERS, Lidewij. Stéréotypes de genre dans la pratique de l'urbanisme. In **Travail, Genre et Sociétés**, n° 33 – Avril 2015, p.67-83.

URCA, Universidade Federal do Cariri. **Série: Cadernos Diálogos sobre a experiência no enfrentamento à violência.** v 02. Fortaleza, 2018.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. In **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

VIVEROS VIGOYA, Mara. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. In Rev. **Debate Feminista** 52: 1-17, 2016. Disponível em: <https://www.science-direct.com/science/article/pii/S0188947816300603>. Acesso em: 15 fev. 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso-: Planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman editora, 2015.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Sou Ana Clara Benjamim, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAUD), da Universidade Federal do Ceará, pesquisadora do tema “corpo, território e religiosidade: interseccionalidades presentes nas práticas cotidianas de mulheres no centro de Juazeiro do Norte - CE”. O presente roteiro compõe os instrumentais metodológicos utilizados em campo como ferramenta de investigação acadêmica. Por se tratar de entrevista semiestruturada, outras perguntas podem surgir a partir das respostas fornecidas.

Orientação Inicial:

Informar que as respostas serão livres e serão gravadas, se autorizado.

Autoriza a gravação da entrevista? () Sim () Não

BLOCO I - IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA

Nome: _____

Data da Entrevista: _____ Horário da Entrevista: _____

Nível de escolaridade: () Ensino fundamental () Ensino médio () Ensino Superior

Faixa etária: () 16 a 20 anos () 20 a 30 anos () 30 a 40 anos () 40 a 50 anos

() 50 a 60 anos () + 60 anos

Cidade onde nasceu:

Tipo de atividade que exerce (profissão): _____

A quanto tempo exerce essa atividade: _____

Com qual raça se autodeclara:

() Negra () Amarela () Parda () Branca () Indígena

Identidade de gênero:

() Mulher cis () Mulher trans () Mulher não binária

Portadora de deficiência:

() Não () Sim _____

BLOCO II – COMPREENSÃO DO ESPAÇO PÚBLICO (APROPRIAÇÃO E USO)

Questão 1

Qual a frequência a senhora frequenta (circula) a área central de Juazeiro do Norte?

() Todos os dias () 2 a 3 vezes na semana () Quinzenalmente

() Mensalmente () Raramente

Qual o período dia a senhora mais frequenta a área central de Juazeiro do Norte?

() Diurno tarde () Noturno () Diurno e Noturno indistintamente

Questão 2

Qual/quais atividades a senhora normalmente desempenha com mais frequência na área central de Juazeiro do Norte? Dê uma nota de 1 (um) a 5 (cinco) para cada item abaixo descrito, considerando que “1” significa nunca ou pouco e “5” significa sempre e muito:

Compras -----()

Trabalho -----()

Resolver burocracias -----()

Participar de ritos religiosos -----()

Passeios culturais----- ()

Descanso/Lazer -----()

Outra atividade (especificar)----- ()

Questão 3

Considere a seguinte frase e se posicione em relação a ela: O espaço público da área central de Juazeiro do Norte é seguro para todas as mulheres.

() Concordo totalmente () Concordo () Nem concordo e nem discordo

() Discordo () Discordo totalmente.

Comente:_____

Questão 4

Algum ponto da área central de Juazeiro do Norte (rua, quarteirão, praça etc.) chama a atenção da senhora por ser mais hostil às mulheres?

Questão 5

Como a senhora se sente quando precisa ir ao centro a noite? Dê uma nota de 1 (um) a 5 (cinco) para cada item abaixo descrito, considerando que “1” significa nunca ou pouco e “5” significa sempre e muito:

Empolgada -----()

Amedrontada ----- ()

Segura -----()

Em alerta -----()

Desconfortável -----()

Ansiosa -----()

Outro sentimento (especificar)----- ()

Questão 6

Como a senhora se sente quando caminha sozinha pelas ruas da área central de Juazeiro do Norte? Dê uma nota de 1 (um) a 5 (cinco) para cada item abaixo descrito, considerando que “1” significa nunca ou pouco e “5” significa sempre e muito:

Empolgada -----()
Amedrontada ----- ()
Segura -----()
Em alerta -----()
Desconfortável -----()
Ansiosa -----()
Outro sentimento (especificar)----- ()

Questão 7

A partir de sua percepção, identifique os principais tipos (mais frequentes) de violência contra mulher na área central de Juazeiro do Norte. Dê uma nota de 1 (um) a 5 (cinco) para cada item abaixo descrito, considerando que “1” significa nunca ou pouco e “5” significa sempre e muito:

Violência física----- ()
Violência moral----- ()
Violência sexual----- ()
Violência patrimonial (roubo, assalto) ----- ()
Outra violência (especificar)-- ----- ()

BLOCO III – SOBRE O CONTEXTO SOCIOESPACIAL RELIGIOSO

Questão 8

Como a senhora percebe a relação das mulheres com o espaço religioso, particularmente na área central de Juazeiro do Norte?

Questão 9

A senhora percebe que na área central de Juazeiro do Norte há uma expressão equitativa de outras religiões ou crenças, diferentes daquelas ligadas à igreja católica?

Questão 10

Considere a seguinte frase e se posicione em relação a ela: Em Juazeiro do Norte, a religiosidade exerce opressão sobre a mulher.

() Concordo totalmente () Concordo () Nem concordo e nem discordo
() Discordo () Discordo totalmente.

Comente: _____

Questão 11

Considere a seguinte frase e se posicione em relação a ela: A beata Maria de Araújo encarna a condição subalterna da mulher no espaço religioso.

() Concordo totalmente () Concordo () Nem concordo e nem discordo

() Discordo () Discordo totalmente.

Comente: _____

BLOCO IV – SOBRE AS SUBJETIVIDADES DO SER MULHER

Questão 12

Como mulher, quais foram as situações que influenciaram as suas escolhas de vida? Esses mesmos motivos estão presentes atualmente em seu cotidiano?

Questão 13

Na sua percepção, em quais contextos as mulheres se encontram mais expostas e vulneráveis às opressões. Dê uma nota de 1 (um) a 5 (cinco) para cada item abaixo descrito, considerando que “1” significa nunca ou pouco e “5” significa sempre e muito:

Espaço doméstico----- ()

Espaço público----- ()

Espaço educacional----- ()

Espaço profissional----- ()

Outro espaço (especificar)----- ()

Questão 14 (questão complementar e reafirmaria a questão 13)

A senhora se sente respeitada em todos os espaços que frequenta cotidianamente?

() Sim () Não () Depende

Justifique: _____

Questão 15 (questão complementar e reafirmaria a questão 13 e 14)

A senhora acha que o desrespeito é influenciado pela atividade que desempenha?

() Sim () Não () Depende

Comente: _____

BLOCO V – SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E ATIVISMO FEMININO

Questão 16

A senhora tem conhecimento de políticas públicas (municipais, estaduais, federais) de defesa da mulher em Juazeiro do Norte.

() Sim () Não () Mais ou menos

Justifique:

Questão 17

A senhora tem conhecimento das atividades do movimento de mulheres na Região do Cariri?

(☐) Sim (☐) Não (☐) Não sei dizer

Justifique:

Questão 18

A senhora percebe que o movimento feminista contribui de modo positivo no combate a violência contra as mulheres?

(☐) Sim (☐) Não (☐) Mais ou menos

Justifique:

Questão 19

A senhora acredita que em Juazeiro do Norte a população em geral é indiferente, conivente ou mobilizada no combate à violência contra as mulheres?

(☐) Sim (☐) Não (☐) Mais ou menos

Justifique:

Questão 20

Qual seria a sua reação ao perceber outra mulher assustada ou perdida no centro de Juazeiro do Norte?

Questão 21

Na sua opinião, qual o maior desafio enfrentado pelas mulheres em Juazeiro do Norte?

Questão 22

Mesmo com muitos direitos garantidos, as mulheres ainda sofrem muito preconceito e são vítimas diárias de violência. De que maneira todos nós podemos contribuir para mudar essa situação?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada participante,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa **“Mulheres em Trânsito Interseccional. O Caso da Área Central de Juazeiro do Norte/CE”**, desenvolvida por Ana Clara Benjamim Silva, discente de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAU+D), da Universidade Federal do Ceará, sob orientação do Prof. Dr. José Almir Farias Filho.

O objetivo central do estudo é investigar as práticas socioespaciais desempenhadas pelas mulheres em um território religioso, considerando o caso da área central de Juazeiro do Norte/CE.

O convite a sua participação se deve à intenção de investigar questões relacionadas à vivência das mulheres no espaço público urbano. Para isso, busca-se entrevistar um grupo de mulheres composto de: gestoras públicas, representante de entidades religiosas, estudante do centro da cidade, ativistas do movimento de mulheres, romeira e comerciante.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Contudo, seu depoimento é muito importante para a execução da pesquisa.

Mecanismos para garantir a confidencialidade e a privacidade

Caso seja esse o desejo, qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar à pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Se preferir, seu nome ou de sua instituição podem constar no trabalho final.

Procedimentos detalhados que serão utilizados na pesquisa

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista semiestruturada à pesquisadora do projeto. A entrevista somente será gravada se houver autorização da entrevistada.

Tempo de duração da entrevista e guarda do material coletado

O tempo de duração de cada entrevista é de aproximadamente 45 minutos a uma hora.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seu orientador.

Benefícios diretos (individuais ou coletivos) ou indiretos aos participantes da pesquisa

O benefício (direto ou indireto) relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de possibilitar que se amplie as discussões envolvendo a condição da mulher na sociedade brasileira, com foco nas especificidades locais identificadas em Juazeiro do Norte.

Destacamos ainda, os benefícios provenientes dos resultados da pesquisa para a academia, o Poder Público dos nove municípios, e para as entrevistadas:

- Para a comunidade acadêmica: compartilhamento de informações científicas, atualizadas e precisas, sobre a dinâmica de gênero observada no centro de Juazeiro do Norte/CE;
- Para as instituições públicas: material que possa ser utilizado para fins de melhorias dos processos de concepção e gestão de políticas públicas que garantam os direitos da mulher;
- Para as participantes: troca de conhecimentos sobre as políticas de gênero e interseccionalidade, podendo incentivar o delineamento de políticas públicas e/ou a regularização de importantes legislações municipais.

Previsão de riscos ou desconfortos

Para fins de conhecimento prévio, há de se mencionar os seguintes riscos, bem como as estratégias de eliminação e/ou minimização:

Riscos	Solução
Resposta a questões sensíveis sobre a condição da mulher na área central do município de Juazeiro do Norte/CE.	O roteiro da entrevista/formulário está embasado em bibliografia pertinente as temáticas em torno das questões de gênero e interseccionalidade.
Interferência de terceiros que não fazem parte do critério de inclusão da pesquisa.	É interessante que a entrevista aconteça em um local onde a entrevistada fique a sós com a pesquisadora, sem interferências externas, garantindo a privacidade de ambas.
Consumo de tempo ao responder a entrevista e, conseqüentemente, mudança na rotina da entrevistada.	Para este caso, é recomendado que a participante/entrevistada aponte o dia e horário mais adequado para responder/participar, de forma a evitar constrangimentos para ambas as partes.

Sobre divulgação dos resultados da pesquisa

Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e na dissertação/tese.

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com os responsáveis pela pesquisa:

Nome: Ana Clara Benjamim Silva

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua da Luz, 397, Bairro São Miguel, Juazeiro do Norte – CE.

Telefone: (88) 98824-6405

E-mail: anaclarabenjamim@arquitetura.ufc.br

Nome: José Almir Farias Filho

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Av. da Universidade, 2853 - Benfica, Fortaleza - CE

Telefone: (85) 99922-6996.

E-mail: almirfarias@ufc.br

*

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará UFC/PRPPG – Campus do Pici, Fortaleza, fone: (85) 33366-9943.

O CEP/UFC/PRPPG é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Ana Clara Benjamim Silva – (pesquisador do campo)

Tel: (88) 9 8824-6405

e-mail: anaclarabenjamim@arquitetura.ufc.br

*

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Juazeiro do Norte, ____/____/____

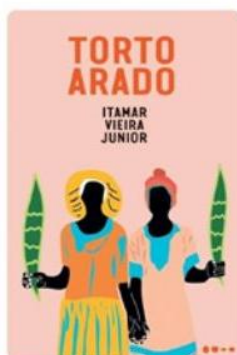
(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

ATENÇÃO:

As informações contidas neste modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) são aquelas consideradas básicas. Cada pesquisador deverá agregar informações que digam respeito à sua pesquisa, e que melhor esclareçam os participantes sobre sua participação na mesma (atenção à linguagem utilizada).

APÊNDICE C – FICHAS DE LEITURA



Torto Arado

Este livro conta a história de duas irmãs, Belonisia e Bibiana, mulheres do sertão baiano, quilombolas e trabalhadoras rurais. Após um acidente, seus corpos são marcados para sempre, afetando suas necessidades de sociabilidade e comunicação. Esse evento cria uma relação de codependência entre as irmãs. A trama também aborda questões relacionadas às reivindicações por terra e às construções subjetivas de identidade das personagens, a partir do lugar em que seus corpos estão inseridos. Cada personagem possui sua própria singularidade, com desejos, aspirações e atitudes que emergem de suas construções subjetivas, permeadas por interseccionalidades. O livro ainda trata de questões envolvendo espiritualidade e sincretismo religioso no sertão.



A Cabeça do Santo

Em *A Cabeça do Santo*, as representações de território partem de outra perspectiva. O livro apresenta a história de Samuel, rapaz pobre e amargurado de Juazeiro do Norte, que precisa ir para cidade fictícia de Candeias, pagar uma promessa feita por sua mãe. Ao chegar no seu destino, ele se abriga na cabeça oca de uma estátua de Santo Antônio, e situações inusitadas acontecem. Dessa obra, mais uma vez são extraídas as construções subjetivas de território, mas com adendo as estratégias políticas de manipulação e controle territorial, tendo como plano de fundo crenças religiosas. Nesse contexto, percebo o uso da narrativa como instrumento de disputa. Através da representação que a autora faz sobre Juazeiro do Norte, também é possível extrair símbolos que caracterizam uma parte dos seus aspectos socioespaciais ligados a religiosidade. Ainda é possível localizar o papel das representações femininas neste território.



Redemoinho em Dia Quente

Jarid Arraes é uma escritora e cordelista natural de Juazeiro do Norte. Em *Redemoinho em Dia Quente*, a autora apresenta uma série de contos ambientados em sua cidade natal, apropriando-se de aspectos da cultura popular, da religiosidade, da arquitetura e dos modos de vida mais simples. As protagonistas de seus contos são as mulheres de Juazeiro do Norte, que vão desde a beata Maria de Araújo até uma jovem que trabalha como mototaxista. Com detalhes muito sensíveis, a autora retrata as práticas desempenhadas por essas mulheres, contextualizadas em um território religioso, repleto de desigualdades, mas também de encantos.



O quinze

Um clássico da prosa regionalista e da literatura brasileira, publicado em 1930, o romance retrata o cotidiano de personagens inseridos no sertão cearense durante a seca de 1915. A obra expõe as ausências e dificuldades enfrentadas por famílias sertanejas nesse período de grande escassez. É possível observar que o descaso do Estado diante das necessidades do Nordeste brasileiro resultou na morte e vulnerabilização de muitas pessoas, principalmente mulheres. As personagens femininas enfrentam um cenário de violências cruzadas, alimentadas pela fome, pobreza e poucas expectativas de futuro. Até hoje, é perceptível a necessidade de políticas de descentralização que possam reparar essa dívida histórica.



O Alto da Compadecida

Uma das obras mais conhecidas de Ariano Suassuna, escritor pernambucano, combina humor e crítica social para retratar elementos presentes no sertão brasileiro. A religiosidade, o cangaço, as disputas de narrativas e os conflitos por poder ambientam a trama protagonizada por Chicó e João Grilo. A peça atinge seu clímax durante um julgamento celestial, simbolizando a forte presença das crenças religiosas na região. A moral e a ética são tensionadas, pois a obra desenvolve uma crítica à hipocrisia religiosa e social presente nesse contexto. Fica claro, também, como a instituição religiosa se torna um "consolo" para a comunidade mais pobre, ao mesmo tempo que reforça as dinâmicas do coronelismo.



A Hora da Estrela

A jovem Macabéa é uma alagoana que se muda para o Rio de Janeiro em busca de uma vida melhor e começa a trabalhar como datilógrafa. A personagem vive à margem da sociedade, tem poucas aspirações pessoais, carece de autoestima e enfrenta condições de vida muito precárias na cidade grande. Através dessa personagem, Clarice Lispector explora temas como solidão, alienação e como a pobreza humana se manifesta na vida de mulheres oriundas de contextos semelhantes ao da datilógrafa.

Referências

ACIOLI, Socorro. **A Cabeça do Santo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ARRAES, Jarid. **Redemoinho em dia quente**. Alfaguara, 2019.

JUNIOR, Itamar Vieira. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**: edição com manuscritos e ensaios inéditos. Editora Rocco, 2017.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. Editora José Olympio, 2012.

SUASSUNA, Ariano. **Auto da compadecida**. Nova Fronteira, 2018.

GLOSSÁRIO DE TERMOS RECORRENTES

Branquitude - conjunto de características e privilégios associados à identidade branca, que molda percepções e estruturas sociais, perpetuando desigualdades raciais.

Cisgênero - pessoa cuja identidade de gênero coincide com o sexo que lhe foi atribuído ao nascimento.

Colonialidade - refere-se às estruturas de poder, saber e ser que persistem após o fim do colonialismo formal.

Colonização - processo pelo qual um país ou grupo estabelece controle sobre um território e sua população, geralmente por meio da ocupação, exploração e administração direta.

Coronelismo - sistema político e social que predominou no Brasil, como uma continuidade da colonização, especialmente nas zonas rurais, durante o período da República Velha (1889-1930).

Dados censitários - informações coletadas durante um censo, que é uma pesquisa realizada em intervalos regulares para registrar e analisar a população de um país ou região.

Decolonialidade - conceito que busca dismantelar as estruturas de poder, saber e cultura herdadas do colonialismo.

Dissidências sexuais - identidades e práticas que desafiam as normas e categorias tradicionais de gênero e sexualidade, incluindo, mas não se limitando a pessoas LGBTQIA+.

Estatísticas públicas - dados coletados, organizados e divulgados por órgãos governamentais ou instituições oficiais, com o objetivo de fornecer informações sobre diferentes aspectos da sociedade, como população, economia, saúde, educação e segurança.

Feminicídio - o assassinato de mulheres em razão de sua condição de gênero, caracterizado por uma violência extrema e sistemática.

Gênero – uma construção social do feminino e masculino, em que existe uma hierarquia e estratificação relacional entre essas dualidades.

Identidade de gênero - a percepção interna e pessoal que uma pessoa tem sobre seu próprio gênero, que pode ou não coincidir com o sexo atribuído ao nascer.

Indicador - medida utilizada para avaliar e monitorar condições sociais e de qualidade de vida em uma determinada população ou comunidade.

Machismo - ideologia que defende a superioridade do homem sobre a mulher, perpetuando a desigualdade de gênero e a dominação masculina em diversas esferas da vida social, econômica e cultural.

Marcador social - conceito que se refere a características que identificam e diferenciam grupos sociais, influenciando as relações de poder e acesso a recursos na sociedade.

Misoginia - desprezo, aversão ou discriminação contra as mulheres e o feminino.

Não Binarismo - uma identidade de gênero que desafia a divisão tradicional entre os gêneros masculino e feminino.

Pacto da branquitude - conceito que se refere a um acordo tácito entre pessoas brancas para manter e perpetuar privilégios sociais, econômicos e políticos associados à branquitude.

Performance de gênero - refere-se à forma como indivíduos expressam e apresentam seu gênero através de comportamentos, roupas, fala e outras características sociais.

Práticas socioespaciais - o conceito de práticas socioespaciais remete às ações, interações e comportamentos humanos que configuram, transformam e produzem o espaço social. Essa abordagem considera que o espaço urbano não é apenas um dado físico, mas um produto das relações sociais que nele ocorrem, sendo constantemente construído e reconstruído por práticas cotidianas.

Problema público - é uma questão que afeta uma parte significativa da sociedade e que requer atenção e ação do Estado ou de outras instituições públicas. Ele se caracteriza por ter uma dimensão coletiva, ou seja, envolve ou impacta uma coletividade de pessoas, e sua resolução depende de intervenções ou políticas públicas.

Racismo - ideologia que discrimina e marginaliza pessoas com base em sua raça ou etnia, sustentando a crença na superioridade de uma raça sobre as outras.

Religiosidade - experiência, prática e expressão da fé religiosa de um indivíduo ou grupo. Isso inclui crenças, rituais, valores e comportamentos associados a uma determinada religião ou espiritualidade.

Romaria - prática religiosa que consiste em uma peregrinação ou viagem coletiva a um local sagrado, geralmente em homenagem a um santo ou em busca de bênçãos e milagres.

Romeiro - pessoa que participa de uma romaria, ou seja, que realiza uma peregrinação a um local sagrado.

Sexualidade - é um aspecto fundamental da experiência humana que abrange uma ampla gama de sentimentos, comportamentos e identidades relacionados ao desejo sexual, à intimidade e às relações interpessoais.

Sincretismo religioso - fusão ou combinação de diferentes tradições, crenças e práticas religiosas em uma nova forma de espiritualidade.

Subnotificação – condição em que casos de uma determinada natureza, evento ou problema não são registrados ou reportados adequadamente.

Trabalho reprodutivo - atividades relacionadas à reprodução, cuidado e manutenção da vida cotidiana, como o cuidado de crianças, idosos, doentes e a realização de tarefas domésticas.

Trans - alguém cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo que lhe foi atribuído ao nascer.

Transfeminicídio - termo usado para se referir ao assassinato de pessoas trans, especialmente mulheres trans, em razão de sua identidade de gênero.

Transfobia - aversão, discriminação ou preconceito contra pessoas trans e suas identidades de gênero. Isso pode se manifestar de várias formas, como violência física, assédio verbal, exclusão social, negação de direitos e desrespeito às identidades de gênero.

Travestir - ao ato de se vestir ou se apresentar com roupas e características que não correspondem ao gênero que a pessoa foi designada ao nascer. Isso é muitas vezes associado à expressão de identidade de gênero, especialmente entre pessoas que se identificam como travestis.